



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

CARLOS SEIZEM IRAMINA

**As relações mercantis na crítica à economia política de
Karl Marx nos Manuscritos Econômico-filosóficos (1844)**

**Campinas
2018**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

CARLOS SEIZEM IRAMINA

**As relações mercantis na crítica à economia política de
Karl Marx nos Manuscritos Econômico-filosóficos (1844)**

Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti – orientador

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico, na área de História Econômica.

ESTE EXEMPLAR
CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELO ALUNO
CARLOS SEIZEM IRAMINA,
ORIENTADA PELO PROF. DR.
EDUARDO BARROS MARIUTTI.

**Campinas
2018**

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves – CRB 8/8708

Ir1r Iramina, Carlos Seizem, 1987-
As relações mercantis na crítica à economia política de Karl Marx nos Manuscritos Econômico-Filosóficos (1844) / Carlos Seizem Iramina. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Eduardo Barros Mariutti.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Marx, Karl, 1818-1883. 2. Economia marxista. 3. Filosofia marxista. I. Mariutti, Eduardo Barros, 1974-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Karl Marx's Critique of Political Economy in the Economic-Philosophical Manuscripts (1844)

Palavras-chave em inglês:

Marx, Karl, 1818-1883

Marxian economics

Philosophy marxist

Área de concentração: História Econômica

Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Eduardo Barros Mariutti [Orientador]

Henrique Pereira Braga

Carlos Alberto Cordovano Vieira

Data de defesa: 22-06-2018

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

CARLOS SEIZEM IRAMINA

**As relações mercantis na crítica à economia política de
Karl Marx nos Manuscritos Econômico-filosóficos (1844)**

Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti – orientador

Defendida em 22/06/2018

COMISSÃO JULGADORA

**Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti - PRESIDENTE
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**

**Prof. Dr. Carlos Alberto Cordovano Vieira
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**

**Prof. Dr. Henrique Pereira Braga
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)**

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

Dedicatória

*Dedico este trabalho
a todas as lutadoras e a todos
os lutadores, militantes ou não*

Agradecimentos

Nesses vários anos de IE e de Unicamp, de idas e vindas, fiz diversos amigos nessa trajetória, assim como amigos de fora da instituição que me apoiaram, mesmo nos momentos de maior impasse. Pessoas com quem eu conversei bastante e outras com quem eu queria ter conversado mais. Pessoas que me apoiaram, pessoas com quem compartilhei risadas, angústias, felicidades, em suma momentos.

Farei questão de nomear algumas dessas pessoas que fizeram parte da minha vida e que de alguma forma deixaram marcas em mim. Com certeza, o agradecimento, portanto, será arriscado e injusto: uma história contada a partir de um relato da memória momentânea não diz como foi o caminho, mas apresenta apenas o ponto de chegada. Apesar disso, esse agradecimento vai ser a todos que fizeram parte dessa trajetória, desse caminho sinuoso que desembocou nessa dissertação. Com certeza pessoas que não serão citadas aqui, deveriam estar aqui. Por isso, eu já me desculpo: esqueci de pessoas importantes, mas não porque elas não deixaram marcas, mas sim porque as mesmas ficaram subterrâneas nas memórias mais profundas.

Com a consciência disso, queria agradecer, claro, a minha família que colaborou muito para que eu pudesse estudar e pesquisar. Meu pai Seijum e minha mãe Etsuko que me apoiaram na escrita, mesmo sem saber o que raios eu estava escrevendo em todo esse tempo e a minha irmã Keiko que ainda estava lá. Minhas tias, meus tios, primas e primos que eu convivi em toda a minha infância. As minhas tias Mitsue (in memoriam) e Terumi e a meus primos Taeko, Sayoko, Mitsu e Shigue que ajudaram a me criar, fazendo eu ser o que eu sou.

Aos meus amigos do ensino médio que, apesar de não jogarem muito bem futebol, assim como eu, estavam sempre apostos a chutarem a bola para longe, independente dos caminhos ideológicos: Vagner Mestre de Casa, Vinicius Simões e Flávia, Jansen Trassatti, Victor “Pudin” Pinto, Bruno Sanchez, Ricardo Benzaquem, Lucas Neves, Adriano “Pirika” Kitani, Diego Medina, Talita Satie.

Aos amigos dos tempos de “nerdice”, Natália Mendonça que inclusive me ajudou no projeto de mestrado, Álvaro “Gon”, Fábio “Koalla”, Carlos “Riquinho”, Leandro “Argélico” que nunca foi andreense, mas sempre conviveu na cidade e André Okuma que tive o prazer de revê-lo esse ano, no cruzamento de projetos de vida.

Ao Fernando Mekaru que me incentivou demais em seguir a carreira de cientista social. Aos amigos da graduação em Ciências Sociais, às ocupações de 2007, a utopia da construção de um movimento estudantil desburocratizado, aos vários erros, as conversas no trânsito do

ônibus “dinâmica” na avenida bandeirantes. De Santo André, Weslei Estradiote que sempre me apoiou e Tati Klein com quem troquei agruras pós-adolescentes que eu conheci ainda no cursinho. Se somaram a esse “time” do ABC Felipe Marineli que não só fez considerações importantes na minha dissertação, mas como me ensinou muito sobre marxismo, Chasin e outras agruras da vida. Além disso, também nos acompanharam nesse ônibus a Maria Fernanda, o João, o Guilherme e a Maria Talib.

Dos sonhos políticos, dos shows do Sesc e dos seminários sobre a pós-modernidade, lembro dos maracatus oswaldianos com quem acabei cruzando o caminho de Milton Mastabi, Ana Paula Girardi, Adriano “Sakashira”, “Careca”, Larissa Menezes e Priscila Davanzo, cada qual seguiram os seus caminhos próprios.

A intensa convivência na casa fofinha, na chapa do caeco de 2012, no EJA, nos atos de 2013, 2014. Mistura de vivências, sonhos e projetos de emancipação: Caio Momesso sempre acolhedor, Carol Mendonça com quem sempre me confessei, Marina Laurentiis que ajudou a revisar essa dissertação e a compartilhar versos, Micca com quem compartilhei lamens, Codorna, Carol Fischmann, Nina, “Bom dia”, Ana Clara, Lu, Calila Krepsky, Marina Arbex, Dudi, Bernardo, Ju Marchevsky, as conversas psicanalíticas com a Flavinha, Rudá, Ber, Diego Uruguaio. Na rep adega com Miguel Paredes, Ricardela. Outras pessoas como a Flávia, Stella e Marília, algumas que compartilhamos a graduação e o mestrado.

Aos que compartilharam lamentos em roles estranhos (e por isso legais): Ricardo Llaninhos, Ana Bê e a Mayara. Aos que insistiram em morar comigo na casa que alaga: Matheus Paschoal e as suas boas piadas ruins, Bruno Guaxupé e as conversas intermináveis e infinitas sobre marxismo e o amor, Robson Coruja que foi a primeira pessoa que eu conheci no IE e continuei junto, Lucas Bressan, Jordana Barbosa, Marina Sousa.

Se tem alguém que me ajudou muito no caminho da realização dessa dissertação foi o Thomas Conti, desde ajuda na formulação do projeto até nas conversas sobre tudo. Aos amigos que conheci em BSB: Laura, Laís, Vitor, William e Willian, Daniel, Maria., Thais, Carol. A turma de desenvolvimento 2015 e aos belos encontros para discutir Marx: Carla, Mateus Santana, Bárbara Vallejos com quem voltei a cruzar o caminho depois da graduação em 2006, Euzébio, Marcelo Durante, Pietro, Gherini “Garganta” e a sua melhor simpatia, Rodrigo Chagas, o nosso Gentleman Thomás com quem compartilhei os trabalhos da revista LEP junto com Lilian Rosa, Carlos e Vanessa. A Grazi, a Carol, a Mari, Thais e a Ju que sempre me acolheram, junto com a Carlinha na casa abacateira. Agradeço também ao Antônio Mota, a Ana Paula Salviatti, a Carol Bueno, a Lari Alvarez, a Ana Londe, a Fer Seidel, Taciana, ao Gustavo Romero, ao Ricardo Soldera, a Gabi Murua.

Ao Nii com quem troquei ideias acadêmicas e não acadêmicas, junto ao meu orientador que sempre me deu liberdade e bons debates - Eduardo Mariutti, mas também com Thiago Peixe, Lucas Andrietta, Lucas Corazza, Robertão. Aproveitando a deixa, também agradeço outros professores que me ajudaram nesse caminho: Carlos Cordovano com quem tive o prazer de várias conversas no Brasil e em Cuba. Henrique Braga que começou colega e terminou professor e depois ainda banca desse mestrado. A outros professores que me ajudaram: Milena Oliveira, Carlos Sallas, Fábio Campos.

Agradeço a todos os trabalhadores do Instituto de Economia com quem eu convivi por 7 anos. Aos funcionários Eduardo “Sassá”, ao Régis, ao Clayton, a Kelly, a Miriam, a Mari, a Andréa que sempre me ajudaram e nunca me dificultaram na vida acadêmica da Unicamp. As maravilhosas funcionárias da limpeza, alunas que eu conheci no projeto de extensão de EJA.

Não posso esquecer as pessoas que conheci mais recentemente na Economia e na Unicamp. Pessoas maravilhosas da graduação que eu conheci quando voltei para começar esse mestrado: Álvaro, Ana Giglio, Lil Roizman, Behka, Mariel, Laissa, Carol Michelman, Ju Pantin, Rafa Lemos, Rodrigo, Heitor. Pessoas com quem compartilho crenças e projetos.

Agradeço a Carol Mota, ao Rapha que eu conheci de verdade nesse período, a Gabi Amorozo, a Vichi Seade, Fosforo, Luisa Burdelis, Bruna Rossi. Yi Lin, Sharman, Jonas, Deborah de Toronto. Aos poetas companheiros do curso do CLIPE: Carmen, Daiane, Márcio, Antônio, Hildon, Fabrício, Mamone, Milena, John, João, Patrícia Japa.

Um agradecimento as pessoas da rede linda dos vetores que eu acabei de conhecer. A Maria Clara, ao Rafa, ao Luiz Roriz, a Natália Perdigão, ao Matheus e a muitos outros do primeiro treinamento de 2018, ao treinamento de 3.0. Também fez parte disso os amigos pantaneiros que eu conheci e hoje compartilho momentos: Amanda e as tequilas, ao pró-Arthur, ao animado Téo, e aos migos Walberto, Guilé, Zé, Thaís, Renato, Tinho, Mayumi, Livi, Caio, Talita, Lais, Rodrigo, Cinthia, Vitor e a outros pantaneiros que conheci depois.

Por fim, meus agradecimentos não as pessoas, mas as instituições que me apoiaram diretamente na realização dessa dissertação. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que possibilitou a minha pesquisa por meio da bolsa de mestrado. Por fim, agradeço também ao Instituto de Economia da Unicamp que, como um todo, colaborou e apoiou para a realização da dissertação.

Resumo

O objetivo da dissertação é recuperar e organizar a leitura dos Manuscritos Econômico-Filosóficos de Karl Marx (1844) à luz da crítica às relações mercantis. A dissertação realiza três movimentos essenciais. O primeiro apresenta os antecedentes da crítica marxiana, a partir dos artigos que Marx realizara no jornal A Gazeta Renana e dos Esboços para uma crítica à economia política de Friedrich Engels, ambos escritos anteriores, na qual a temática já está colocada. O segundo movimento explicita a forma de apreensão de Marx da economia política nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, expostos na primeira parte da referida obra, por meio das relações entre trabalho, capital e renda. O terceiro movimento apresenta a segunda parte da obra, na qual a crítica de Marx à sociedade burguesa é realizada nos planos da relação do homem com a natureza, isto é, as relações estranhadas de trabalho, nas relações dos homens com outros homens, isto é, as relações intersubjetivas fetichizadas pelo dinheiro e nas relações limitadas dos homens com o seu próprio desejo, a carência unilateralizada pela propriedade privada e pelo consumo.

Palavras-chave: Karl Marx; Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844; fetichismo do dinheiro; unilateralização da propriedade privada; mercado; relações mercantis

Abstract

The aim of the dissertation is to recover and organize the reading of the Economic-Philosophical Manuscripts of Karl Marx (1844) in the light of the critique of mercantile relations. The dissertation makes three essential movements. The first presents the background of Marxian criticism, from the articles Marx had written in the *Rheinische Zeitung* journal and from the *Outlines for a Critique of Political Economy* by Friedrich Engels, both earlier writings, in which the theme is already set. The second movement expresses Marx's form of apprehension of political economy in the MEF, exposed in the first part of this work, through the relations between labor, capital and income. The third movement presents the second part of the work, in which Marx's critique of bourgeois society is carried out in the plans of the relation of man to nature, that is, the strange relations of labor, in the relations of men with other men, that is, the intersubjective relations fetishized by money, and in the limited relations of men with their own desire, the unilateralised lack of private property and consumption.

Keywords: Karl Marx; Economic-philosophical manuscripts of 1844; money fetishism; unilateralisation of private property; Market; market relations

Sumário

Dedicatória.....	5
Agradecimentos.....	6
Resumo.....	9
Abstract.....	10
Introdução	13
I Itinerário da dissertação	15
II Remanescentes históricos do mercado.....	16
III Um panorama dos Manuscritos econômicos-filosóficos.....	19
IV Itinerário e proposta de leitura dos MEF.....	22
Capítulo 1 - Sociedade civil e mercado na crítica à economia política de Engels e Marx (1842 - 1844).....	24
1.1 Marx e a “sociedade civil”	24
1.2 Marx e o roubo da lenha	28
1.2.1 Transformações na Renânia: Industrialização e formação dos mercados.....	28
1.2.2 Mercado contra o direito consuetudinário dos pobres e as formas comuns de propriedade.....	30
1.3 O conceito de comércio nos Outlines de Engels	33
1.3.1 Engels e os “Esboços” na crítica da economia política.....	33
1.3.2 Economia política como desenvolvimento do comércio.....	36
1.3.3 O conceito de comércio.....	37
1.3.4 Monopólio e concorrência: o funcionamento do mercado.....	40
1.3.5 Algumas considerações finais	42
Capítulo 2 - As categorias da economia política em si: As relações de mercado entre as partes.....	43
2.1 O mercado de trabalho.....	44
2.1.1 Empobrecimento absoluto.....	45
2.1.2 Depauperamento relativo	46
2.1.3 Empobrecimento ontológico	48
2.2 As determinações internas do capital (a relação do capital consigo mesma).....	49
2.2.1 As determinações do capital e da taxa de lucro (ganho do capital)	50
2.2.2 Concorrência intracapitalista.....	51
2.3 Renda da terra.....	53

2.3.1 Proprietários e arrendatários.....	53
2.3.2 Transição do feudalismo ao capitalismo, da renda ao lucro	55
Capítulo 3 - A crítica à economia política. A sociedade burguesa em si (a sociedade de mercado)	57
3.1 O trabalho estranhado: A relação homem e natureza no sistema fabril	59
3.1.1 Trabalho estranhado e empobrecimento ontológico	59
3.1.2 O trabalho estranhado na relação capital e trabalho.....	65
3.2 A intersubjetiva na sociedade burguesa: dinheiro como prática religiosa.....	66
3.2.1 - Dinheiro e fetiche.....	66
3.2.2 Dinheiro e carência: a constituição do mercado a partir das relações de comércio	71
3.3 Carência humana: fetiche, natureza, socialismo e emancipação	75
3.3.1 O comunismo como espraçamento do estranhamento.....	75
3.3.2 Socialismo: Fetiche, natureza e emancipação	77
Conclusão.....	80
As relações mercantis na sociedade burguesa, a partir de seus mercados parciais e o estranhamento	82
Fetichismo e dinheiro	84
Em direção a uma crítica ao mercado por meio do conceito de fetichismo	86
Referências.....	89

As relações mercantis na crítica à economia política de Karl Marx nos Manuscritos Econômico-filosóficos (1844)

Introdução

Cotidianamente, ao abrirmos o jornal, na seção de economia (mas não apenas) nos deparamos com as manchetes “O mercado ficou nervoso”, “O mercado está fraco à espera de maiores notícias”, “o mercado reagiu mal”, “o mercado não gostou da proposta”; mas afinal, quem é esta entidade que com o seu (péssimo) humor pode responder e decidir o destino de nossas vidas? Quem são estes deuses reais que organizam e ditam como conduzir as nossas ações?

A partir destas indagações de ordem antropológica, as primeiras reflexões que culminaram nesta dissertação foram realizadas. Compreender a “vitória do mercado” e o significado do mercado, assim como suas determinações, foram as minhas obstinações. Pelo próprio tamanho do intento, vários percalços aconteceram pelo caminho até chegar ao presente desenho.

São múltiplas as formas e os conceitos de mercado. Portanto, como compreendê-las? Poderíamos tentar pelo confronto dos conceitos a partir de autores clássicos, como o confronto da noção a partir de Marx, Proudhon¹ e, posteriormente, Weber e Durkheim. Indo para além dos autores fundadores da sociologia, uma via importante e necessária é a reflexão de ordem antropológica²: Mauss³ e Polanyi⁴ nos apresentam não apenas a questão do mercado, como também dos mercados e dos diferentes sistemas de relações materiais.

A questão do mercado também pode ser analisada pela história, a partir da brilhante e monumental obra de Braudel⁵. Contemporaneamente poderíamos ressaltar os desenvolvimentos da sociologia econômica⁶, a partir da reflexão do mercado como ordem

¹ PROUDHON, Pierre-Joseph. *Sistemas das contradições econômicas ou Filosofia da Miséria*. São Paulo: Ícone Editora, 2003.

² GUDEMAN, Stephen. *Anthropology and Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

³ MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

⁴ POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

⁵ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII - Volume 2 - Os jogos das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

⁶ SWEDBERG, Richard. Markets as Social Structures. In *The Handbook of Economic Sociology*. SMELSER, Neil J. e SWEDBERG, Richard (org.) New Jersey: Princeton Press, 2005.

social, assim como o debate da filosofia moral com as posições opostas de Rawls⁷ e Nozick⁸ ou Sandel⁹ e Brennan¹⁰.

Diante da miríade de possibilidades, optou-se, em princípio, por partir do objetivo de compreender a origem do mercado contemporâneo, a partir do surgimento da grande empresa moderna, sua relação com o Imperialismo na transição do século XIX e XX e a origem - ou não - de uma nova classe social: a dita nova classe média, a classe gerencial. Os benefícios de tal recorte seriam a confluência de uma história social, história econômica e história do pensamento econômico. A dimensão do recorte, contudo, atrapalhou o objetivo inicial, que se coadunava em uma pretensão metodológica a partir da história dos conceitos, a fim de tentar encontrar a polissemia do conceito a partir das distintas visões - autores consagrados, usos cotidianos e confronto com a história social.

Pela demasiada amplitude da proposta dada, assim como pelo tempo exíguo, desloquei novamente a temática para um recorte de história do pensamento (econômico), iniciada a partir dos críticos das relações mercantis. Essa dissertação, portanto, é o primeiro passo para uma tentativa de compreensão dos diversos entendimentos das relações mercantis, iniciando pelos seus críticos.

Marx, como não poderia deixar de ser, seria o ponto de partida inicial para a compreensão da reflexão crítica ao mercado. A fim de desenvolver uma perspectiva não economicista da obra marxiana, optou-se por começar do começo: as reflexões do jovem Marx no seu primeiro contato com a economia política, da qual alguns elementos encontram-se por toda a vida de Marx, enquanto que outros foram desenvolvidos e reelaborados.

O trabalho, por fim, chegou ao formato atual: uma investigação sobre as relações mercantis nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, doravante MEF. O foco são as relações mercantis em seu aspecto mais amplo, abrangendo o impacto que têm nas relações entre os seres humanos, a partir da noção de comércio; a forma como Marx compreende as ações materiais, a partir da crítica a religião; e o impacto central que o dinheiro causa.

Tal perspectiva foi cotejada com a bibliografia existente a respeito dos MEF, assim como obras anteriores do próprio Marx e um importante texto de Engels - “Esboços para uma crítica da economia política”. Como bibliografia primária, em relação aos textos de Marx e

⁷ RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. 3. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008.

⁸ NOZICK, Robert. *Anarquia, estado e utopia*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, c1991.

⁹ SANDEL, Michael J. *O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado*. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2013.

¹⁰ BRENNAN, Jason; JAWORSKI, Peter. *Markets without Limits: Moral Virtues and Commercial Interests*. London : Taylor and Francis, 2015.

Engels, privilegiou-se as traduções criteriosas das edições da Boitempo, todas a partir do original em alemão, cotejadas com a tradução em inglês das obras reunidas MEW - Marx Engels Werke.

I Itinerário da dissertação

Após as explicitações dos descaminhos do projeto inicial, avançamos para uma breve origem histórica das indagações a respeito da questão moderna de mercado, a partir de Rosanvallon, Coutinho e Ganem. O objetivo desta explanação inicial é de apresentar um esboço rudimentar do que poderia ser uma história conceitual do mercado, a partir de sua gênese moderna. A presente introdução evita se alongar, dado que cada capítulo encontra com a sua devida introdução: apresentamos de modo muito geral uma mera sinopse dos capítulos seguintes, assim como uma breve gênese da ideia de mercado.

A dissertação prossegue no capítulo 1 com o objetivo de expor os antecedentes do conceito de mercado marxiano nos MEF. Neste sentido, apresentamos um breve panorama da querela a respeito da “sociedade civil” nos escritos iniciais de Marx e prosseguimos para a análise de dois textos centrais a respeito das relações mercantis: os textos de Marx sobre o roubo da lenha e o artigo “Esboços para uma crítica da economia política” de Engels.

Podemos dizer que os textos analisados são fundadores da crítica marxiana nas reflexões sobre economia e sobre os “interesses materiais”, como o próprio autor diz a respeito dos artigos da Gazeta Renana acerca dos roubos de lenha¹¹; neste texto, Marx parte da premissa de um democrata radical, advogando pela racionalização estatal e defendendo os direitos dos pobres, frente às mudanças legislativas decorrentes de um processo de avanço da mercantilização.

Por sua vez, o artigo de Engels publicado nos Anais Franco-Alemães representa a gênese da crítica de Marx e Engels à economia política. Embora o texto de Engels não se aprofunde nas críticas à economia política, ele apresenta uma proposta inicial a respeito do impacto das relações de comércio entre os seres humanos. Marx, ainda que tenha avançado em

¹¹ “No ano de 1842-43, como redactor da Rheinische Zeitung, vi-me pela primeira vez, perplexo, perante a dificuldade de ter também de dizer alguma coisa sobre o que se designa por interesses materiais. Os debates do Landtag Renano sobre roubo de lenha e parcelamento da propriedade fundiária, a polémica oficial que Herr von Schaper, então Oberpräsident da província renana, abriu com a Rheinische Zeitung sobre a situação dos camponeses do Mosela, por fim as discussões sobre livre-cambismo e tarifas alfandegárias proteccionistas deram-me os primeiros motivos para que me ocupasse com questões económicas” MARX, Karl. Prefácio in MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

muito a crítica à economia política, foi especialmente tributário do referido texto, em especial às considerações sobre a troca no âmbito comercial e suas contradições dentro do “egoísmo” da economia política.

O segundo capítulo trata da primeira parte dos MEF. Neste capítulo, Marx analisa as categorias da economia política a partir delas mesmas, isto é, a partir dos critérios da economia política, encontrando suas contradições internas. As relações mercantis aqui analisadas são as relações entre trabalho e capital (mercado de trabalho) - salário; entre os distintos capitais (mercado de capital); entre a terra e o capital (mercado de terras).

No terceiro capítulo, exploro o desenvolvimento das relações mercantis – a compreensão parte dos mercados parciais para chegar em relações mercantis universalizadas na sociedade burguesa. O estranhamento universal na relação do homem com a natureza, do homem consigo mesmo e do homem com o gênero humano e o outro homem.

As relações mercantis de trabalho estranham as relações do homem. O homem estranha a si mesmo, ao outro, ao objeto do seu trabalho, à própria humanidade e a sua ação na relação com a natureza. Isso se relaciona com a transformação da noção de riqueza, a partir da fetichização da forma do dinheiro - o dinheiro como intercambialidade infinita de tudo e mediação necessária entre os homens. Na conclusão procuramos fazer uma retomada mais sintética desses pontos, de modo mais desenvolvido.

II Remanescentes históricos do mercado

A história de um conceito busca a estrutura e as suas alterações em uma sociedade, colocando em evidência a estratificação dos significados, ultrapassando a barreira da diacronia e da sincronia, simultaneidade e não-simultaneidade do conceito, apresentando, inclusive, as camadas de curto, médio e longo prazo¹². Neste sentido, o conceito de mercado, que busco aqui, está no plano da história estrutural, apresentando as transformações lentas de longo prazo, que agregam todos os conceitos momentâneos de mercado, o acúmulo diacrônico no momento sincrônico e a mudança na história.

O conceito de mercado encerra em si uma totalidade e generalização de circunstâncias políticas e sociais, em que uma definição exata é impossível de se obter, pois ela é tanto um movimento, quanto é polissêmica, só apreendida por uma multiplicidade de definições e noções

¹² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, RJ: Editora da PUC-Rio: Contraponto, 2006. (Capítulo 5 – História dos conceitos e História Social)

na história, à luz da história do conceito e da luta imbricada dos diversos atores pela definição desse conceito.

Os distintos conceitos parciais de mercado em luta, que aparecem no século XVIII, abrem horizontes de experiência, mas também limitam as possibilidades de experiência a partir dela mesma. Os séculos XVIII e XIX são de tensão na definição do conceito de mercado, com a formação da economia política, assim como da crítica à economia política, cuja noção de mercado relaciona-se com os horizontes e limites da experiência humana. Os MEF são um nó central na trajetória da crítica à economia política, nos quais a apreensão de Marx da economia política está fresca e fortemente influenciada por Engels. Desta forma, o conceito subjacente de mercado em Marx nos MEF, sob a ideia de sociedade burguesa é, justamente, o extrapolamento da economia política, em especial de Adam Smith, à luz de Engels.

É no século XVIII que, por meio do cruzamento de violentas transformações em todas as esferas da vida, o conceito de mercado adquire relevância social¹³. No bojo da forte emergência do liberalismo, associada à secularização do pensamento, assim como ao desenvolvimento da filosofia da natureza e aos desdobramentos das ciências naturais, a noção de mercado passa a ganhar cada vez mais aderência em algumas regiões europeias. O conceito de mercado, pois, serve, cada vez mais, como meio de crítica ao Estado absolutista, a partir da imagem de uma sociedade mercantil autorregulada^{14 15}.

O desenvolvimento do conceito no século XVIII se confunde com o próprio surgimento da economia política como uma ciência autônoma. As transformações enunciadas em relação ao processo de secularização e avanço das ciências naturais se expressam na origem da economia política, em autores diversos como Locke e Hobbes. De especial interesse, porém, considerados os pais fundadores da ciência são os fisiocratas, que desenvolveram as relações de troca como relações do âmbito da ordem natural da sociedade, isto é, as relações econômicas deveriam ser estudadas por uma ciência natural da humanidade. Entre os autores da fisiocracia, o conceito de mercado não está diretamente posto, mas a noção de *laissez-faire* e auto-organização natural da sociedade nas relações de produção e intercâmbio se exprimem no *Tableau Économique*¹⁶.

¹³ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico: história da ideia de mercado*. Bauru: EDUSC, 2002.

¹⁴ Idem, p.23.

¹⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1999

¹⁶ COUTINHO, Mauricio. *Lições de Economia Política Clássica*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

QUESNAY, François; HUME, David. *Escritos sobre economia e Questões Econômicas dos Fisiocratas*. ed. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1988.

A ideia de mercado adquire a sua forma mais desenvolvida por meio da sistematização realizada por Adam Smith¹⁷. Embora o conceito ganhe sua expressão como uma totalidade a partir dos debates da primeira metade do século XX, a metáfora da mão invisível, assim como a reflexão geral sobre as relações mercantis sistematizada por Smith forneceram as bases para todos os conceitos posteriores de mercado, independente da concordância ou da oposição em relação à noção smithiana da sociedade de mercado¹⁸.

Para Ganem, a obra de Smith avança na conceituação da ordem econômica por retratá-la como uma ordem social. O mercado é uma ideia que aparece de modo mais complexo do que seus ditos seguidores contemporâneos:

O mercado é entendido como algo mais complexo do que um *locus* de troca e a mão invisível como mais do que um simples mecanismo de ajuste automático, representando a própria viabilização da ordem social, seu operador último, sua forma de organização social. E não é por outra razão que a teoria do mercado de Smith se torna inquestionavelmente a matriz teórica da ordem social liberal e a economia passa a ser entendida como essência da sociedade, terreno sobre o qual a harmonia social pode ser pensada e praticada.¹⁹

Nesse sentido, Smith avança para além do liberalismo político, apresentando a solução para uma ordem social sem a necessidade do contrato social:

O mercado, como fator de integração social, atinge todos os planos e, superando o comércio entre nações (Montesquieu), se traduziria no próprio mecanismo de organização da sociedade liberal. A mão invisível, em substituição ao legislador, se tornaria, portanto, o operador último dessa nova ordem social. Esta adquiriria autonomia explicativa nos fundamentos do

¹⁷ “Tendo como pré-condição o direito liberal, que garante o direito à vida, à liberdade e à propriedade (tomados de Hobbes e Locke), a ordem social estaria assentada no seu fundamento último: o indivíduo e suas paixões mobilizadoras. Estas paixões não estariam mais associadas ao desejo de poder e glória (Hobbes, Montesquieu), mas transmutadas na paixão de ganhar dinheiro, de acumular infinitamente, de comprar toda sorte de mercadorias, e sedimentariam o interesse privado da busca constante de melhorar sua própria condição (Hume). Esta paixão calma, estável e universal, no sentido de ser comum a todos os homens, estaria livre das idéias de vício e de pecado (Mandeville) e teria como grande aliada a razão expressa na previsibilidade e na prudência. No segundo plano, teríamos um operador, a mão invisível, que, substituindo o legislador, permitiria que a busca desses interesses não resultasse na guerra (Hobbes), mas na paz, expressão do interesse coletivo realizado” GANEM, Angela. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: Uma abordagem histórico-filosófica in Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, 4(2). P. 19

¹⁸ SMITH, Adam. A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

¹⁹ GANEM, Angela. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: Uma abordagem histórico-filosófica in Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, 4(2). p.11

indivíduo e descartaria para a explicação de sua emergência o contrato social (Hobbes)”²⁰

Essa compreensão da obra smithana acerca do mercado é reiterada por Rosanvallon, para quem o mercado é uma noção não apenas técnica, mas que remete à problemática da regulação social e política, na qual procura-se a solução, pelo liberalismo econômico, das questões não resolvidas pelo contrato social. Nesse sentido, intenta-se uma sociedade civil autorregulada e sem mediações, apolítica. O desdobramento ocorre pelo desenvolvimento da ideia de troca como um jogo não de soma-zero, que garante a autonomia dos indivíduos, assim como se torna a explicação da própria sociedade em si, visando a abolição da política²¹.

III Um panorama dos Manuscritos econômicos-filosóficos

Descobertos em 1932, a publicação dos Manuscritos econômico-filosóficos (MEF) coincidiu com a consolidação do stalinismo²², fazendo com que a obra ficasse esquecida nos turbulentos anos do entre-guerras. Contudo, nas décadas seguintes, os MEF foram utilizados por uma gama variada de autores, pelos “existencialistas e pelos católicos”, contra as concepções dogmatizadas, representando uma alternativa teórica ao stalinismo do período²³.

O motivo do uso é a ênfase de Marx, nos MEF, de aspectos humanistas que permeavam a reflexão do autor. Tal dimensão humanista e filosófica dos MEF é, inclusive, fruto de uma imensa polêmica acerca da validade da obra na unidade da teoria marxiana²⁴. Na polêmica mais lembrada, Althusser propõe que a obra ainda estaria em um plano filosófico e, portanto, pré-científico em Marx. Ainda que crítico a Althusser, a posição de Giannotti ecoa a posição do filósofo francês²⁵, na qual o texto de Jacques Ranciere é também uma referência²⁶. Em oposição

²⁰ GANEM, Angela. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: Uma abordagem histórico-filosófica. In *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, 4(2). p.19

²¹ ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico: história da ideia de mercado*. Bauru: EDUSC, 2002.

²² FREDERICO, Celso. *O jovem Marx: 1843-1844: As origens da ontologia do ser social*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

²³ MCLELLAN, David. *As ideias de Marx*. 2. ed. São Paulo, SP: Cultrix, 1977,

²⁴ “Além disso, mesmo a nossa própria experiência pode chamá-la, talvez, ‘comunista’ sem ser ‘marxista’”. ALTHUSSER, Louis. Os manuscritos de 1844 de Karl Marx (Economia política e filosofia) in *Revista Dialectus*, 2015. Ano 2, n 6 p. 208. Tradução de Marquessuel Dantas de Souza.

²⁵ GIANNOTTI, Jose Arthur. *Origens da dialética do trabalho: estudo sobre a lógica do jovem Marx*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985. 2a ed.

²⁶ RANCIERE, Jacques in ALTHUSSER, Louis. *Ler o capital*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1979-1980.

a essa visão, autores como Lukács²⁷, Netto²⁸ e Frederico²⁹ apontam uma vivacidade da obra, na qual despontam reflexões que Marx desenvolveu posteriormente.

Sem entrar frontalmente no debate, cabe ressaltar que os MEF são escritos em um momento de particular interesse na obra de Marx, pois trata-se do ponto de partida de sua formação teórica na crítica à economia política³⁰. Marx, até então um filósofo de formação, foi influenciado na crítica à economia política por meio do artigo “Esboços para uma crítica à economia política” de Engels³¹, sendo especialmente tributário deste texto na sua visão sobre as relações de comércio³².

O que é preciso ressaltar na relação de Marx com a economia política nos MEF é o modo como o método de apreensão e a crítica marxiana estão “in loco”, pela própria característica inacabada da obra. A forma como Marx se apropria da economia política, por meio de uma potência negativa encontrada no próprio objeto, invertendo-a³³, suspendendo-a.

O modo como Marx realiza a potência negativa é alvo de um intenso debate entre Giannotti e Fausto com relação à definição de emancipação marxiana nos MEF. A longa explanação de Marx sobre o socialismo como etapa seguinte ao comunismo gera questionamentos sobre a manutenção da posição defendida nas obras posteriores, além de

²⁷ “Quando estive em Moscou, em 1930, Riazanov me mostrou os manuscritos de Marx elaborados em Paris em 1844. Você pode imaginar minha excitação: a leitura desses manuscritos mudou toda a minha relação com o marxismo e transformou minha perspectiva filosófica” LUKÁCS, Gyorg, 1981, p. 49 apud VAISMAN, 2010 in. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*. São Paulo/SP: Boitempo, 2010.

²⁸ NETTO, José Paulo. Apresentação in MARX, Karl. *Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

²⁹ FREDERICO, Celso. *O jovem Marx: 1843-1844: As origens da ontologia do ser social*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

³⁰ “Qual é de fato o caráter específico dos Manuscritos de [18]44, quando comparados aos textos anteriores de Marx? O que eles trazem radicalmente de novo? A resposta está neste fato: os Manuscritos são o produto do encontro de Marx com a economia política. Certamente não é pela primeira vez que Marx se encontra, como ele mesmo diz, na “necessidade” de dar seu parecer sobre questões de ordem econômica (...) Em [18]44, é a economia política em pessoa que afronta Marx” ALTHUSSER, Louis. Os manuscritos de 1844 de Karl Marx (Economia política e filosofia) in *Revista Dialectus*, 2015. Ano 2, n 6 p. 207. Tradução de Marquessuel Dantas de Souza.

³¹ ENGELS, F. “Outlines of a critique of political economy” in MARX, Karl. *Karl Marx, Frederick Engels: collected works*. New York, NY: International, c1975 v.2

³² O grau de desenvolvimento da obra de Marx sobre a economia política e a influência de Engels têm posições distintas. Em alguns momentos, o próprio Marx se mostra tributário da influência que o texto Outlines de Engels lhe causou, posição endossada por Ranieri, porém, não por Clarke, que vê Marx, nesse período, como à frente em relação à Engels.

³³ Me parece decisivo, como me parece capital o fato de que Marx aceita precisamente a economia política tal como se dá (p. LXVII), sem colocar em questão o conteúdo dos conceitos e sua sistemática como ele o formará mais tarde: é esta “abstração” da Economia que autoriza a outra “abstração” ALTHUSSER, Louis. Os manuscritos de 1844 de Karl Marx (Economia política e filosofia) in *Revista Dialectus*, 2015. Ano 2, n 6 p. 208. Tradução de Marquessuel Dantas de Souza.

embates na compreensão da negatividade e na definição de uma antropologia, positiva ou negativa³⁴.

Como ponto de partida da crítica à economia política, os MEF também marcam o sentimento de insuficiência da teoria especulativa hegeliana, que Marx experimentou nos primeiros anos da década de 1840. Os “percalços” com que Marx se defrontou como jornalista chefe no periódico “Gazeta Renana”, em especial nos artigos sobre o roubo da lenha, apresentam esse sentimento que tem nos MEF seu ponto de chegada³⁵.

Para Celso Frederico, 1844, ano de escrita dos MEF, é o ano da “inflexão ontológica” de Marx, por meio do confronto das influências de Hegel e Feuerbach, das leituras de economia política e da descoberta do movimento socialista francês, perfazendo o caminho pelas “três fontes constitutivas”³⁶. O ano produtivo e profícuo da lua de mel do autor ocorreu com a combinação do encontro com a economia política e encontros com os mais diversos teóricos e líderes políticos socialistas e comunistas³⁷.

Em relação às categorias analíticas, ressaltamos que a obra ainda se encontra em uma etapa preliminar da crítica da economia política, perceptível na disposição textual da escrita, na qual Marx ainda não desenvolveu categorias próprias de análise, utilizando-se de categorias dos autores que critica³⁸. Por outro lado, explicitações que apenas aparecem de modo sutil nas obras posteriores, nos MEF se colocam de maneira alongada.

Um caráter também importante é a preocupação de Marx com a natureza e a filosofia da natureza presente desde o seu momento de doutoramento, no estudo sobre Demócrito e

³⁴ Giannotti propõe que nos MEF Marx apresenta uma “antropologia positiva” a qual será negada pelo próprio Marx posteriormente, pois trata-se de um elemento ainda rudimentar na obra do autor. Diferentemente, Fausto vê uma “antropologia negativa”, a partir da crítica do trabalho estranhado. “é preciso dizer que os Manuscritos... representam mais uma antropologia negativa do que uma antropologia positiva — o que já é diferente. O fundamento antropológico nos Manuscritos é menos o homem do que o homem alienado. Isto não nos remete ao velho Marx, mas representa uma diferença importante em relação à antropologia feuerbachiana” FAUSTO, Ruy. *Marx: Lógica e Política*. p.236

³⁵ Os artigos apontam para o debate referente à mudança na lei da lenha, isto é, as madeiras secas caídas poderiam ser utilizadas pelos que pudessem pegá-la, independente da propriedade, se transformou em roubo. MARX, Karl. *Os despossuídos*. Boitempo: São Paulo, 2017.

³⁶ A tese das três partes do marxismo defendida por Lênin é que Marx seria a melhor junção entre a filosofia alemã, economia política inglesa e socialismo francês. LÊNIN, Vladimir Ulyanov. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1913/03/tresfont.htm> (Acessado em 01/08/2017) Para a crítica da tese de Lênin, CHASIN, José. Crítica do Amálgama Originário in *Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.

³⁷ MUSTO, Marcello. Marx in Paris. *Science & Society*, Vol. 73, No. 3, July 2009, 386–402

³⁸ “A palavra dos autores lidos é que dá o tom da exposição, ao lado de comentários bem esparsos de Marx a respeito desse mesmo conteúdo” p.12 RANIERI, Jesus. In MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

Epicuro³⁹. Esta posição se torna mais evidente pela influência que o autor recebe de Feuerbach, influência que não significa necessariamente a adoção do epíteto de feuerbachiano⁴⁰.

A relação com Feuerbach não se limita à apologia da natureza, mas também ao método de crítica da realidade, por meio da crítica à religião. Embora autores como Althusser apontem isso como um olhar ingênuo “fenomenológico”⁴¹, tal forma de crítica mantém-se no Marx “maduro”, em especial na famosa seção IV do primeiro capítulo d’O Capital⁴².

IV Itinerário e proposta de leitura dos MEF

O caminho percorrido pelo trabalho segue a organização dos MEF divididos em dois grandes blocos. O primeiro bloco traz a compreensão de Marx sobre as categorias da economia política de Adam Smith, em especial o que Marx denominaria n’O Capital como fórmula trinitária do salário, ganho do capital e renda fundiária⁴³. Como compreendidas aqui, as três categorias perfazem o funcionamento de mercados parciais, a partir das relações entre as classes sociais - trabalhador, capitalista e proprietário (rural).

Os excertos deste primeiro bloco apontam a gênese da crítica à economia política na sua imediata crueza. Como Marx ainda não possui categorias analíticas próprias, limita-se

³⁹ A importância de Epicuro é notada pela relação da natureza com o homem, em Marx. “Epicuro torna-se autor estratégico, pois, ao reconhecer o caráter racional da natureza, liberta o homem do medo do desconhecido e faculta a reconciliação do universal com o singular, cujo movimento ocorre num plano meramente objetivo, aquele do gênero com os indivíduos da sua espécie. Daí a importância que a noção de ser-genérico, a realidade natural como espécie refletindo-se sobre si mesma, assume nos primeiros escritos de Marx” GIANNOTTI, José Arthur. *Marx além do marxismo*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2009. p.26

⁴⁰ Embora Engels afirme, a partir do entusiasmo da publicação de “A essência do cristianismo” de Feuerbach, que a partir daquele momento todos eram feuerbachianos, Marx coloca-se em “oposição [a ele no] que concerne não ao próprio princípio, mas à maneira de concebê-lo” Idem p.26 e 27 ou também a forte provocação de Ranieri: “Marx nunca foi feuerbachiano” RANIERI, Jesus. In MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004. p.11

⁴¹ “A economia política burguesa surgiu a Marx como uma espécie de fenomenologia” BOTTIGELLI apud ALTHUSSER, Louis. Os manuscritos de 1844 de Karl Marx (Economia política e filosofia) in *Revista Dialectus*, 2015. Ano 2, n 6. Tradução de Marquessuel Dantas de Souza.

⁴² MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Seção IV do capítulo 1 – A Mercadoria.

⁴³ Os capítulos nos quais Adam Smith discute o salário, o lucro e a renda da terra são, respectivamente, os capítulos 8, 9 e 11, possuindo cada qual a sua própria lógica e determinação. Os salários são apresentados nas suas diversas relações com a carestia e a fartura, enquanto o lucro é observado na sua relação com as taxas de remuneração e, por fim, a renda da terra, um preço de monopólio. O que procura realizar, por outro lado, são relações internas entre as 3 categorias pela lógica do capital. Rosdolsky aponta que, apesar dessa necessária unidade, é factível a separação, pois é a forma como a distribuição é efetivamente realizada no capitalismo. Nesse sentido, caberia separar os economistas dos economistas vulgares que tomariam a ideia de fatores de produção como formadores de riqueza, o que não é o caso de Adam Smith. SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1996. ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ, Contraponto, 2001. p.41-43

muitas vezes à rearticulação original das categorias da economia política⁴⁴. Nesse sentido, o que a economia contemporânea denomina mercado de trabalho é a relação entre trabalho e capital, o salário. Por sua vez, o ganho capitalista está na categoria da concorrência, na relação entre distintos capitalistas no mercado que determina o lucro. A relação colocada pela renda fundiária ocorre em um plano histórico entre o capital e a renda, a renda parte como relação dominante, mas a dominação logo é absorvida pela relação do capital.

Como vemos, a divisão se encontra na relação do capital consigo mesmo e na sua relação com o trabalho e a renda, de modo que o capital já expressa uma centralidade na compreensão marxiana, explicitando a relação mercantil pela ótica das classes sociais. A compreensão da totalidade do sistema fabril não pode se dar sem que sejam entendidas as relações entre as suas partes, no caso, entre as classes sociais, e é especificamente negativa à classe trabalhadora: “Para o trabalhador, portanto, a separação de capital, renda da terra e trabalho [é] mortal”⁴⁵.

A partir das relações entre as distintas partes da sociedade burguesa, emergem relações universais na sociedade burguesa. No primeiro bloco, seguindo a trilha apontada por Engels, Marx relacionou a propriedade privada a três categorias centrais: trabalho estranhado, carência e dinheiro. Enquanto o segundo bloco ressalta a relação ontológica do homem com a natureza, o segundo relaciona os desejos humanos na relação do homem consigo mesmo e com a humanidade, assim como as relações intersubjetivas que são mediadas e formatadas pelo dinheiro na sociedade burguesa⁴⁶.

⁴⁴ RANIERI, Jesus. In MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

⁴⁵ MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004 p.24

⁴⁶ Tal divisão segue em linhas gerais a ênfase com que a obra de Hegel foi apropriada, a partir de três categorias centrais: trabalho, desejo e intersubjetividade (consciência-de-si). SAFATLE, Vladimir. *Introdução à fenomenologia do espírito*. Mimeo.

Capítulo 1 - Sociedade civil e mercado na crítica à economia política de Engels e Marx (1842 - 1844)

O objetivo deste capítulo é a apresentação panorâmica do debate sobre a sociedade civil e de dois textos relacionados às relações mercantis que antecedem os Manuscritos econômico-filosóficos de Marx. A questão da sociedade civil em Marx é discutida na sua relação com o Estado e na sua ênfase como determinação na sociedade burguesa. Os textos “Crítica à filosofia do direito de Hegel”⁴⁷ e “Sobre a questão judaica”⁴⁸ não serão discutidos de modo mais detalhado, mas apresentados a partir da ênfase da sociedade civil, por meio dos comentadores: Chasin⁴⁹, Rosanvallon⁵⁰ e Bensaid⁵¹.

O primeiro texto que é apresentado nesta dissertação é um conjunto de artigos de Marx publicados na Gazeta Renana sobre o roubo da lenha, no qual apresenta as primeiras defrontações de Marx com os “interesses materiais” e “questões econômicas”. O pano de fundo é o desenvolvimento capitalista na Renânia e a subsequente mudança legislativa frente ao avanço das relações mercantis. Marx, ainda sem se defrontar diretamente com a economia política, isto é, um momento pré-crítica da economia política, familiariza-se com o conteúdo pela própria relação com o pensamento hegeliano, cuja “Filosofia do Direito” é fortemente influenciada pelas proposições de Smith e Ricardo.

O segundo texto, de Engels, intitulado “Esboços para uma crítica a economia política”, apresenta a gênese da crítica à Economia Política em seu caráter rudimentar. O texto apresenta delineamentos centrais que influenciaram Marx, a respeito das considerações sobre a economia política e também sobre as consequências da troca e do comércio.

1.1 Marx e a “sociedade civil”

Entre os anos de 1841, quando Marx defende a sua tese de doutoramento sobre a diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro, e 1844, momento em que redige os MEF, há uma evolução febril e intensa da teoria marxiana, o que torna este um

⁴⁷ MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2003.

⁴⁸ MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

⁴⁹ CHASIN, Jose. Marx - A determinação ontonegativa da politicidade. In *Revista Verinotio de filosofia e ciências humanas*, n 15, Ano VIII, ago. 2012.

⁵⁰ ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico: história da ideia de mercado*. Bauru: EDUSC, 2002.

⁵¹ BENSARD, Daniel. “Na e pela história”: Reflexões acerca de Sobre a Questão Judaica. In MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

período decisivo, segundo Netto⁵², definidor do pensamento de Marx. Testemunha-se, neste período, a evolução de um Marx “liberal democrata e radical”, calcado na defesa da racionalização do Estado - da universalização das leis em um regime político democrático, para o Marx que vê o Estado na sua relação com a sociedade civil e determinado pelas relações da sociedade civil.

Nesse sentido, os artigos de Marx sobre o roubo da lenha se opõem aos MEF no que diz respeito a essa evolução da teoria marxiana. Assim, enquanto nos artigos da *Gazeta Renana* a defesa está calcada na ampliação dos direitos, nos MEF a proposta já se encontra no âmbito das transformações da sociedade civil.

Com relação ao caminho de Marx, um grande debate sobre o pensamento do autor se refere ao papel dado à política e a sua relação com a economia e o Estado com a sociedade civil. A ênfase para a reflexão das questões econômicas e da determinação da vida material não explica, de modo imediato, as relações anteriormente colocadas, na qual há uma disputa de visões a respeito da obra marxiana. Neste intuito, o objetivo é apresentar, de modo não exaustivo, os debates em relação à posição da sociedade civil no percurso de Marx que culmina nos MEF.

Para José Chasin, no seu texto “A determinação ontonegativa da politicidade”, os anos de 1842 a 1844 representam em Marx a passagem de uma visão positiva para uma negativa a respeito da política. Neste sentido, Marx parte de uma posição neo-hegeliana em defesa da racionalidade e da universalidade do Estado como realização da liberdade humana:

Com efeito, nos artigos d’A *Gazeta Renana*, Marx é um adepto vibrante da linha de pensamento – clássica e de origem tão remota quanto a própria filosofia – que identifica na política e no estado a própria realização do humano e de sua racionalidade. Em outros termos, estado e liberdade ou universalidade e civilização ou hominização se manifestam em determinações recíprocas, de tal forma que a politicidade é tomada como predicado intrínseco ao ser social, e nessa condição – eterna, sob modos diversos, que de uma ou outra maneira a conduziram à plenitude da estatização verdadeira na modernidade. Politicidade como atributo perene, positivamente indissociável da autêntica entificação humana, portanto constitutiva do gênero, de sorte que orgânica e essencial em todas as suas atualizações. Em suma, à época de A *Gazeta Renana*, Marx está vinculado às estruturas tradicionais da filosofia política, ou seja, à determinação ontopositiva da politicidade, e enquanto tal, formalmente, a uma das inclinações mais fortes e características do neo-hegelianismo⁵³

⁵² NETTO, José Paulo. Apresentação in MARX, Karl. *Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

⁵³ CHASIN, Jose. Marx - A determinação ontonegativa da politicidade. In *Revista Verinotio de filosofia e ciências humanas*, n 15, Ano VIII, ago. 2012.

A ruptura com a posição neo-hegeliana descrita por Chasin ocorreria nos escritos imediatamente posteriores nos artigos a “Sobre a Questão Judaica” e “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”; Marx mudaria o itinerário, criticando os limites das revoluções políticas⁵⁴ e da emancipação política⁵⁵ em relação à emancipação humana e à revolução social, indicando não apenas a limitação do campo político de ação, mas também a limitação do plano do Estado como campo de ação e reflexão autônoma. Esse deslocamento significa a passagem da determinação estatal e jurídica para a determinação material da “sociedade civil”, tal qual colocada por Marx:

Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como formas de estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais da vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de ‘sociedade civil’, seguindo os ingleses e franceses do século XVIII; a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na economia política”⁵⁶.

Em Chasin, a passagem do Marx estatista para o Marx crítico da politicidade é vista como central na formação do autor que vai além das ilusões burguesas a respeito da própria política e da ação estatal. As lutas e a emancipação não deveriam se restringir à forma fetichizada do Estado, pois tanto as determinações, quanto o porvir, estariam para além desta. De modo análogo, mas em uma outra chave, autores díspares como Bobbio, Castoriadis e Rosanvallon também veem essa passagem como a extinção do político e a reabilitação da sociedade civil. Por outro lado, encaram-na como embrião do totalitarismo, ao negar a mediação do estado e do direito civil.

Nos concentrando na posição de Rosanvallon, pois o autor foca na noção de mercado, a crítica de Marx a Hegel e a sua centralidade estatal seria, na realidade, o retorno do liberalismo econômico, isto é, a posição da economia política de Adam Smith via Hegel. Para o autor, Hegel, ao resolver as aporias do beco sem saída das propostas smithianas, mas

⁵⁴ “a realidade da libertação gradual [ou] sua impossibilidade é o que deve gerar a liberdade total. Numa palavra, a revolução política ou seu impedimento são os êmulos da globalidade da emancipação humana: o revolucionamento político nunca ultrapassa as fronteiras de sua natureza parcial e mediadora, e a emancipação global nunca deixa de ser o fim último a postular” CHASIN, Jose. Marx - A determinação ontonegativa da politicidade. In *Revista Verinotio de filosofia e ciências humanas*, n 15, Ano VIII, ago. 2012.

⁵⁵ “Os limites da emancipação política aparecem imediatamente no fato de o estado poder se libertar de um constrangimento sem que o homem se encontre realmente liberto; de o estado conseguir ser um estado livre sem que o homem seja um homem livre” CHASIN, Jose. Marx - A determinação ontonegativa da politicidade. In *Revista Verinotio de filosofia e ciências humanas*, n 15, Ano VIII, ago. 2012.

⁵⁶ MARX, Karl apud CHASIN, Jose. Marx - A determinação ontonegativa da politicidade. In *Revista Verinotio de filosofia e ciências humanas*, n 15, Ano VIII, ago. 2012.

incorporando-as, foi além da economia política, apontando o Estado como resolução. A crítica de Marx a Hegel, assim, representaria a “negação da negação” de Smith por Hegel, ou seja, um retorno a Smith na sua ênfase sobre a sociedade civil⁵⁷. Contudo, para o autor, para além de um retorno a Smith a crítica de Marx significaria uma regressão, pois, se em Smith há a passagem da harmonia natural para a harmonia dos interesses, Marx retornaria a harmonia natural no horizonte do comunismo.

Nesse sentido, para Rosanvallon, não apenas a posição marxiana seria demasiada próxima ao liberalismo econômico, como seria uma regressão aos avanços do mesmo. Marx (e os socialistas e anarquistas), portanto, teriam aprofundado as teses liberais econômicas, alçando-as a um plano utópico, diante de seu fracasso. Um exemplo seria como Marx opera com a noção de indivíduo, que é levada ao limite na sua realização com o coletivo, ainda que sem a ficção do *homo economicus*⁵⁸.

Bensaïd, ao contrário, critica a tese da “extinção política” proposta tanto por Chasin, quanto por Rosanvallon. A retomada da sociedade civil não significa o fim da política, mas sim o plano do terreno da política fora do âmbito do Estado. Esquecer a luta de classes em Marx dessubstancializaria a proposta marxiana não apenas no terreno da determinação da sociedade civil, mas também no horizonte comunista:

Trata-se, portanto, do fim do político em prol do social? Certamente não, e num duplo sentido. Em primeiro lugar, o Estado político somente “desaparece” enquanto entidade separada, poder autonomizado, que pretende representar a totalidade. Ele é decomposto nos processos constitutivos da “verdadeira democracia” que, levando a seu fim o duplo primado, afirmado por Marx, da democratização sobre a democracia e da prática sobre as instituições, redefine a política em termos de poder de constituição, força expansiva de transformação do real. Em outras palavras, Marx não é, de modo algum, um “liberal às avessas”, que projeta a absorção da política por uma sociedade civil rendida à sua transparência a priori, mas um pensador das condições eminentemente políticas constitutivas de sua própria expansividade da abolição da separação do Estado (somente) político.⁵⁹

⁵⁷ “No limite, o sufrágio universal tende, portanto, a suprimir a política, se confunde com o mercado. Este texto é notavelmente esclarecedor. Manifesta, com efeito, de forma límpida o horizonte liberal do pensamento de Marx que vê na realização de uma sociedade de mercado a figura da verdadeira democracia. Dizer que cada um é meu representante na medida em que sua função responde a uma necessidade social é com efeito fazer da divisão social das tarefas o fundamento suficiente do vínculo social: é reconhecer o mercado como princípio de organização social. Neste sentido, pode-se compreender a inversão de Hegel por Marx como um retorno a Smith: é a negação da negação de Smith por Hegel” ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico: história da ideia de mercado*. Bauru: EDUSC, 2002.

⁵⁸ “Toda a filosofia de Marx pode com efeito ser compreendida como uma tentativa de aprofundamento do individualismo moderno” ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico: história da ideia de mercado*. Bauru: EDUSC, 2002. p.219

⁵⁹ BENSAT, Daniel. “Na e pela história”: Reflexões acerca de Sobre a Questão Judaica. In MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010. p.88

A questão da sociedade civil em Marx é importante para a compreensão da posição das relações mercantis e também da evolução da obra marxiana nesse período (1842-1844). As relações mercantis emergem centralmente a partir da relevância da sociedade civil e da compreensão da sociedade burguesa. Os textos sobre o roubo da lenha aparecem colocando o problema, ainda que Marx resolva-o no âmbito do Estado e do direito.

1.2 Marx e o roubo da lenha

Na década de 1840, Marx assume a direção do jornal *Gazeta Renana*, o que representou uma importante experiência na trajetória do autor. Segundo Bensaid, o jornal funcionava como um “protopartido da sociedade civil”, um espírito unificado e crítico à censura do “partido” vigente⁶⁰, pois, como aponta Assunção, há uma centralidade da imprensa no debate intelectual e político do período⁶¹.

No jornal, segundo o próprio autor, na famosa passagem do “Prefácio da Crítica da Economia Política de 1859”, Marx esteve pela primeira vez em contato com os “interesses materiais” e as “questões econômicas”⁶². São estes contatos que iremos discutir. Em específico, os artigos sobre o roubo da lenha cuja dimensão relativa à propriedade e ao mercado atravessa todo o debate⁶³.

1.2.1 Transformações na Renânia: Industrialização e formação dos mercados

A estrutura fundiária renana no começo do século XIX ainda possui traços da propriedade comunal germânica, na qual a existência de propriedades comunais era central. Contudo, influências nesse período causaram transformações na Renânia, que apresentava especificidades em relações a outras regiões germânicas. A região sofreu tanto um prenúncio

⁶⁰ BENSaid, Daniel in Apresentação - Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres in MARX, Karl. *Os despossuídos* São Paulo: Boitempo, 2017. P. 12

⁶¹ “a dimensão da imprensa como centro privilegiado do debate, entre os intelectuais, acerca de assuntos vários da vida alemã daquele início dos anos 1840” ASSUNÇÃO, Vânia. *Marx no tempo da Gazeta Renana*. Revista da APG/PUC-SP, São Paulo, ano XI, n. 29, p. 193-217, set./2003.

⁶² Ver a nota 11.

⁶³ Os artigos aqui discutidos concentram-se no roubo de lenha e na questão da propriedade, artigos escritos nos dias 25, 27, 30 de outubro e 1 e 3 de novembro, todos no ano de 1842. Privilegiou-se a recente tradução de 2017 da editora Boitempo, que forneceu o título “os despossuídos” (MARX, Karl. *Os despossuídos* São Paulo: Boitempo, 2017), cotejado com a edição da MEGA em tradução para o inglês.

de industrialização, assim como o impacto da legislação francesa de propriedade, fruto da ocupação napoleônica.

Como consequência, há, por um lado, uma forte influência do direito consuetudinário germânico, isto é, leis baseadas nos costumes e no uso secular das terras, assim como há o avanço da normatização burocrática, a partir de 1815. É neste pano de fundo legal que se encontram os embates ao qual Marx se debruçará sobre as propostas de mudança na legislação penal a respeito dos furtos de madeira.

Politicamente, por sua vez, uma crescente oposição liberal renana, cuja perspectiva pequeno-burguesa relacionada com a França e a Burguesia industrial e comercial relacionada com a Inglaterra passam a emergir em contraponto ao regime do reino da Prússia. O jornal *A Gazeta Renana* é um “protopartido” dessa oposição liberal, na qual Marx fez parte como redator⁶⁴.

Os artigos aqui analisados, em que Marx discute a criminalização do recolhimento da madeira seca já caída, estão imbricados no processo de desenvolvimento das relações mercantis renanas. Para exemplificar rapidamente, o direito consuetudinário renano do período, até então, não criminalizava o recolhimento das madeiras secas caídas, pois eram tratados como bens comuns, próprios à necessidade de cozimento e aquecimento, tarefas centrais e imprescindíveis para qualquer camponês. Contudo, a madeira verde, isto é, os galhos ainda presos à árvore não poderiam ser recolhidos, pois eram propriedade privada. O que estava sendo proposto - e foi efetivamente realizado - foi a igualação do recolhimento da madeira seca como um crime igual ao recolhimento da madeira verde.

A proposta de criminalização tinha como objetivo diminuir o furto de madeiras no período, pois estava ocorrendo um aumento no recolhimento das mesmas. Este, por sua vez, estava ligado à penetração do mercado nas esferas da vida camponesa: por um lado, houve o aumento da pobreza rural, por outro houve a contínua entrada da madeira no circuito da mercantilização, isto é, a madeira foi se transformando em uma mercadoria, com um preço de

⁶⁴ BENSID, Daniel – Apresentação e Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres. In MARX, Karl. *Os despossuídos* São Paulo: Boitempo, 2017. p. 16

mercado, assim, existir a necessidade, por parte dos camponeses, de comercializá-la, e a necessidade dos proprietários de reter o recolhimento para poder comercializá-la^{65 66}.

A questão colocada para Marx, neste sentido, aparece como o espraio das relações mercantis frente ao direito consuetudinário, ainda que Marx se apoie na parcela liberal que está ligada a esse desenvolvimento mercantil. Marx trata a crítica à lei que criminaliza o recolhimento da madeira seca em duas camadas. A primeira camada é no próprio nível da propriedade privada, a segunda, é elevando as reivindicações e a lógica da propriedade privada ao paroxismo, realizando a crítica à propriedade privada como um todo, a partir dela própria, seguindo a questão e a resposta proudhoniana: O que é a propriedade? É um roubo⁶⁷.

O momento de indefinição pela sobreposição de direitos coletivos (práticas consuetudinárias de uso) com direitos de propriedade, ao qual emerge o domínio absoluto do proprietário privado, individualista (condições para a troca generalizada), culminaria na emersão do direito à propriedade privada como único. Com o fim da ambiguidade e da concorrência entre dois direitos, isto é, o direito a existência e o direito da propriedade privada, as formações híbridas e incertas acabariam com o bem comum, impondo os cercamentos, tão desenvolvidos posteriormente no capítulo 24 d'O Capital, assim como por Rosa Luxemburgo na Acumulação de Capital.

1.2.2 Mercado contra o direito consuetudinário dos pobres e as formas comuns de propriedade

Os primeiros argumentos de Marx são realizados na esfera da propriedade privada. Os argumentos que Marx pretende combater, dos defensores da criminalização do recolhimento

⁶⁵ “O aumento do furto de madeira ao qual responde a proposta de lei apresentada à Dieta aparece incontestavelmente como “uma consequência do pauperismo rural”, então em pleno crescimento. Trata-se de punir a apropriação ilegal de madeira e outros produtos florestais por parte de camponeses pauperizados em massa, na medida em que essa apropriação não visa mais somente ao consumo imediato de madeira, mas à venda dela como mercadoria (...) “O dilema vem precisamente do fato de que a integração da madeira no circuito de criação de valor comercial torna seu valor de uso e seu valor de troca indissociáveis.”. BENSID, Daniel in Apresentação - Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres. In MARX, Karl. *Os despossuídos* São Paulo: Boitempo, 2017. p. 16 e 17

⁶⁶ “Um deputado das cidades (Heinrich von Baur) se opõe à determinação que trata como furto a coleta de frutas silvestres, como mirtilos e oxícos. Ele refere-se principalmente aos filhos de pessoas pobres, que coletam aquelas frutas para ganhar um trocado para seus pais, o que desde tempos imemoriais foi permitido pelos proprietários e resultou em um direito consuetudinário para os pequenos. Esse fato é refutado pelo comentário de outro deputado: “em cuja região essas frutas já seriam artigos de comércio e mandadas em barricas para a Holanda” ” MARX, Karl. *Os despossuídos*. São Paulo: Boitempo, 2017, p.90

⁶⁷ “Se todo atentado contra a propriedade, sem qualquer distinção, sem determinação mais precisa, for considerado furto, não seria furto também toda propriedade privada?”. MARX apud BENSID Idem p.19

da madeira seca, seriam a coibição da destruição das árvores: “Com frequência árvores novas são de início apenas lanhadas e, depois de se deteriorarem por causa disso, seriam tratadas como madeira seca.”⁶⁸, ao passo que Marx responde com a defesa dos que recolhem a madeira seca⁶⁹ no interior do direito consuetudinário, a partir da própria lógica da propriedade⁷⁰. Fruto de uma argumentação propriamente liberal hegeliana, a defesa de Marx considera que o direito consuetudinário, isto é, o direito a partir dos costumes, possui sentido na medida em que é um costume assentado não nos privilégios, mas em uma racionalidade antecipada na lei. Assim, sua posição é reivindicada como defesa dos pobres, ao passo que o costume dos ricos está assentado em privilégio, sendo uma excrescência contra a universalidade da lei, pois opera a favor de privilégios.⁷¹:

Reivindicamos para a pobreza o direito consuetudinário, mais precisamente um direito consuetudinário da pobreza em todos os países. Vamos ainda além e afirmamos que, por sua natureza, o direito consuetudinário só pode ser o direito dessa massa mais baixa, sem posses e elementar.

Os assim chamados costumes dos privilegiados são entendidos como costumes contrários ao direito.⁷²

⁶⁸Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres in MARX, Karl. *Os despossuídos* São Paulo: Boitempo, 2017., p.79

⁶⁹ “Não há maneira mais elegante e ao mesmo tempo mais simples de derrubar o direito das pessoas em favor do direito das árvores novas. Se, por um lado, o parágrafo for aprovado, será necessário cortar uma massa de pessoas sem intenção criminosa da árvore verdejante da moralidade e lançá-la qual madeira seca no inferno da criminalidade, da infâmia e da miséria” Idem, p.79

⁷⁰ “Para apropriar-se de madeira verde é preciso separá-la com violência de sua ligação orgânica. Assim como isso representa um atentado evidente contra a árvore, representa um atentado evidente contra o proprietário da árvore

Ademais, se a madeira cortada for furtada de um terceiro, ela é produto do proprietário. Madeira cortada já é madeira formada. A ligação natural com a propriedade foi substituída pela ligação artificial. Portanto, quem furta madeira cortada furta propriedade.

No caso da madeira caída no chão, em contraposição, nada é tirado da propriedade. Tira-se da propriedade o que já foi tirado dela. O ladrão de madeira profere uma sentença autocrática contra a propriedade. O coletor de madeira seca apenas executa uma sentença já proferida pela própria natureza da propriedade, pois o que se possui é a árvore, mas a árvore já não possui aqueles galhos” Ibidem p. 80 e 81

⁷¹ “Marx tentou resolver a problemática, indo em direção a uma radicalização crescente, mas ainda preso ao formato racional do estado moderno e da universalidade do direito. A isto, contrapõe a particularidade da propriedade privada, em uma visão positiva do Estado - racional, frente ao irracionalismo da propriedade privada. Uma das críticas recorrentes é o rebaixamento do Estado a propriedade privada. “A degradação do estado está precisamente em descender de sua universalidade”. “Estado assentado, pois, na “livre razão”, ou seja, na autonomia da individualidade abstrata caracterizada pela racionalidade e pela moralidade, ou nos termos sustentados por Marx, em oposição à moral religiosa”” CHASIN, Jose. Marx - A determinação ontonegativa da politicidade in *Revista Verinotio de filosofia e ciências humanas*, n 15, Ano VIII, ago. 2012.

⁷² MARX, Karl. *Os despossuídos*. São Paulo: Boitempo, 2017 p. 84. Também podemos acrescentar este trecho: “Os direitos consuetudinários da nobreza resistem, por seu conteúdo, à forma da lei universal. Eles não podem virar leis, por serem formações resultantes da falta de lei. Ao resistirem por seu conteúdo à forma da lei, da universalidade e da necessidade, esses direitos consuetudinários provam justamente que são não-direitos consuetudinários e que não podem valer contra a lei, mas devem ser ab-rogados como oposição à lei” p.86

Trata-se, portanto, da defesa do direito dos não-proprietários frente aos direitos dos proprietários. Contrário à absolutização da propriedade privada, Marx aponta que existem elementos que não devem entrar no regime da propriedade privada, na qual a lenha é um deles:

Há certos objetos da propriedade que, por sua natureza, jamais poderão adquirir o caráter de propriedade privada predeterminada, objetos que estão sujeitos ao direito de ocupação por sua essência elementar e por sua existência contingente, ficando sujeitos, portanto, ao direito de ocupação da classe que está excluída do direito de ocupação de qualquer outra propriedade e que, na sociedade burguesa, assuma a mesma posição que aqueles objetos na natureza.⁷³

O direito dos não-proprietários, isto é, do direito à existência dos pobres, dos despossuídos, é parte da defesa do direito aos bens comuns, isto é, dos bens fora das mediações do mercado. Calcado em Proudhon, Bensaid apoia que tais elementos não se dirigem aos bens inesgotáveis, mas aos indispensáveis à vida, considerando-se tanto os elementos naturais⁷⁴, como também a produção cooperativa humana⁷⁵.

É neste ponto que Marx nega a propriedade privada, mas defende a propriedade individual, segundo Paul Sereni e Bensaid. Tal posição estaria tanto n’O Capital⁷⁶, quanto retomada na Guerra Civil em França⁷⁷ baseada no “ager publicus” dos germânicos, na qual cada proprietário tem sua parte do coletivo, mas sem separar o produto do conjunto. Dessa maneira, a questão da propriedade se voltaria para a designação de seu próprio sentido, mais

⁷³ Ibidem, p. 89.

⁷⁴ “Para Proudhon, “a água, o ar e a luz são coisas comuns, não porque são inesgotáveis, mas porque são indispensáveis”. Paralelamente, a terra, sendo indispensável à nossa preservação, é inapropriável: “Em duas palavras, a igualdade de direitos é demonstrada pela igualdade de necessidades”. Assim, a “soberania social” se opõe à “propriedade individual” como uma “profecia da igualdade” e um “oráculo republicano” Idem p. 61

⁷⁵ “O “bem comum” não diz mais respeito apenas ao que a natureza supostamente nos “deu de graça”, como reza o argumento clássico dos defensores do direito natural. Hoje, diz respeito igualmente à produção cooperativa humana. Proudhon já afirmava: “o talento é muito mais uma criação da sociedade do que um dom da natureza, é um capital acumulado, e quem o recebe não é mais do que seu depositário”. Para ele “do mesmo que a criação de qualquer instrumento de produção é resultado de uma força coletiva, o talento e a ciência em um homem são produto da inteligência universal e de uma ciência geral acumulada por uma multidão de mestres”” Ibidem p.62

⁷⁶ “O modo de apropriação capitalista [...] é a primeira negação da propriedade privada individual, fundada no trabalho próprio. Todavia, a produção capitalista produz, com a mesma necessidade de um processo natural, sua própria negação. É a negação da negação. Ela não restabelece a propriedade privada, mas a propriedade individual sobre a base daquele que foi conquistado na era capitalista, isto é, sobre a base da cooperação e da posse comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho” Ibidem p.64

⁷⁷ “A oposição entre propriedade individual e propriedade privada é retomada em A guerra civil em França. Marx ressalta que a Comuna de Paris queria transformar a propriedade individual em realidade e assim reestabelecer uma forma de apropriação que fosse uma propriedade pessoal autêntica. Que sentido se deve dar, pergunta Sereni, a esse reestabelecimento apresentado como a negação da negação? Ele deduz que a individualização em Marx não se confunde com a privatização. Permitindo a conciliação da emancipação de cada indivíduo com a de todos, o restabelecimento da “propriedade individual” se torna compatível com a apropriação social. Contudo, insiste Marx, isso não é um simples retorno a uma comunidade original ou a um paraíso perdido. Ao contrário, o “restabelecimento” em questão se baseia nos “direitos adquiridos” ou nas conquistas da era capitalista” Ibidem p. 65

semelhante à posição lockeana ou dos levellers, na qual a apropriação individual se relacionaria com a apropriação social, oposta tanto à apropriação estatal quanto privada⁷⁸.

1.3 O conceito de comércio nos Outlines de Engels

1.3.1 Engels e os “Esboços” na crítica da economia política

Nascido em uma família de negociantes e industriais, o jovem Engels viveu a sua juventude na região de Barmen, uma das regiões mais industrializadas e de cultura cristã pietista que viria a ser futuramente a Alemanha. Engels inicialmente se dedicaria aos estudos literários, nos quais se declarou discípulo do grupo literário “Movimento dos Jovens Alemães”; contudo, logo se aproxima da filosofia, entrando para o grupo dos “Jovens Hegelianos”, onde suas influências mais notáveis serão Feuerbach e Moses Hess, o primeiro pela compreensão materialista da natureza e do cristianismo e o segundo, responsável pela conversão de Engels ao comunismo⁷⁹.

Ao mesmo tempo em que se dedica às leituras literárias e filosóficas, Engels é enviado por seu pai a outras cidades a fim de garantir instrução como homem de negócios, assim como participar da gestão dos negócios da família. O período em que Engels ficou em Manchester (1842 - 1844) é de especial interesse em sua biografia, pois, ao viver em uma cidade essencialmente fabril, o autor percebe a relevância dos “fatores econômicos”, sendo o período em que primeiro realizou suas leituras críticas sobre Economia Política, além de escrever “Esboços de uma crítica da Economia Política”⁸⁰.

⁷⁸ “Para Sereni, “o ponto decisivo é a suposição de que toda forma de realização de si mesmo pode ser designada como propriedade”. Desse modo, Marx reataria com outro sentido original da noção de propriedade, tal como foi empregada por Locke, para quem “todo homem é proprietário de sua própria pessoa”, ou pelo levellers que ainda a viam como o fundamento da autonomia individual: “O pressuposto da ideia de uma propriedade de si parece ser o caminho seguido por Marx”. É essa propriedade imprescritível de si que, na força de trabalho, resiste à mercadorização e faz com que, mesmo obrigada a se oferecer no mercado de trabalho, essa força se rebele e não ceda. Como “personalidade viva de um homem”, escreve Marx em O capital, ela não se resigna a se tornar uma mercadoria como outra qualquer. Por isso ele evoca a perspectiva de uma forma de apropriação social que preserve “a propriedade individual” como realização de si”. Ela não implicaria somente uma mudança no estatuto jurídico da propriedade, pois, para ele, a apropriação social difere fundamentalmente da apropriação estatal”. Ibidem p.66

⁷⁹ MCLELLAN, David. *As Ideias de Engels*. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.

⁸⁰ “Em Manchester fui levado a atentar para que os fatores econômicos, até então ignorados ou ao menos subestimados pelos historiadores, representam papel decisivo no desenvolvimento do mundo moderno. Aprendi que os fatores econômicos eram a causa básica do choque entre as diferentes classes na sociedade. E compreendi que, num país altamente industrializado, como a Inglaterra, o choque entre as classes sociais está na própria raiz da rivalidade entre os partidos e é de fundamental significação para traçar o curso da história política moderna” Engels apud McLellan, p.13

A importância da contribuição do pensamento de Engels ao pensamento marxiano e marxista é envolto em polêmicas. Sem enfrentar a questão em toda sua dimensão, o que envolveria uma análise demasiadamente ampla para o objetivo deste capítulo, ressaltamos que não só Engels foi decisivo para a formação do pensamento de Marx neste momento, como alguns conceitos implícitos na leitura marxiana têm sua origem no próprio Engels, em especial, a introdução dos estudos sobre a Economia Política.

Os “Esboços de uma crítica da Economia Política” é a pedra angular do nascimento da crítica à economia política marxiana, influenciando decisivamente os MEF. Referindo-se à importância do artigo de Engels, McLellan diz:

Engels teve também influência decisiva sobre o pensamento de Marx. Num ponto crucial, foi ele quem chamou a atenção de Marx e a dirigiu para aquilo que seria a obra de sua vida, o estudo da economia - proporcionando-lhe alguns dos seus conceitos básicos. Foi o artigo de Engels para os Anais Franco-Alemães de Marx em fins de 1843 - seu “Esboço de uma Crítica da Economia Política” - que, em primeiro lugar, despertou o interesse de Marx pela ciência da economia política. Quinze anos mais tarde, Marx ainda referiria esse artigo como “um brilhante ensaio crítico sobre as categorias econômicas”. (...) Nos cadernos que formam seu famoso Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844, o primeiro trabalho citado por Marx na sua parte econômica foi o artigo de Engels.⁸¹

A obra, portanto, não se limita a introduzir Marx à economia política, mas contém, de forma ainda inicial, diversos conceitos centrais na produção marxiana⁸². O ponto de partida do texto de Engels, assim como do texto de Marx, encontra-se na propriedade privada⁸³. A partir da propriedade privada, os outros conceitos da economia política são desdobrados como consequências lógicas e históricas, em especial o conceito de comércio.

A sequência histórica é apresentada no item inicial do texto. Engels faz um desenvolvimento genético da economia política, a partir da relação com o comércio e os passos anteriores da ciência da economia política, em especial do mercantilismo. O desenvolvimento lógico dos conceitos da economia política, partindo da propriedade privada, aparece exposto

⁸¹ MCLELLAN, David. As Ideias de Engels. São Paulo: Editora Cultrix, 1977

⁸² “Realmente, nele estavam esboçados muitos dos temas que se tornariam fundamentais ao marxismo: os fatores governantes do desenvolvimento econômico, o fenômeno do ciclo comercial, o contraste entre a riqueza crescente, de um lado, e a pobreza sempre maior, de outro, a polarização das classes e a tendência da livre concorrência a gerar o monopólio.”, Idem p.66.

⁸³ “[Engels] examined the principal phenomena of the contemporary economic order from a socialist standpoint, regarding them as necessary consequences of the rule of private property” Lenin apud MARX, Karl. *Karl Marx, Frederick Engels: collected works*. New York, NY: International, c1975. Vol II p.xxii

no sumário que Engels escreve para si, organizando seu texto. Apesar do trecho ser longo, convém a citação, pois ele percorre todas as categorias centrais do artigo de Engels:

Private property. Its immediate consequence—trade—like every activity, is a direct source of gain for the trader. The next category to which trade gives rise is value. Abstract real value and exchange-value. For Say utility is the determining feature of real value, for Ricardo and Mill—the cost of production. For the Englishmen, competition as against the cost of production represents utility; for Say, it is the cost of production. Value is the ratio of the production costs to utility. Its immediate application: the decision whether to produce at all, whether utility outweighs the cost of production. The practical application of the concept of value is limited to the decision about production. The distinction between real value and exchange-value is based on the fact that the equivalent given in trade is no equivalent. Price: the relationship [between] cost of production and competition. Only that which can be monopolised has price. Ricardo's definition of rent of land is incorrect because it presupposes that a fall in demand instantly reacts on rent and— at once puts out of cultivation a corresponding quantity of the worst cultivated land. This is incorrect. This definition leaves out competition, that of Adam Smith leaves out fertility. Rent is the relationship between productivity of the soil and competition. The value of land is to be measured by the productiveness of equal areas using equal amounts of labour. The separation of capital from labour.

The separation of capital and profit. The division of profit into profit and interest.... Profit, the weight that capital puts in the scales when the costs of production are determined, remains inherent in capital, and the latter reverts to labour. The separation of labour and wages. The significance of wages. The significance of labour in determining the production costs. The split between land and the human being. Human labour divided into labour and capital.⁸⁴

O desenvolvimento da análise realizada neste capítulo é similar ao desenvolvimento do sumário apresentado por Engels, contudo, não de modo literal; é privilegiado os conceitos de comércio, competição e mercado na apresentação dividida em 3 itens. No primeiro item, apresentaremos a relação entre o desenvolvimento da economia política, *pari passu*, o desenvolvimento das próprias relações econômicas. Ainda que incipiente, a proposta já indica um procedimento historiográfico recorrente do marxismo, a análise materialista, partindo das transformações da realidade material para a compreensão das mudanças teóricas.

O segundo item, centrado nos objetivos desta dissertação, pesquisa o conceito de comércio desenvolvido por Engels. A primeira advertência é que o conceito de comércio é mister que seja entendido no âmbito geral, a partir do ato da troca comercial, o ato de comprar e vender. Outro ponto que iremos desenvolver é a contribuição negativa, isto é, análise e crítica

⁸⁴ ENGELS, F. “Outlines of a critique of political economy” in MARX, Karl. Karl Marx, *Frederick Engels: collected works*. New York, NY: International, c1975. Vol II. p. 375

moral a respeito da troca comercial. O terceiro item disserta sobre o desdobramento desta troca comercial na relação de concorrência entre os indivíduos que culmina nas relações de mercado como um todo.

1.3.2 Economia política como desenvolvimento do comércio

A análise de Engels parte de um plano histórico-genético das reflexões sobre a economia política, nas suas relações com a expansão do comércio⁸⁵. O ponto de partida é o estabelecimento histórico do mercantilismo, privilegiando o plano das relações concretas, e a sua ligação com o surgimento de padrões científicos (universais), na compreensão do desenvolvimento histórico da economia política.

O mercantilismo surge como substituto de noções prévias e parciais do senso comum (não-científico) de enriquecimento dos comerciantes. O princípio estabelecido para a riqueza se baseava na avareza, por meio da desconfiança e inveja; a riqueza ainda estava atrelada ao ouro e a prata, e o acúmulo destes materiais era o principal objetivo, o que, na prática, inviabilizava o próprio comércio. Em outras palavras, tal princípio tem como consequência aquilo que os economistas hoje denominam de jogo de soma zero, no qual a riqueza é finita e as relações de troca comerciais pressupõem transferências de riqueza de um ente ao outro ente.

O principal desenvolvimento conceitual que irá transformar a concepção de riqueza é o surgimento da categoria “capital”. A partir desta categoria a produção de riqueza passa a ser cumulativa, e sua aplicação e circulação multiplica a riqueza. Nas palavras de Engels: “They came to appreciate that capital locked up in a chest was dead capital, while capital in circulation increased continuously”⁸⁶, reestabelecendo o comércio como prática.

Contudo, o reestabelecimento do comércio e das relações comerciais, apesar de serem realizados com relações diplomáticas, ainda eram baseados na inveja e na guerra: “In these wars it also became evident that trade, like robbery, is based on the law of the strong hand”⁸⁷. A noção de comércio, neste sentido, não implica em uma relação igualitária *per si*, mas está subordinada às relações de poder político ou econômico.

Após a explicação da gênese da economia política, a crítica de Engels se encontra sobre a economia política de sua época, historicizando-a em relação aos objetivos aos quais se propunha. O estabelecimento da economia política no século XVIII, com a passagem da figura

⁸⁵ “Political economy came into being as a natural result of the expansion of trade”, Idem. p. 418.

⁸⁶ Ibidem, p. 418.

⁸⁷ Ibidem, p. 119.

divina para uma teoria “terrena”, isto é, da filosofia natural, não muda a relação de dominação sobre o homem. O que está pressuposto como crítica é a capacidade de ação humana frente ao que é considerado como lei material⁸⁸.

Os limites, portanto, da economia política, encontram-se na incapacidade do questionamento histórico das categorias utilizadas. Isto é, a economia política é incapaz de perceber os limites dela própria, tornando-se lei imutável. O principal questionamento é em relação à propriedade privada, tomada como inquestionável⁸⁹. Ou seja, ao invés de desmitificar o existente, a economia política criou novos mitos, a partir de uma posição “hipócrita”, ao velar o monopólio no livre-comércio e a agressividade na teoria de uma cidadania mundial via comércio⁹⁰. Deste modo, a economia política, apesar de representar um avanço no plano da universalização, não combate o que diz combater: livre-comércio e concorrência, comércio e guerra estão diretamente relacionados, sendo consequência da propriedade privada.

A denúncia à parcialidade da economia política se encontra, inclusive, na crítica ao próprio termo, “economia nacional”, “economia pública” ou “economia política”. Engels diz, em tom de provocação que “economia privada” seria o nome correto da ciência, pelo privilégio da sua relação com a propriedade privada.

1.3.3 O conceito de comércio

Já adiantamos alguns elementos característicos do comércio para Engels, em especial a noção de que o comércio não altera as relações hierárquicas, mas sim faz parte das relações entre poderosos e não-poderosos. Porém, é no terceiro item do texto de Engels que se explicita o conceito de comércio que influenciou Marx nos MEF.

Neste trecho, podemos ver de modo sintetizado o conceito de comércio de Engels:

The immediate consequence of private property is trade—exchange of reciprocal requirements—buying and selling. This trade, like every activity, must under the

⁸⁸ “materialism did not attack the Christian contempt for and humiliation of Man, and merely posited Nature instead of the Christian God as the Absolute confronting Man.”, Idem. p.419.

O conceito de materialismo, neste momento, tanto para Engels, quanto para Marx, se opõe ao idealismo, mas tal teoria não pressupõe a ação do homem. O conceito de materialismo, neste momento, se assemelha ao que Marx denominará, nas Teses sobre Feuerbach, de “materialismo contemplativo”. Em oposição a ambos, Marx se reivindicará “naturalista”, que conceberia a ação do homem na história.

⁸⁹ “It did not occur to economics to question the validity of private property” Ibidem p.419

⁹⁰ “It will become evident that the protagonists of free trade are more inveterate monopolists than the old mercantilists themselves. It will become evident that the sham humanity of the modern economists hides a barbarism of which their predecessors knew nothing;” Ibidem p.421

dominion of private property *become a direct source of gain for the trader*; i. e., each must seek to sell as dear as possible and buy as cheap as possible. In every purchase and sale, therefore, *two men with diametrically opposed interests confront each other*. The confrontation is decidedly antagonistic, for each knows the intentions of the other—knows that they are opposed to his own. Therefore, the first consequence is mutual mistrust, on the one hand, and the justification of this mistrust—the application of immoral means to attain an immoral end—on the other. Thus, the first maxim in trade is secretiveness—the concealment of everything which might reduce the value of the article in question. The result is that in trade it is permitted to take the utmost advantage of the ignorance, the trust, of the opposing party, and likewise to impute qualities to one's commodity which it does not possess. *In a word, trade is legalised fraud*. Any merchant who wants to give truth its due can bear me witness that actual practice conforms with this theory.⁹¹

A centralidade deste parágrafo exige uma análise pormenorizada. Após apresentar a economia política como consequência do desenvolvimento do comércio, o comércio é apresentado como consequência da propriedade privada. O conceito lógico do comércio é apresentado como intercâmbio que possui dois requisitos recíprocos: a compra e a venda.

Esse procedimento tem uma importância salutar, pois enquanto Adam Smith expande o conceito de comércio por meio do conceito de troca para além da sociedade mercantil, isto é, partindo de um conceito de troca mercantil e colocando-o como base para outras sociedades, reificando a noção de troca mercantil a todas as sociedades, o procedimento de Engels é o inverso, colocando o conceito de troca como troca mercantil, isto é, comércio, historicizando-o e contextualizando-o.

A característica própria ao comércio é a necessidade de ganho para o negociante, seja a qual lado ele pertencer, isto é, vender caro ou comprar barato. O comércio, neste sentido, opõe interesses que não só são distintos, mas se antagonizam. A negociação, portanto, é permeada pela desconfiança e pela aplicação de meios imorais para fins imorais, aproveitando-se da falta de conhecimento e ingenuidade do outro, o que Engels sintetiza como “fraude legalizada”.

Apesar das palavras fortes em relação ao comércio, Engels concorda com alguns de seus aspectos positivos “humanos” e “morais”. O autor elogia a capacidade do comércio de humanizar as relações que tiveram origem na Idade Média; a evolução do comércio das nações e a superação da proibição de exportação de moeda para o sistema mercantil é, de certo modo, uma humanização do próprio sistema mercantil, o que indica a visão positiva que os autores apresentaram adiante, em especial no Manifesto do Partido Comunista, do modo de produção

⁹¹ Ibidem p.422

capitalista, que neste texto ainda é denominado como “sistema fabril”. Nesse sentido, a paz e a fraternidade são aspectos positivos reconhecidos por Engels como resultado do comércio:

A nation therefore acts very imprudently if it fosters feelings of animosity in its suppliers and customers. The more friendly, the more advantageous. Such is the humanity of trade.⁹²

Contudo, Engels pondera que mesmo os aspectos positivos do comércio estão permeados de hipocrisia, tendo um caráter contraditório e egoísta:

You have destroyed the small monopolies so that the one great basic monopoly, property, may function the more freely and unrestrictedly. You have civilised the ends of the earth to win new terrain for the deployment of your vile avarice. You have brought about the fraternisation of the peoples—but the fraternity is the fraternity of thieves. You have reduced the number of wars—to earn all the bigger profits in peace, to intensify to the utmost the enmity between individuals, the ignominious war of competition! When have you done anything out of pure humanity, from consciousness of the futility of the opposition between the general and the individual interest? When have you been moral without being interested, without harbouring at the back of your mind immoral, egoistical motives?⁹³

Ou seja, chega-se a fins positivos, mas sem superar efetivamente as questões anteriores, ao contrário, elevando-as para um grau maior de contradição; isto é, o que Engels previamente observou como evolução histórica, mantém-se contraditoriamente em outro nível.

O comércio, subjacente sobre o sistema fabril tem a capacidade de destruição das relações sociais pré-existentes, isto é, dos laços comunitários, nacionais e, por último, da própria família, transformando todos em “ravenous beasts” - competidores⁹⁴. O processo de dissolução do comércio, contudo, possui uma finalidade teleológica e acompanha a evolução lógica e histórica que Engels realiza até aqui, que seria a própria reconciliação da humanidade com a natureza e consigo mesmo:

But the economist does not know himself what causes he serves. He does not know that with all his egoistical reasoning he nevertheless forms but a link in the chain of

⁹² ENGELS, F. “Outlines of a critique of political economy” in MARX, Karl. Karl Marx, Frederick Engels: collected works. Coautoria de Friedrich Engels, Karl Marx, Friedrich Engels. New York, NY: International, c1975. Vol II. p. 423

⁹³ Idem. p. 424

⁹⁴ “The last vestige of common interests, the community of goods in the possession of the family, has been undermined by the factory system and—at least here in England—is already in the process of dissolution.” Ibidem p.424

mankind's universal progress. He does not know that by his dissolution of all sectional interests he merely paves the way for the great transformation to which the century is moving—the reconciliation of mankind with nature and with itself.⁹⁵

1.3.4 Monopólio e concorrência: o funcionamento do mercado

Para Engels, o comércio ou a troca mercantil se relaciona de modo contraditório com o próprio valor de troca. O valor de troca, medido pelo seu custo de produzi-lo, é modificado na esfera do comércio, pela demanda e oferta, na qual a competição cumpre papel central. Neste sentido, o valor da produção é distorcido pela concorrência no mercado, segundo critérios particulares que não são necessariamente justos.

Um dos pontos levantados por Engels é que o funcionamento do mercado é imperfeito: há necessariamente um efeito cíclico causado pela descoordenação entre oferta e demanda. Em outras palavras, não é garantido ao produtor o valor produzido, nem garantido ao consumidor a oferta do produto pelo seu valor. Neste sentido, a flutuação de preços provoca desequilíbrios, o que retira o resto de moralidade, pois favorece a especulação e não a prudência⁹⁶.

A competição exige o máximo de potência de todos os trabalhadores, contudo, os recursos não são consumidos racionalmente. O potencial de produção é infinito, mas só uma parte é utilizada, sendo que a parcela que produz o faz muito, enquanto outra parcela pouco produz, não fruindo os recursos. Essa flutuação se dá ciclicamente, isto é, por tempo, ou ao mesmo tempo.

Por sua vez, nem a concorrência que permeia as relações sociais é justa, pois parte de bases desiguais. A definição da oferta e demanda inicialmente pode transmitir uma noção de impessoalidade e indefinição, contudo, o poder tanto de ofertar, quanto de demandar são limitados por quem possui a riqueza, isto é, quem escolhe o que vai produzir. Assim quem tem a capacidade de decidir o que consumir são os organizadores da produção e os ricos com capacidade de consumo.

A competição é injusta na relação entre os 3 mercados: trabalho, capital e terra. Entre o trabalho e o capital, o elo mais fraco perde, que é o trabalho. Mesmo o ganho pelo rebaixamento dos preços de subsistência é compensado negativamente pelo aumento da concorrência entre os trabalhadores, com a consequente queda de parte do salário na produção.

⁹⁵ Ibidem, p. 433.

⁹⁶ “The perpetual fluctuation of prices such as is created by the condition of competition completely deprives trade of its last vestige of morality.”, Ibidem p.434.

Na competição entre os capitais e as rendas da terra, os pequenos capitais e os pequenos proprietários perdem em relação aos grandes.

No que diz respeito ao mercado de terra, por sua vez, a capacidade de possuir riqueza, ou melhor, a capacidade de controlar a riqueza é observada por Engels em sua análise sobre a renda. A renda é derivada a partir da capacidade de monopolização permitida pela propriedade privada. Desdobrando esta noção, a propriedade privada representa um monopólio que tem a capacidade de gerar renda ao seu proprietário. Esse monopólio, por sua vez, tem a sua origem no que anteriormente era comum.

A monopolização realizada pela propriedade privada tem, portanto, como consequência o roubo do que era anteriormente comum. A consequência da capacidade de monopolização da natureza possibilita a renda e a comercialização não só destes bens, mas como o avanço dessa lógica a outras esferas da vida, em especial, a comercialização do próprio homem⁹⁷. A competição é levada a todas as esferas, degradando o homem.

As relações econômicas estudadas pela economia política só são possíveis pela separação derivada da propriedade privada⁹⁸, primeiro do homem com a natureza e, posteriormente, por meio da separação de diversas categorias, para fazer com que as mesmas partes compitam entre si. Seguindo a separação do homem com a natureza, temos a separação do trabalhador e do capital, o que, por sua vez, tem como consequência a repartição entre renda, salário e lucro⁹⁹.

Em resumo, monopólio e competição, para Engels, estão diretamente ligados, isto é, esta dualidade que aparece como oposição entre mercantilismo e liberalismo, entre monopólio e concorrência, apresentaria, na verdade, duas faces da mesma relação. A concorrência é fundada pelo ato do monopólio da propriedade privada. Por sua vez, a concorrência leva a tentativas de monopolização por parte dos concorrentes e também da oposição dos interesses entre os indivíduos¹⁰⁰.

⁹⁷ “To make land an object of huckstering—the land which is our one and all, the first condition of our existence—was the last step towards making oneself an object of huckstering.”, Ibidem p.429

⁹⁸ Nos MEF a correspondência será diferente, pois a separação da propriedade privada aparecerá como consequência e não como causa. Observaremos isso no capítulo 3.

⁹⁹ A gênese dessa separação se dá pelo desdobramento do trabalhador e do capital, na qual o capital separa-se entre “original” e lucro e o lucro separa-se entre juros e lucro e a competição permeando o funcionamento do sistema como um todo.

¹⁰⁰ “Competition is based on self-interest, and self-interest in turn breeds monopoly. In short, competition passes over into monopoly.” ENGELS, F. “Outlines of a critique of political economy” in MARX, Karl. Karl Marx, Frederick Engels: collected works. Coautoria de Friedrich Engels, Karl Marx, Friedrich Engels. New York, NY: International, c1975. Vol II. p.432

1.3.5 Algumas considerações finais

O que é preciso ressaltar neste ponto é que Engels pôde tecer essas considerações porque pensava na possibilidade de uma organização harmoniosa dos interesses individuais. A explicação histórico-genética de Engels, neste caso, vai na direção de explicitar a existência dos interesses individuais a partir da existência da própria propriedade privada.

Os limites da explicação se encontram nos limites da apreensão e da crítica realizada por Engels. Ainda que tenha avançado na crítica às suas influências hegelianas e, embora o texto apresente pressupostos que serão desenvolvidos posteriormente tanto por Engels, quanto por Marx, o autor realiza uma crítica em que se pretende a racionalização da economia política, à semelhança da tentativa de racionalização do Estado por parte dos hegelianos de esquerda. Tal expectativa de racionalização se explicita no “espaço” racional reservado à competição em uma sociedade ideal:

Subjective competition—the contest of capital against capital, of labour against labour, etc.—will under these conditions be reduced to the spirit of emulation grounded in human nature (a concept tolerably set forth so far only by Fourier), which after the transcendence of opposing interests will be confined to its proper and rational sphere.¹⁰¹

A sociedade ideal, plenamente dotada de razão é, inclusive, apresentada por Engels na oposição à sociedade de mercado, indicando alguns elementos de uma noção futura de planificação:

The community will have to calculate what it can produce with the means at its disposal; and in accordance with the relationship of this productive power to the mass of consumers it will determine how far it has to raise or lower production, how far it has to give way to, or curtail, luxury.¹⁰²

Por fim, a proposta de demonstrar as bases do pensamento da economia política, também parte da fundamentação feuerbachiana do desvelo do cristianismo, a partir das suas relações reais. Contudo, apesar desse procedimento, as críticas ainda estão longe de avançar nos seus meandros materiais, estando próximas muitas vezes a críticas morais das categorias da economia política.

¹⁰¹ Idem p. 435

¹⁰² Ibidem 435

Capítulo 2 - As categorias da economia política em si: As relações de mercado entre as partes

Contidos no primeiro caderno, nas seções sobre salário, ganho do capital e renda da terra, os textos da primeira parte dos MEF apresentam as relações derivadas da propriedade privada entre trabalho, capital e renda, por meio da linguagem da própria economia política. Neste sentido, a primeira parte explicita o método de apreensão e crítica marxiana na sua imediata crueza: apreende-se o objeto na sua própria linguagem e busca-se suas contradições internas, demonstrando as limitações da economia política por ela própria, pela potência negativa do que é criticado¹⁰³. O referido método é, portanto, o da superação do objeto a ser criticado, por meio de sua apreensão e do encontro das categorias essenciais e da rearticulação e crítica destas categorias, suspendendo-as.

A crítica marxiana, ainda em um estágio em desenvolvimento, não se limita ao objeto teórico, pois a linguagem da economia política está ligada e relacionada à vida prática existente, efetiva. Em outras palavras, a crítica à economia política não se limita a uma recusa teórica, trata-se da compreensão da mesma como uma verdade parcial, isto é, falsa na sua pretensão universal, mas verdadeira enquanto linguagem da sociedade burguesa¹⁰⁴.

As relações mercantis não são classificadas como falsas, são apresentadas como verdadeiras em seu aspecto de existência, mas falsas na sua pretensa universalidade. Podemos dizer que Marx parte, como já foi apresentado na introdução, do mercado (relações mercantis) como ordem social, a partir da economia política em geral. Entre outros aspectos, é ilustrativa a posição de Smith como autor síntese que, segundo Ganem, apresenta um conceito de mercado amplo e complexo que fundamenta e opera a ordem social, por vezes confundindo-se com a própria sociedade:

¹⁰³ “Partimos dos pressupostos da economia nacional. Aceitamos sua linguagem e suas leis. Supusemos a propriedade privada, a separação de trabalho, capital e terra, igualmente do salário, lucro de capital e renda da terra, da mesma forma que a divisão do trabalho, a concorrência, o conceito de valor de troca etc. A partir da própria economia nacional, com suas próprias palavras, constatamos que o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência (Macht) e à grandeza (Grösse) da sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos, portanto a mais tremenda restauração do monopólio, que no fim a diferença entre o capitalista e o rentista fundiário (Grundrentner) desaparece, assim como entre o agricultor e o trabalhador em manufatura, e que, no final das contas, toda a sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade” MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004 p.79

¹⁰⁴ A economia política, portanto, não é colocada como totalmente falsa, mas tem seu elemento positivo mistificado. Além de apresentar o mundo que emerge das relações de troca, a economia política as mistifica e justifica. Como linguagem da vida prática, a crítica à economia política surge como crítica à sociedade burguesa concretamente existente. Para Althusser, tal procedimento seria uma visão “fenomenológica” sobre a economia política.

Tendo como pré-condição o direito liberal, que garante o direito à vida, à liberdade e à propriedade (tomados de Hobbes e Locke), a ordem social estaria assentada no seu fundamento último: o indivíduo e suas paixões mobilizadoras. Estas paixões não estariam mais associadas ao desejo de poder e glória (Hobbes, Montesquieu), mas transmutadas na paixão de ganhar dinheiro, de acumular infinitamente, de comprar toda sorte de mercadorias, e sedimentariam o interesse privado da busca constante de melhorar sua própria condição (Hume). Esta paixão calma, estável e universal, no sentido de ser comum a todos os homens, estaria livre das idéias de vício e de pecado (Mandeville) e teria como grande aliada a razão expressa na previsibilidade e na prudência. No segundo plano, teríamos um operador, a mão invisível, que, substituindo o legislador, permitiria que a busca desses interesses não resultasse na guerra (Hobbes), mas na paz, expressão do interesse coletivo realizado. O mercado, como fator de integração social, atinge todos os planos e, superando o comércio entre nações (Montesquieu), se traduziria no próprio mecanismo de organização da sociedade liberal. A mão invisível, em substituição ao legislador, se tornaria, portanto, o operador último dessa nova ordem social. Esta adquiriria autonomia explicativa nos fundamentos do indivíduo e descartaria para a explicação de sua emergência o contrato social (Hobbes)¹⁰⁵

Marx não parte da negação da relevância das relações de mercado na sociedade burguesa, ao contrário, assume sua importância pelo próprio modo com que realiza a sua crítica, nos termos da economia política. Se o mercado apresentado como ordem social é reconhecido na sua positividade, tanto Engels quanto Marx põem a questão das relações mercantis como redução e unilateralização do homem, próprias da sociedade burguesa. Em suma, Marx não recusa a importância do mercado, mas a apreende de modo negativo e em sua historicidade.

2.1 O mercado de trabalho

O item denominado “salário” parte das relações de classe entre o trabalhador e o capitalista no que hoje é denominado na ciência econômica de “mercado de trabalho”. Marx realiza, neste item, uma crítica radical às relações sociais produzidas pelo comércio. As relações derivadas da propriedade privada determinam o mercado de homens, isto é, o mercado de trabalho, empobrecendo o trabalhador. Este é o ponto de partida e chegada do referido item e tema central na discussão que realizaremos a seguir sobre o trabalho alienado. As

¹⁰⁵ GANEM, Angela. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: Uma abordagem histórico-filosófica. Revista de Economia contemporânea, Rio de Janeiro, 4(2): 9-36, jul./dez. 2000

consequências funestas da subordinação do trabalhador ao mercado (de trabalho) impõe a pauperização do trabalho de três modos: absoluto, relativo e ontológico, em que o último, trabalho alienado, permeia as duas primeiras.

2.1.1 Empobrecimento absoluto

O homem (trabalhador) como mercadoria é fruto de uma desigualdade fundante da subordinação do trabalhador em relação ao capitalista. A desigualdade, por sua vez, é consequência de dois elementos, 1) a condições de associação, isto é, a maior dificuldade dos trabalhadores de se associarem, em relação à classe capitalista e 2) a existência de uma renda existente para a classe capitalista, que coloca o trabalhador sob maior dependência em relação ao capitalista do que o contrário.

Em suma, os trabalhadores são submetidos a uma dupla condição de submissão à concorrência do mercado - por terem uma necessidade imediata de sobrevivência e pela dificuldade de associação, impingindo aos trabalhadores uma concorrência feroz¹⁰⁶, concorrência essa que transforma o próprio trabalhador em uma mercadoria a ser comercializada¹⁰⁷.

Os efeitos dessa submissão ao mercado é a subordinação do trabalhador às oscilações de demanda e oferta de modo muito mais acentuado do que os capitalistas¹⁰⁸. Além disso, os trabalhadores estão diretamente subordinados aos capitalistas, pois estes possuem o arbítrio e a liberdade (capricho) de decisão da produção e contratação¹⁰⁹.

¹⁰⁶ “O salário é determinado mediante o confronto hostil entre capitalista e trabalhador. A necessidade da vitória do capitalista. O capitalista pode viver mais tempo sem o trabalhador do que este sem aquele. [A] aliança entre os capitalistas é habitual e produz efeito; [a] dos trabalhadores é proibida e de péssimas consequências para eles. Além disso, o proprietário fundiário e o capitalista podem acrescentar vantagens industriais aos seus rendimentos, [ao passo que] o trabalhador [não pode acrescentar] nem renda fundiária, nem juro do capital (Capitalinteresse) ao seu ordenado industrial. Por isso [é] tão grande a concorrência entre os trabalhadores.” MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004 p.23

¹⁰⁷ “A procura por homens regula necessariamente a produção de homens assim como de qualquer outra mercadoria. Se a oferta é muito maior que a procura, então uma parte dos trabalhadores cai na situação de miséria ou na morte pela fome. A existência do trabalhador é, portanto, reduzida à condição de existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador tornou-se uma mercadoria e é uma sorte para ele conseguir chegar ao homem que se interesse por ele. E a procura, da qual a vida do trabalhador depende, depende do capricho do rico e capitalista” MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004 p.24

¹⁰⁸ A temática da subordinação dos trabalhadores ao mercado é contínua. Podemos ver os ecos da questão, especialmente nos capítulos 23, no qual Marx aponta a subordinação às leis capitalistas, e no capítulo 24, no processo histórico de subordinação ao mercado pela proletarianização. MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Tomo II.

¹⁰⁹ Keynes, ao apontar a inexistência do pleno emprego automático, aponta para as deficiências no mercado de trabalho, em especial nas oscilações em períodos de crise. Keynes também aponta o papel decisório do empresário

Em consequência, há o depauperamento absoluto do homem:

Num país que tivesse atingido o último estágio possível de sua riqueza, seriam ambos, salário e juro do capital, muito baixos. A concorrência entre os trabalhadores para conseguir emprego (Beschäftigung) seria tão grande que os salários (Salaire) seriam reduzidos até o suficiente para manutenção do mesmo número de trabalhadores, e com o país estando já suficientemente povoado, esse número não poderia aumentar.¹¹⁰

A desigualdade não se estende apenas na oscilação do mercado de produção, mas também nos efeitos do mercado de produtos (venda e compra de produtos). O aumento dos lucros da classe capitalista não significa imediatamente o aumento dos salários dos trabalhadores, contudo, a queda do lucro significa necessariamente a diminuição ou a perda dos salários.

Além disso, existem mecanismos utilizados que forçam o rebaixamento dos salários, como o modo através da qual mulheres e crianças entram na produção, além da própria migração como mecanismos de aumento da concorrência, mecanismos observados empiricamente por Schulz¹¹¹ e que serão magistralmente apresentados por Engels na Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra.

Tais elementos são o que constituem a determinação do salário como meio de subsistência ou meio de reprodução e reposição do trabalho. Em outras palavras, desdobra-se do mercado de trabalho, segundo a própria economia política, a limitação do salário à reprodução do trabalhador considerado meramente como corpo, fonte do empobrecimento absoluto.

2.1.2 Depauperamento relativo

capitalista. KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e deflação*. São Paulo, SP: Abril, 1983.

¹¹⁰ MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004 p.28

¹¹¹ O trabalho de Schulz é muito citado por Marx nos MEF. Como aponta Levine, Schulz foi o primeiro a reconhecer a contradição entre forças produtivas e relações de produção, desenvolvidas posteriormente por Marx: “Marx was taught that societies contained inherent negativities by Wilhelm Schulz, who published a book *Die Bewegung Der Produktion*, in 1843, from which Marx quotes in his *Economic-Philosophic Manuscripts of 1844*. In *Die Bewegung Der Produktion* Schulz was the first to describe the development of society as flowing from the contradiction between the forces of production and the mode of production. Marx borrowed this Schulzian paradigm, but Marx's intellectual predisposition to view societies as a clash of opposing forces had already been taught to him by Hegel's theory of contradiction” LEVINE, Norman. *Divergent Paths: Hegel in marxism and engelsism. Volume 1: The hegelian foundations of Marx's Method*. Oxford: Lexington Books, 2006.

Não se trata apenas do empobrecimento absoluto, mas também do empobrecimento relativo. O gancho que Marx propõe é de uma situação hipotética de uma sociedade que está em ascensão (aumento progressivo da riqueza)¹¹². Um dos pontos observados por Marx, pela sua leitura de Schulz, é a de que o desenvolvimento da sociedade com a manutenção do padrão de vida dos trabalhadores menos qualificados provoca o aumento da pobreza relativa:

Pois, precisamente, porque a produção total se eleva e, na mesma medida em que isso acontece, aumentam também as necessidades (Bedürfnisse), apetites e exigências, a pobreza relativa pode, portanto, aumentar, enquanto a absoluta reduzir-se.¹¹³

O aumento da pobreza relativa é desconsiderado pela economia política [nacional], segundo Marx, pois “a economia nacional conhece o trabalhador apenas como animal de trabalho, como uma besta reduzida às mais estritas necessidades corporais”¹¹⁴, assim, a economia política tanto como posição teórica quanto como posição política se limitaria ao empobrecimento absoluto do trabalhador, ao passo que os críticos englobariam a definição absoluta e relativa da pobreza. Em outras palavras, para Marx, nos MEF, a determinação do salário levaria à pobreza absoluta e a distribuição distinta entre salário e lucro, levaria a pobreza relativa.

Ainda nos efeitos operados em situações de queda de lucro, os efeitos negativos da relação de trabalho sobre a classe trabalhadora existem mesmo quando há crescimento (aumento da riqueza), pois há o aumento de trabalho, chegando ao ponto de “sobretabalho”¹¹⁵, o que impõe condições de sacrifício aos trabalhadores, afetando-os em sua saúde e próprio tempo de vida, em um empobrecimento absoluto e ontológico:

Mesmo na situação de sociedade que é mais favorável ao trabalhador, a consequência necessária para ele é, portanto, sobretabalho e morte prematura, descer à [condição de] máquina, de servo do capital que se acumula perigosamente diante dele, nova concorrência, morte por fome ou mendicância de uma parte dos trabalhadores.¹¹⁶

¹¹² Novamente, é possível encontrar ecos do desenvolvimento das leis capitalistas n’O Capital: “O progresso da acumulação diminui a grandeza relativa da parte variável do capital” MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1999

¹¹³ MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004 p.31

¹¹⁴ Idem, p.31

¹¹⁵ “Consideremos agora uma sociedade na qual a riqueza progrida. Esta situação é a única favorável ao trabalhador. Aqui começa a concorrência entre os capitalistas. A procura por trabalhadores excede sua oferta: Mas: Primeiro: a elevação do salário impele ao sobretabalho (Überarbeitung) entre os trabalhadores. Quanto mais eles querem ganhar, tanto mais têm de sacrificar o seu tempo e executar trabalho de escravos, desfazendo-se (sich entäussernd) de toda a liberdade a serviço da avareza. Com isso, eles encurtam o seu tempo de vida.”. Ibidem, p.26.

¹¹⁶ Ibidem p.27

2.1.3 Empobrecimento ontológico

O ponto de partida do empobrecimento ontológico é o conceito de trabalho da economia política reduzido à categoria de emprego¹¹⁷, isto é, do trabalho reduzido ao trabalho contratado por meio do mercado de trabalho¹¹⁸, o empobrecimento existente pela mediação do mercado é essencial na redução da dimensão do trabalho¹¹⁹. A categoria trabalho e, conseqüentemente, o trabalhador, entra como uma coisa, um objeto a ser trabalhado como o capital, por isso é também uma mercadoria, ainda que não atenda aos critérios da economia política como uma mercadoria.

O empobrecimento ontológico, como definido aqui, refere-se à perda de condição da relação entre o homem e a natureza, que será melhor trabalhada nas seções seguintes dos MEF e nos itens seguintes deste trabalho, da modificação da relação metabólica entre o homem e a natureza, isto é, o trabalho. O trabalho é prejudicado na sociedade de “enriquecimento progressivo”, pois é reduzido ao trabalho maquinal e extremamente parcial e o homem reduzido a este trabalho¹²⁰, isto é, reduzido a funcionalidades de uma máquina - uma atividade abstrata e, por isso sem substância¹²¹.

Um dos aspectos funestos decorrentes do aumento progressivo da riqueza na sociedade burguesa é o espriamento do modo de vida burguês aos trabalhadores, mas que tem conseqüências distintas aos trabalhadores em relação à burguesia¹²²:

¹¹⁷ “O trabalho aparece, na economia nacional, apenas sob a forma de emprego (Erwerbstätigkeit)” Ibidem p.30

¹¹⁸ O conceito posterior que Marx adotará n’O Capital de “força de trabalho”. Nos Manuscritos Marx ainda não terá uma definição própria, mas a questão já é um problema para Marx, o que pode ser ressaltado pela cópia de Marx sobre Constantin Pecqueur “‘alugar o seu trabalho’, ‘emprestar trabalho a juro’, ‘trabalhar no lugar de outro’”. Ibidem, p.33.

¹¹⁹ É interessante notar como o trabalho aparece na sua dimensão negativa na economia em todo o século XX em diante, cuja sistematização de Jevons é particularmente relevadora: “O trabalho, eu diria, é qualquer esforço penoso da mente ou do corpo empreendido parcial ou totalmente tendo em vista um bem futuro”. JEVONS, William Staley. *A teoria da economia política* São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 110 O autor sistematiza o trabalho em função apenas da desutilidade, ainda que aponte abertura para uma utilidade parcial do trabalho, o mesmo é percebido na economia como desutilidade.

¹²⁰ Meio de trabalhadores que desenvolve a divisão do trabalho em uma direção maquinal: “Com esta divisão do trabalho, por um lado, e o acúmulo de capitais, por outro, o trabalhador torna-se sempre mais puramente dependente do trabalho, e de um trabalho determinado, muito unilateral, maquinal. Assim como é, portanto, corpórea e espiritualmente reduzido à máquina - e de um homem [é reduzido] a uma atividade abstrata e uma barriga -, assim também se torna cada vez mais dependente de todas as flutuações do preço de mercado, do emprego dos capitais e do capricho do rico”. Ibidem, p.26

¹²¹ “Afirimo, porém, que o trabalho - não apenas sob as condições atuais, mas também na medida em que, em geral, sua finalidade é a mera ampliação da riqueza - é pernicioso, funesto” Ibidem p.29 e 30

¹²² Marx também cita Schulz “Apelo de Lord Brougham aos trabalhadores: “tornai-vos capitalistas!” ... o mal é que milhões - apenas através de trabalho fatigante, corporalmente arruinante moral e espiritualmente atrofiante -

A elevação do salário desperta no trabalho a obsessão do enriquecimento [típica] do capitalista que, contudo, ele apenas pode satisfazer mediante o sacrifício de seu espírito (Geist) e de seu corpo,¹²³

o que leva Marx a concluir que “A infelicidade da sociedade é a finalidade da economia nacional”¹²⁴, já que a economia nacional persegue o aumento da riqueza e o aumento da riqueza provoca alienação.

Em síntese, uma série de contradições já são observadas por Marx em relação ao mercado de trabalho, a partir do trabalho: i) O produto total do trabalho deveria pertencer ao trabalhador, mas ele apenas retém o mínimo. ii) Tudo é comprado com trabalho, já que capital é trabalho acumulado, mas o trabalhador tem de vender a si próprio e a sua humanidade a todo momento. iii) O trabalho é o único meio de produzir, mas os proprietários que decidem sobre a produção iv) O trabalho ancora os preços constantes das coisas, mas o preço do trabalho flutua v) A divisão do trabalho eleva a produtividade do trabalho, mas enfraquece e empobrece o trabalhador até o nível da máquina vi) O trabalhador gera riqueza na sociedade, mas o aumento da riqueza o torna dependente do capitalista vii) “Enquanto o interesse do trabalhador, segundo o economista nacional, nunca se contrapõe ao interesse da sociedade, a sociedade contrapõe-se, sempre e necessariamente, ao interesse do trabalhador”¹²⁵.

2.2 As determinações internas do capital (a relação do capital consigo mesma)

Marx articula o capital e suas determinações como uma relação social. Nesse sentido, a competição capitalista advém do desdobramento do capital nas relações intracapitalistas. Aqui, as relações sociais aparecem como uma dominação do capitalista sobre o trabalhador, mas também do capital sobre o capitalista e do grande capitalista sobre o pequeno capitalista.

É possível notar que Marx coloca a relação capital-trabalho implícita, coloca que a ideia do capital como trabalho anterior, e capital como relação social de dominação, só é possível pela existência da propriedade privada, questão que atravessa todo o livro. Além disso, existem

podem ganhar poucos meios de subsistência; que até mesmo essa infelicidade de ter encontrado um tal trabalho tenha de ser considerada uma felicidade”. Ibidem, p.33.

¹²³ Ibidem, p.27.

¹²⁴ Ibidem, p.34.

¹²⁵ Ibidem, p.29.

elementos de aproximação da relação do capital com a renda em geral que serão desenvolvidos apenas no item seguinte, na qual Marx discutirá a renda da terra.

2.2.1 As determinações do capital e da taxa de lucro (ganho do capital)

O ponto de partida de Marx é a conceituação de capital. O autor apresenta três definições da economia política. A primeira, cuja definição Marx toma de Say, aparece como uma relação jurídica, da propriedade privada dos produtos do trabalho alheio, sacramentada pelo direito, enquanto a segunda e terceira partem da definição de valor em Smith, respectivamente da ideia de trabalho comandado - poder de governo sobre o trabalho e seus produtos, isto é, poder de compra¹²⁶ e da ideia de trabalho contido - trabalho armazenado em insumos e máquinas.

Desdobra-se para a determinação do lucro, cuja base parte essencialmente da leitura de Adam Smith. A determinação do lucro se coloca de modo distinto do salário. Enquanto o salário, como vimos, está determinado pelo corpo do trabalhador, o lucro está determinado pelo montante de capital aplicado, isto é, pelo investimento, ou em outras palavras, é proporcional ao investimento do capitalista. Como uma primeira decorrência da necessidade de ganho está que a taxa de lucro tem de ser maior do que nada (taxa mínima, ou taxa mais baixa de ganho), isto é, maior que o investimento inicial¹²⁷. Além disso, a taxa de lucro pode ser aumentada por relações de monopólio. Nesse sentido, o preço de venda do produto produzido pelo capitalista pode ser maior do que o “preço natural”, seja pelo segredo comercial de uma técnica de fabricação ou comercialização¹²⁸, seja pelo pioneirismo encontrado em novos territórios ou ramos comerciais (com novos produtos, a partir da maior elaboração de mercadorias).

Marx, ainda partindo de Smith, apresenta outras relações derivadas do lucro. Uma delas é a taxa de juros (interesse) que é determinada pela taxa de lucro (e não o contrário). Pressupõe-se que a taxa de juros deve ser menor do que o ganho do capital e que está determinada pela proporção do lucro. A taxa de lucro, por sua vez, é apresentada como inversamente relacionada

¹²⁶ “O capital é, portanto, o poder de governo (Regierungsgewalt) sobre o trabalho e os seus produtos. O capitalista possui esse poder, não por causa de suas qualidades pessoais ou humanas, mas na medida em que ele é proprietário do capital. O poder de comprar (kaufende Gewalt) do seu capital, a que nada pode se opor, é o seu poder”. Ibidem, p.40.

¹²⁷ SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Cap 7.

¹²⁸ Incluindo também facilitações que não envolvem monopólios, como diminuição dos custos dos meios de circulação (dinheiro), como o papel-moeda.

à riqueza da própria sociedade, isto é, quanto mais pobre for a nação, maior serão as taxas de lucro, sendo o inverso igualmente válido, quanto mais rico a nação, menor a taxa de lucro. Este elemento, em conjunto com a procura de monopólio tende a fazer com que, segundo o próprio Adam Smith, que os interesses dos comerciantes, em específico, se contraponham aos interesses da sociedade, isto é, é um interesse autônomo e contraposto à sociedade:

O interesse do comerciante é sempre o de ampliar o mercado e limitar a concorrência dos vendedores...Esta é uma classe de gente cujo interesse jamais será exatamente o mesmo que o da sociedade, [de gente] que tem em geral um interesse, o de enganar e sobrecarregar o público.¹²⁹

2.2.2 Concorrência intracapitalista

A competição e a concorrência são os elementos basilares da relação intracapitalista. Aqui trata-se da consequência da competição entre os capitalistas e da relação própria do capital, a partir de citações esparsas de Charles Loudon, “*Solution du probleme de la population*”:

A indústria tornou-se uma guerra, e o comércio um jogo, esses interesses (econômicos) livremente abandonados a eles próprios...devem necessariamente entrar em conflito; eles não têm outro árbitro que não a guerra, e as decisões da guerra dão a uns a derrota e a morte, para dar aos outros a vitória. ... é no conflito das forças opostas que a ciência procura ordem e o equilíbrio; a guerra perpétua é, segundo ela, o único meio de obter a paz; essa guerra chama-se concorrência¹³⁰.

A concorrência em geral é desdobrada em suas determinações a partir de Adam Smith. Toma-se a concorrência como única arma contra os capitalistas. Isto é, o acúmulo multilateral do capital, a partir das frações de capital concorrentes, pode beneficiar os salários e o consumidor (comprador)¹³¹, pois os capitalistas concorrendo entre si no mercado de trabalho, assim como pelo mercado consumidor, têm de aumentar o preço do trabalho e diminuir o preço das mercadorias.

¹²⁹ MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004 p.47

¹³⁰ Idem p.37

¹³¹ “a concorrência é o único socorro contra os capitalistas, concorrência que, segundo a informação da economia nacional, atua tão beneficentemente sobre a elevação do salário, assim como sobre o barateamento das mercadorias em favor do público consumidor”. Ibidem, p.48.

Contudo, a concorrência que coloca os capitalistas em competição age para a concentração de capital. A acumulação multilateral se desenvolve na acumulação unilateral em poucas mãos que possui uma maior magnitude. Desdobrando a lógica da concorrência, por meio do aumento dos capitais dado pelo acúmulo de capitais, a taxa de juros cai, provocando a impossibilidade dos capitais serem postos como empréstimos, devendo ser empregados no trabalho produtivo. Esta situação/ processo/ Marx denomina como “situação predileta da economia nacional [política]”¹³².

Em outras palavras, há a diminuição do ganho capitalista, mas o acúmulo de capital continua e se acelera, provocando uma crescente concentração de capital, esmagando os pequenos capitais em benefício dos grandes. Retomando a questão, do aumento da concorrência e do acúmulo de capital decorre uma queda da taxa de lucro e, sendo o lucro dos grandes capitais maior, os pequenos capitais tendem a sofrer mais. Os pequenos capitais, impossibilitados de recorrerem a renda pela taxa de juros, têm de empregá-las produtivamente, contudo, precisam pagar maiores salários, precisam pagar mais caro pelas matérias-primas e vendê-las mais barato em relação aos grandes capitais.

Nesse sentido é que Marx não coloca a proletarização dos pequenos capitais diretamente, mas aponta que a relação do grande capitalista com o pequeno capitalista está como a relação entre capitalista e trabalhador: “o grande capitalista quer derrubar o pequeno, [o grande capitalista] tem perante este último todas as vantagens que o capitalista, como capitalista, tem perante o trabalhador”.

Elementos de ordem produtiva também afetam negativamente os pequenos capitais na concorrência capitalista. Entre eles, em especial, está a proporcionalidade entre capital fixo e capital circulante. O aumento da escala produtiva, com a necessidade de emprego de altas somas de capital fixo, tornam pouco competitivo a ação dos pequenos capitais. Esses elementos são maquinarias, habilidades técnicas e capacidades intelectuais, que exigem acesso a um crédito elevado.

O interesse na produção de Marx segue em relação ao conteúdo produzido, cuja proporção de mercadorias malfeitas (*Machwerk*), falsificadas e baratas aumentam, assim como

¹³² “Em um país que tivesse atingido seu grau pleno de riqueza, e no qual em todo ramo específico de negócios houvesse o volume máximo de capital que nele pudesse ser aplicado, assim como a taxa normal de lucro líquido seria muito baixa, da mesma forma a taxa normal de juros de mercado admissível seria tão baixa, que seria impossível uma pessoa viver dos juros de seu dinheiro, a não ser que se tratasse dos indivíduos mais ricos. Todas as pessoas de fortuna pequena ou média seriam obrigadas a supervisionar, elas mesmas, o emprego de seu capital. Seria necessário que praticamente cada um fosse um homem de negócios, ou se empenhasse em algum tipo de comércio” SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1996. p.144

decrece o preço dos produtos, o que pode resultar em sobreprodução. À medida que a riqueza produtiva cresce, decrece a humanidade. Nesse sentido, David Ricardo seria um dos expoentes máximos da importância dada a “produção”:

(...)as nações são apenas oficinas da produção; o homem é uma máquina de consumir e produzir; a vida humana, um capital; as leis econômicas regem cegamente o mundo. Para Ricardo, os homens são nada; o produto tudo.¹³³

2.3 Renda da terra

2.3.1 Proprietários e arrendatários

No item que trata do assunto, a questão da renda aparece a todo momento na sua relação com o lucro (ganho) do capital, isto é, interessa diretamente a relação da renda com o lucro, ou do capitalista e do arrendatário com o rentista. A relação aparece sob o signo da absorção da lógica rentista (juros e renda da terra) sob a lógica do capital, na qual o primeiro passo é a fusão dos interesses dos diversos ramos, tais como comércio, agricultura e indústria em um só¹³⁴. Assim, ao mesmo tempo, a renda é o fundamento da propriedade privada, sendo o capital o desdobramento universalizado da propriedade¹³⁵.

A renda aparece imediatamente, a partir de Say como roubo e em Smith “como colher onde não se plantou”¹³⁶, sendo fruto de uma renda de monopólio (exclusividade) de forças que vem da natureza e, por isso, não exige cuidado, na qual a melhoria da terra é realizada, muitas vezes, pelos arrendatários, que efetivamente trabalham na terra. Além disso, a determinação da renda da terra considera também a fertilidade e a localização que são transformadas em atributos do seu proprietário, invertendo o atributo que é próprio da terra em si.

Prosseguindo, a determinação da renda da terra é dada pelo conflito entre arrendatário e proprietário e pela relação dos proprietários com a sociedade como um todo. Iniciaremos pelo último ponto, a relação dos proprietários com a sociedade. O aumento da riqueza da sociedade,

¹³³ MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004 p.56

¹³⁴ “O capital se torna, em virtude da sua grandeza, capaz de combinar diversos ramos da produção”. Idem, p.60.

¹³⁵ Retira-se o fundamento da renda como roubo pela própria economia política para demonstrá-la como fundamento do capital. Cabe ressaltar que a renda da terra também exprime a relação de mercado: monopólio e concorrência, contudo, subordinado pelo capital. Nesse sentido, a renda da terra tal qual será ressaltado por Rosdolsky, entra na lógica da valorização, porém, não sendo fruto do trabalho.

¹³⁶ Ibidem, p.61.

como crescimento da população e melhorias públicas, beneficia os proprietários, assim como o aumento da produtividade (e da possibilidade de venda de produtos por parte do arrendatário).

Decorre deste ponto, que a princípio, há uma homologia, segundo Smith, entre os interesses da sociedade e dos proprietários. Marx discorda veementemente:

Se a partir disso, Smith conclui que [uma vez que] o proprietário fundiário explora todas as vantagens da sociedade, e por isso o interesse do proprietário fundiário é sempre idêntico ao [interesse] da sociedade, então isso é ridículo. Na economia nacional, sob o domínio da propriedade privada, o interesse que um indivíduo tem na sociedade está precisamente em relação inversa ao interesse que a sociedade tem nele.¹³⁷

Pelo contrário, o interesse do proprietário está relacionado à diminuição da fatia do arrendatário, pois ambos disputam o mesmo faturamento, que, por sua vez, diminui e pressiona os salários de seus trabalhadores. Neste sentido, apesar dos proprietários terem interesse no aumento da riqueza da sociedade, agem no sentido de diminuir a fatia de todas as outras classes, ou que o interesse dos proprietários é contrário a sociedade:

Posto que a real diminuição no preço dos produtos manufaturados eleva a renda da terra, o possuidor fundiário tem, então, um interesse direto no rebaixamento do salário dos trabalhadores da manufatura, na concorrência entre os capitalistas, na sobreprodução, na total miséria da manufatura.¹³⁸

O processo de concentração que ocorre entre os capitais também ocorre na propriedade de terras. O que Marx vê são limites mínimos ao parcelamento das terras e uma diferença de intensidade na concentração. O mecanismo específico é dado pelo condicionamento da renda da terra na produção; o triunfo da maior fertilidade, em condições iguais, é triunfo das terras de maior magnitude, estas, pela maior produtividade do trabalho, impõem os preços para as terras de menor fertilidade, provocando uma concentração e a diminuição das pessoas que podem viver da renda da terra (os pequenos proprietários)¹³⁹.

¹³⁷ Ibidem, p.70.

¹³⁸ Ibidem, p.71.

¹³⁹ Questão que n'O Capital será separada entre concentração e centralização, na qual a centralização é a força de atração entre os diversos capitais, cuja questão da escala é central. MARX, Karl. *O Capital Crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Cap 23.

2.3.2 Transição do feudalismo ao capitalismo, da renda ao lucro

A concentração implica na dissolução da diferença entre proprietários fundiários e capitalistas¹⁴⁰, transformando-se em uma única classe, a classe capitalista. Como consequência “no todo, só se apresentam, portanto, duas classes de população, a classe trabalhadora e a classe dos capitalistas”¹⁴¹.

A partir de então, a terra, peça chave, passa a ser uma mercadoria como qualquer outra, na qual Marx vê a ruína da “velha aristocracia” e ascensão final da “aristocracia do dinheiro”¹⁴². A história dessa ascensão é a história da propriedade privada e da consolidação do capital, como forma desdobrada e universalizada da propriedade privada.

A posse fundiária no feudalismo já é observada como estranhamento do homem (servo) com a terra, pois já possui a definição da propriedade do senhor. Contudo, apesar desta relação de propriedade, o senhor está ligado à terra e legisla sobre ela, possuindo uma relação individual e histórica com a terra; em outras palavras, a terra aparece como espaço de pátria e nação. Mesmo os servos possuem uma relação direta com a terra, já que são parte da propriedade da terra. Desse conjunto provém a imagem romântica de autenticidade, honra e caráter de relações pessoalizadas.

A propriedade fundiária é a raiz própria da propriedade privada, mas que é superada e, por isso, alargada pelo desenvolvimento da propriedade privada. Os elementos em que Marx discute a relação de superação da propriedade fundiária pela propriedade privada é a relação entre monopólio e propriedade privada dividida (concorrência), no movimento da passagem da exploração política para a econômica¹⁴³.

Nesse intento, o interesse pessoal que é a raiz da propriedade fundiária, é exprimido em uma figura cínica que é a propriedade privada despida de laços. O monopólio da propriedade fundiária é colocado como monopólio inerte, enquanto que a concorrência é o “monopólio em

¹⁴⁰ “uma grande parte da propriedade fundiária cai nas mãos dos capitalistas, e os capitalistas se tornam, simultaneamente, proprietários fundiários, assim como a partir disso em geral os proprietários fundiários menores já não são mais do que capitalistas”. Ibidem, p.74.

¹⁴¹ Ibidem p.74.

¹⁴² É interessante o uso do termo aristocracia do dinheiro, o que remete a uma imagem distinta da burguesia revolucionária, aproximando-a das ações das antigas classes dominantes.

¹⁴³ “É necessário que esta aparência seja supracumida (aufgehoben) que a propriedade fundiária, a raiz da propriedade privada, seja completamente arrastada para dentro do movimento da propriedade privada e se torne mercadoria; que a dominação do proprietário apareça como a pura dominação da propriedade privada, do capital, dissociado de toda a coloração política; que a relação entre proprietário e trabalhador se reduza à relação nacional-econômica de explorador e explorado; que toda a relação pessoal do proprietário com sua propriedade termine, e esta se torne, ela mesma, apenas riqueza material coisal”, Ibidem, p.75.

movimento”, no qual aparecem as leis do movimento do capital que pesa sobre todos os proprietários e capitalistas. Marx resume:

Assim, entra no lugar do provérbio medieval: nenhuma terra sem senhor, o provérbio moderno: o dinheiro não tem dono, no qual é exprimida a completa dominação da matéria morta sobre o homem.”¹⁴⁴

O processo em que o movimento da concorrência emerge, isto é, pela divisão das terras, é colocado como a negação do monopólio que a confirma¹⁴⁵. Neste sentido, a superação do monopólio é a sua universalização e ampliação da existência. A divisão da posse é o elemento que dá movimento à concorrência e que universaliza o monopólio, o que dá existência às leis do capital. Assim lançada à concorrência, a propriedade fundiária passa a funcionar sob sua lógica.

A fisiocracia, nesse ínterim, aparece como transição do mercantilismo à economia política. Nesse sentido, a fisiocracia aparece como dissolução nacional-econômica da propriedade feudal, mas pela reconfiguração do feudalismo com linguagem econômica, isto é, mantendo o principal elemento do feudalismo - a terra. A terra como única produtora de riqueza já aponta para o trabalho (agricultura). A fisiocracia só reconhece a propriedade fundiária como modificada pelo trabalho por uma questão histórica, negando a indústria. Mas aqui já apresenta a exteriorização do homem na produção.

Os elementos de concorrência, isto é, os elementos em que o homem se põe a produzir e a modificar a natureza são colocados de modo essencialmente histórico para Marx. Acompanhando os elementos históricos, a teorização indica o caminho por meio do pensamento que a história seguiu. Nesse sentido, há uma evolução que segue a sobrepujação da produção agrícola em direção à indústria. Porém, existem elementos que fazem com que a indústria seja universal e englobe a própria produção agrícola como a sua parte. Esse processo é acompanhado pela evolução da teoria fisiocrática para a economia nacional de Adam Smith e Ricardo¹⁴⁶.

¹⁴⁴ Ibidem, p.75.

¹⁴⁵ “A propriedade privada repousa, de um modo geral, sobre o fato de ser dividida (Geteilsein)”, Ibidem p.76.

¹⁴⁶ “Assim como a propriedade fundiária é a primeira forma de propriedade privada, assim como a indústria historicamente se lhe defronta antes de tudo simplesmente como uma espécie particular de propriedade - ou melhor, é o escravo liberto da propriedade fundiária -, assim este processo se repete junto da apreensão científica da essência subjetiva da propriedade privada, do trabalho, e do trabalho que aparece em primeiro lugar somente enquanto trabalho de cultivo da terra (Landbauarbeit), mas [que] se faz valer depois como trabalho em geral. / [III] Toda a riqueza se tornou riqueza industrial, riqueza do trabalho, e a indústria é o trabalho completado, assim como a essência fabril [é] a essência desenvolvida da indústria, isto é, do trabalho, e o capital industrial é a figura objetiva tornada completa da propriedade privada”, Ibidem p.102.

Capítulo 3 - A crítica à economia política. A sociedade burguesa em si (a sociedade de mercado)

Explicitadas as relações em que Marx desenvolve as categorias analíticas em busca das contradições da economia política, o autor passa para um segundo plano, no qual os elementos da crítica à economia política se tornam mais claros, e o texto de Marx segue um caminho mais fluido, com menor número de citações e maior quantidade de considerações próprias.

Este segundo bloco compõe uma crítica radical à sociedade burguesa nos elementos fundantes do trabalho e da mediação do dinheiro, nos quais as relações de mercado se encontram por trás¹⁴⁷. Após todo o caminho anterior - partindo da relação de empobrecimento do trabalhador, da competição intracapitalista e da superação da lógica da propriedade fundiária em uma instância superior que é a propriedade privada, Marx chega à crítica da sociedade burguesa, cujo fundamento são as relações mercantis¹⁴⁸.

A economia política é, portanto, compreendida nos seus fundamentos da linguagem da sociedade burguesa. Não se trata agora de expor as categorias da economia política apenas contra elas próprias, mas revelar o caráter moral e necessário da linguagem à sociedade burguesa e, portanto, criticar tanto a economia política quanto a sociedade burguesa. Apontá-las na sua contingência e necessidade, historicizando-as como um caráter não da natureza humana, mas decorrente das relações sociais concretamente vividas e relacionadas à disciplina da economia política:

A moral da economia nacional é o ganho, o trabalho e a poupança, o ascetismo (...) A relação do economista nacional com a moral, se, de outro modo, não é arbitrária, acidental e, por isso, infundada e não científica, se não ilude pela aparência, mas é considerada essencial, só pode ser, contudo, a relação das leis nacional-econômicas com a moral; se isto não tem lugar,

¹⁴⁷ Vazquez aponta o materialismo de Marx fundado na relação do homem com a natureza e com os outros homens, o que é correto parcialmente, pois na relação do homem com os outros homens, está a relação do homem com a carência e das relações intersubjetivas. SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. *Filosofia da praxis*. Buenos Aires: CLACSO ; São Paulo : Expressão Popular, 2007.

¹⁴⁸ A economia nacional parte do fato dado e acabado da propriedade privada. Não nos explica o mesmo. Ela percebe o processo material da propriedade privada, que passa, na realidade (*Wirklichkeit*), por fórmulas gerais, abstratas, que passam a valer como leis para ela. Não concebe (*begreift*) estas leis, isto é, não mostra como têm origem na essência da propriedade privada. A economia nacional não nos dá esclarecimento algum a respeito do fundamento (*Grund*) da divisão entre trabalho e capital, entre capital e terra. Quando ela, por exemplo, determina a relação do salário com o lucro de capital, o que lhe vale como razão última é o interesse do capitalista; ou seja, ela supõe o que deve desenvolver. Do mesmo modo, a concorrência entra por toda parte. É explicada a partir de circunstâncias exteriores. Até que ponto estas circunstâncias exteriores, aparentemente casuais, são apenas a expressão de um desenvolvimento necessário, sobre isto a economia nacional nada nos ensina. Vimos como inclusive a troca parece a ela um fato meramente acidental. As únicas rodas que o economista nacional põe em movimento são a ganância e a guerra entre os gananciosos, a concorrência.” MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004 p.79

ou antes, o contrário [tem lugar], o que pode fazer Ricardo? Além disso, a oposição entre a economia nacional e a moral é também apenas uma aparência e, assim como é uma oposição, novamente não é oposição alguma. A economia nacional apenas expressa, a seu modo, as leis morais.¹⁴⁹

A crítica realizada por Marx, a partir de influências hegelianas, é a consideração da economia política pelo movimento. Com essa consideração, as categorias não são entendidas de modo estanque, mas na sua oposição cuja relação é necessária. Prosseguindo na crítica às categorias da economia política, Marx aponta a necessária relação entre a concorrência e o monopólio na compreensão do mercado.

Em especial, o que está subjacente ao trabalho de Marx é a crítica à religião como meio para a crítica da política e a crítica da economia política. O que posteriormente se desenvolve como crítica do fetiche permeia todos os MEF. Neste sentido, é a produção de um mundo humano, contudo, externo, alheio e estranho à humanidade. Forças sociais que não aparecem como forças sociais, mas sim como forças contra os próprios homens.

A religião, na figura de Deus, aparece como essa força social que age contra o próprio homem: “Quanto mais o homem põe em Deus, tanto menos ele retém em si mesmo”¹⁵⁰, e serve de base para a compreensão do trabalho estranhado e do dinheiro, na articulação do homem com as suas carências (desejo e vontade), seguindo a trilha hegeliana: trabalho, desejo e relação intersubjetiva (reconhecimento). Isto é, a compreensão do capitalismo passa pelo entendimento da criação de forças sociais que agem fora do controle social, no caso, a economia política seria a linguagem religiosa da produção material que articula o entendimento dessa crítica. O mercado é, portanto, não apenas um espaço, mas também uma religião da qual os humanos não conseguem escapar.

As relações de mercado postas anteriormente perfazem o homem negado nas suas relações, nessa segunda parte do livro. Este é o cerne da “antropologia negativa” tal qual colocada por Ruy Fausto. O homem aparece como “homem negado” e, por isso, um homem histórico, no qual, mais do que os elementos positivos, os elementos mais importantes são os que negam a realização efetiva do homem: o estranhamento e o fetichismo das relações mercantis.

Neste sentido, Marx não é um feuerbachiano que propõe definições fixas do homem, mas sim, a partir da restituição da validade da economia política em sua verdade parcial, propõe a crítica da realidade que nega o homem.

¹⁴⁹ Idem, p.142 e 143.

¹⁵⁰ Idem, p.81.

Se, em momentos anteriores, a crítica aparece como metáfora a partir do judaísmo, agora o trabalho marxiano já não parte da questão judaica, mas parte das relações de produção em si, cujo elemento já é o ordenador da vida. Os limites da obra, contudo, encontram-se na ênfase ainda jurídica, da ordenação da propriedade privada como elemento que deriva todo o fenômeno.

3.1 O trabalho estranhado: A relação homem e natureza no sistema fabril

3.1.1 Trabalho estranhado e empobrecimento ontológico

O trabalho estranhado¹⁵¹ emerge como categoria central nos MEF, na relação entre o homem e a natureza, entre o homem e as coisas. O trabalho aparece como relação de transformação das coisas, mas que também produz o próprio homem. Na relação do trabalhador com a sua obra, do produtor com o seu produto, duas dimensões aparecem em Marx. Uma ontológica e outra histórica, isto é, a primeira seria do caráter necessário da relação do ser humano com o produto de seu trabalho e a segunda própria do “sistema fabril”.

O movimento que Marx realiza na exposição à crítica do trabalho sob a sociedade burguesa é histórico. O trabalho estranhado aparece como ontológico e ahistórico pela

¹⁵¹ O sentido consagrado de estranhamento é apresentado por Ranieri: “A compreensão de estranhamento (Entfremdung) como um ato, ou uma ação maior no tempo e no espaço, em que o homem, tomado genericamente (portanto como ser social), se torna alheio, isolado, estranho aos resultados ou produtos de sua própria atividade, assim como à atividade mesma, além de estar isolado ou alheio à natureza a partir da qual produz e vive em conjunto com outros seres humanos. Igualmente, este processo de estranhamento aparece nas relações estabelecidas entre os próprios homens como insuficiência do processo de reconhecimento societário, na medida em que estão fundamentalmente comprometidas as possibilidades humanas de emancipação historicamente engendradas” RANIERI, Jesus. *A câmara escura: Alienação e estranhamento em Marx*. São Paulo: boitempo, 2001. P.12. O autor também resume o conceito da seguinte forma: “O estranhamento aparece, em primeiro lugar, como a relação do homem com o mundo exterior dos sentidos, os objetos da natureza, na qual o ser humano é compreendido como indivíduo estranhado desta última, ou seja, trata-se de um estranhamento com relação à coisa exterior; em segundo lugar, o estranhamento aparece também como expressão da relação de trabalho com o ato de produzir no interior do processo de trabalho, ou seja, a relação do trabalhador com sua atividade, estranha, alheia, que não lhe oferece qualquer satisfação, a não ser no momento de vendê-la a alguém. Este é o estranhamento de si mesmo. Em terceiro lugar, o estranhamento aparece como algo que se vincula ao objeto do trabalho, objeto que é sinônimo de objetivação de vida do gênero humano, da efetividade das forças essenciais humanas”. Idem, p.13.

Meszáros resume o estranhamento em 4 relações: “a) o homem está alienado da natureza; b) está alienado de si mesmo (de sua própria atividade); c) de seu ser genérico (de seu ser como membro da espécie humana); d) o homem está alienado do homem (dos outros homens)”. MESZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 20.

Também precisamos ressaltar a diferenciação dos conceitos de alienação, exteriorização e estranhamento. A exteriorização é um processo natural do ato de produção, contudo, o estranhamento é próprio de uma sociedade dividida em classes, da qual, foi desenvolvido nesta dissertação, o estranhamento sob a sociedade burguesa.

burguesia, cujos resultados beneficiaram universalmente as pessoas na sociedade burguesa. Para Marx, contudo, a relação de trabalho estranhada é própria da sociedade burguesa, assim como o resultado da profusão de objetos da sociedade não é destinada à classe trabalhadora.

Neste sentido, a crítica de Marx apresenta o empobrecimento do trabalhador no seu aspecto ontológico, isto é, o empobrecimento do próprio ato de transformação da natureza. O estranhamento do trabalho, isto é, do trabalhador ocorre em dois planos, na relação com próprio objeto em si produzido, o resumo do ato de produzir; e no ato em si de produção, a exteriorização ativa.

O ser humano, ao produzir algo, produz um objeto independente de si. Há uma objetivação do trabalhador em seu produto. O produto, por sua vez, tem uma existência independente, ele possui uma potência separada do seu produtor. A relação é de estranhamento e alienação do homem com o seu produto¹⁵².

No processo de desgaste no trabalho, o trabalho efetiva-se no objeto, enquanto que o trabalhador se desefetiva e perde o objeto. Nesse sentido, há a proletarização do trabalhador, isto é, a separação não apenas dos objetos que produz, mas também dos objetos de trabalho, na qual o trabalho (posteriormente, força de trabalho) também se torna objeto, tornando o trabalhador mais sujeito ao capital. Nesse sentido, Marx parte da oposição do trabalhador com o mundo das coisas produzidas, isto é, de mercadorias. A relação se coloca como engrandecimento do mundo das mercadorias em oposição a degradação (desvalorização) dos seres humanos. O trabalhador se desgasta, enquanto o mundo que ele produz aumenta:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.¹⁵³

O ato de produzir na sociedade burguesa não é auto satisfatória, isto é, o trabalhador não se realiza trabalhando, não se aprimora fisicamente ou intelectualmente, pelo contrário,

¹⁵² “O estranhamento aparece, em primeiro lugar, como a relação do homem com o mundo exterior dos sentidos, os objetos da natureza, na qual o ser humano é compreendido como indivíduo estranhado desta última, trata-se de um estranhamento com relação à coisa exterior (...) Em terceiro lugar, o estranhamento aparece como algo que se vincula ao objeto do trabalho, objeto que é sinônimo de objetivação de vida do gênero humano, da efetividade das forças essenciais humanas” RANIERI, Jesus. Apresentação in MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004 p.13

¹⁵³ MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004 p.80

mortifica tanto o seu corpo, quanto o seu espírito. Neste sentido, o trabalhador não se identifica na produção, pelo contrário, sente-se livre fora do trabalho¹⁵⁴. Isto é, o trabalho não é um ato de resolução de uma satisfação imediata, voluntária, ao contrário, é apenas um meio para a resolução de uma necessidade externa¹⁵⁵.

O trabalho, deste modo, apresenta-se como não pertencendo ao trabalhador, mas a outrem. A comparação, novamente, é com a religião, na qual sentimentos humanos atuam de modo independente da sua vontade, divino ou diabólico¹⁵⁶. Como resultado, o homem empobrece ontologicamente, perdendo a sua qualidade humana específica, realizando-se nas suas funções fisiológicas mais imediatas, que Marx compara às dos animais. Em outras palavras, o empobrecimento do homem é da sua relação com a natureza e da relação com a humanidade, limita-se a sua fruição fisiológica e se perde a especificidade do trabalho como algo humano¹⁵⁷.

Ao pôr a humanidade em questão, coloca-se a noção de vida genérica do homem, e a ela sua relação com a natureza. Marx não só tem uma posição humanista como ele parte também de um naturalismo em sua posição sobre o que é o ser humano. Nesse sentido, o ser humano relaciona-se ao gênero humano na sua relação com a natureza, relaciona-se com toda a produção humana e com os objetos apresentados na natureza como meios de vida e instrumentos de sua vida. A natureza se coloca como esteio necessário do ser humano, sendo que o próprio ser humano é parte da natureza.

O trabalho como vida produtiva e vida engendradora de vida, isto é, em seu sentido ontológico, coloca-se como meio de transformação e apropriação da natureza e da própria humanidade existente na natureza pelo ser humano¹⁵⁸. O trabalho estranhado, portanto, é o estranhamento do homem com a natureza e do homem consigo mesmo, por meio da abstração da vida genérica. Isto é, a humanidade estranhada que transforma tanto a natureza quanto a

¹⁵⁴ “O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa” Idem p.83

¹⁵⁵ “O estranhamento aparece também como expressão da relação do trabalhador com sua atividade, estranha, alheia, que não lhe oferece qualquer satisfação, a não ser no momento de vendê-la a alguém” RANIERI, Jesus. *A câmara escura: Alienação e estranhamento em Marx*. São Paulo: boitempo, 2001. p.13

¹⁵⁶ “Assim como na religião a auto-atividade da fantasia humana, do cérebro e do coração humanos, atua independentemente do indivíduo e sobre ele, isto é, como uma atividade estranha, divina ou diabólica, assim também a atividade do trabalhador não é a sua autoatividade. Ela pertence a outro, é a perda de si mesmo.” MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004 p.83

¹⁵⁷ “Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos etc, e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal.” Idem p.83

¹⁵⁸ Ibidem p.84

produção humana em seu conjunto em apenas um meio de vida individual¹⁵⁹. A própria vida individual é abstraída como um fim da humanidade, no seu conjunto reduzindo-se a amplitude da natureza e da humanidade a um aspecto individual abstrato e estranhado¹⁶⁰.

Marx parte do conceito de atividade criativa e central¹⁶¹. Mediado pela consciência, o ser humano se depara com a generalidade da sua espécie, com o conjunto da produção humana, e vê sentido no trabalho, mesmo quando a produção não se relaciona à carência física. Em outras palavras, os seres humanos veem na produção criativa, um sentido de existência, em oposição aos animais que estão sob o signo da carência imediata. Por fim, a consciência faz do ser humano um ente capaz de absorver não apenas as suas leis de existência unilaterais, mas as leis da natureza reproduzidas pela consciência, ao qual o ser humano se coloca não só sob sua medida, mas sob a medida da natureza, das diversas leis da natureza que Marx coloca-a como as leis da beleza.

Deste modo, o ser humano realiza-se na sua vida genérica pelo trabalho, pela transformação do mundo, pela elaboração do mundo objetivo, mediado pela consciência. A natureza posta deste modo, não apenas é meio, mas é a finalidade do ser humano, que faz parte da natureza (da mesma). O trabalho estranhado, em oposição, reduz a natureza a um meio de existência do ser humano, no qual perde-se o sentido e a finalidade da produção¹⁶². Em outras palavras, é o estranhamento da natureza e do ser humano pelo ser humano, ao passo que a natureza é a essência do ser humano.

¹⁵⁹ “O trabalho estranhado transforma, porém, este ser genérico do homem em algo estranho a ele, cuja única potencialidade é a garantia de sua existência individual. Trata-se do estranhamento do homem com relação a si mesmo como pertencente a um gênero” RANIERI, Jesus. *A câmara escura: Alienação e estranhamento em Marx*. São Paulo: boitempo, 2001. p.14

¹⁶⁰ “Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o gênero [humano]. Faz-lhe da vida genérica apenas um meio da vida individual. Primeiro, estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada.” MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004 p.84

¹⁶¹ Para Graeber, Marx tem uma posição teórica por um lado calcada na criatividade humana e, por outro, na impossibilidade dessa criatividade. Sem desenvolvê-la em suas consequências, o que Graeber realiza como uma crítica a uma visão que termina como uma visão política da liberdade, trata-se aqui de ressaltar o aspecto criativo que o seu conceito de trabalho possui. GRAEBER, David. Fetish as social creativity or, fetishes are gods in the process of construction in *Anthropological Theory*. Vol 5, Issue 4, pp. 407 - 438. 2005. Neste trecho dos MEF, ressalta o conceito de criatividade de Marx: “A vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida engendradora de vida. No modo (Art) da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma *species*, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. A vida mesma aparece só como meio de vida” MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004 p.84

¹⁶² “Igualmente, quando o trabalho estranhado reduz a auto-atividade, a atividade livre, a um meio, ele faz da vida genérica do homem um meio de sua existência física.” Idem p.85

Contudo, o trabalho estranhado possui uma finalidade que não pode ser outra coisa que não o próprio ser humano¹⁶³, mas não a humanidade como um todo. O estranhamento ocorre, pois, o trabalho não pertence ao próprio trabalhador, mas pertence a outro que não o trabalhador. Se o trabalho sempre está na relação do ser humano com a natureza, assim como do ser humano com outro ser humano, no trabalho estranhado, o produto aparece hostil e, ao invés de relacionar-se de modo livre com outro ser humano, relaciona-se sob o jugo e a dominação de outro homem¹⁶⁴. Sob o signo do auto estranhamento, o ser humano produz não apenas a relação estranhada com a produção, mas também com o produto destinado a outro ser humano¹⁶⁵.

Como vimos, a propriedade privada aparece como fundamento da economia política como um todo, um fundamento jurídico. Contudo, no referido item, a situação já aparece “desinvertida”, isto é, a propriedade privada já aparece como consequência e não mais como causa. A propriedade privada aparece como resultado do trabalho estranhado, não mais como causa do último:

A propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa (äusserlichen) do trabalhador com a natureza e consigo mesmo.

A propriedade privada resulta portanto, por análise, do conceito de trabalho exteriorizado, isto é, de homem exteriorizado, de trabalho estranhado, de vida estranhada, de homem estranhado.

Herdamos certamente o conceito de trabalho exteriorizado (de vida exteriorizada) da economia nacional como resultado do movimento da propriedade privada. Mas evidencia-se na análise desse conceito que, se a propriedade privada aparece como fundamento, como razão do trabalho exteriorizado, ela é antes uma consequência do mesmo, assim como também os deuses são, originariamente, não a causa, mas o efeito do erro do entendimento humano. Mais tarde esta relação se transforma em ação recíproca¹⁶⁶.

¹⁶³ “O ser estranho ao qual pertence o trabalho e o produto do trabalho, para o qual o trabalho está a serviço e para a fruição do qual [está] o produto do trabalho, só pode ser o homem mesmo.” Ibidem p.86

¹⁶⁴ “Considere-se ainda a proposição colocada antes, de que a relação do homem consigo mesmo lhe é primeiramente objetiva, efetiva, pela sua relação com o outro homem. Se ele se relaciona, portanto, com o produto do seu trabalho, com o seu trabalho objetivado, enquanto objeto estranho, hostil, poderoso, independente dele, então se relaciona com ele de forma tal que um outro homem estranho (fremd) a ele, inimigo, poderoso, independente dele, é o senhor deste objeto. Se ele se relaciona com a sua própria atividade como uma [atividade] não-livre, então ele se relaciona com ela como a atividade a serviço de, sob o domínio, a violência e o jugo de um outro homem.” Ibidem 86 e 87

¹⁶⁵ O estranhamento com o ato de produção e com o seu produto é estranhamento e apropriação para o outro (proprietário): “Tal como estranha de si a sua própria atividade, ele apropria para o estranho (Fremde) a atividade não própria deste” Ibidem p.87

¹⁶⁶ Ibidem p.87 e 88.

Nesse sentido, se por um lado a propriedade privada ainda aparece como fundamento, visto pelos títulos de seus cadernos e pela leitura ainda próxima da economia nacional [política], seguindo a sugestão de Engels, a crítica de Marx já avança em relação a encontrar no fundamento das relações do ser humano com a natureza - trabalho, do ser humano com o desejo e do ser humano consigo mesmo - o fundamento da sociedade burguesa. A propriedade privada é, portanto, produto do trabalho exteriorizado na sua forma estranhada e meio pelo qual o trabalho se exterioriza na sua forma estranhada¹⁶⁷.

A crítica de Marx ao trabalho estranhado, isto é, ao empobrecimento ontológico do trabalhador, é mais visível na sua crítica a Proudhon. A posição de Marx, neste momento, é que o salário e a propriedade privada são idênticos, dito de outra forma, que o salário é a contrapartida da existência da propriedade privada e do trabalho estranhado. A igualitarização dos salários na sociedade aparece como o não rompimento dessa forma de relação salarial, isto é, o trabalho continua não sendo fim, e a igualitarização coloca a sociedade na posição do um capitalista. Aqui já vemos a bifurcação que Marx e Proudhon irão empreender. Proudhon vai aceitar diversos fatos da própria sociedade capitalista como dados inerentes e pensar em formas de articulação distintas, nesse caso, a forma salarial, a relação do produtor com os objetos do trabalho. O enfrentamento do estranhamento é visto parcialmente aqui por Proudhon como realizável, enquanto Marx irá privilegiar a crítica impiedosa e a tomada das relações da sociedade como um todo, isto é, a influência das relações de mercado.¹⁶⁸

A emancipação em relação ao trabalho estranhado e à propriedade privada aparece como emancipação dos trabalhadores, em outras palavras, os trabalhadores aparecem como sujeito histórico de emancipação em relação a toda a sociedade. Desta forma, as relações de mercado que se colocam por meio do trabalho estranhado e da propriedade privada só podem

¹⁶⁷ “Somente no derradeiro ponto de culminância do desenvolvimento da propriedade privada vem à tona novamente este seu mistério, qual seja: que é, por um lado, o produto do trabalho exteriorizado e, em segundo lugar, que é o meio através do qual o trabalho se exterioriza, a realização desta exteriorização.” Ibidem p.88

¹⁶⁸ “Por isso também reconhecemos que salário e propriedade privada são idênticos, pois o salário (onde o produto, o objeto do trabalho, paga o próprio trabalho) é somente uma consequência necessária do estranhamento do trabalho, assim como no salário também o trabalho aparece não como fim em si, mas como o servidor do salário. (...) Uma violenta elevação do salário (abstraindo de todas as outras dificuldades, abstraindo que, como uma anomalia, ela também só seria mantida com violência) nada seria além de um melhor assalariamento do escravo e não teria conquistado nem ao trabalhador nem ao trabalho a sua dignidade e determinação humanas. Mesmo a igualdade de salários, como quer Proudhon, transforma somente a relação do trabalhador contemporâneo com o seu trabalho na relação de todos os homens com o trabalho. A sociedade é, nesse caso, compreendida como um capitalista abstrato.

Salário é uma consequência imediata do trabalho estranhado, e o trabalho estranhado é a causa imediata da propriedade privada. Consequentemente, com um dos lados tem também de cair o outro.” Ibidem p.88

Ainda que seja preciso lembrar, como faz Ranieri que Marx defendeu Proudhon da crítica de Bruno Bauer, pela crítica à propriedade privada que este, Proudhon, realiza, mas Bauer mantém intocada. RANIERI, Jesus. *A câmara escura: Alienação e estranhamento em Marx*. São Paulo: boitempo, 2001. p.20

adquirir a sua superação com a emancipação dos trabalhadores. A superação do estranhamento da humanidade passa pela superação do mercado de trabalho na sua forma de assalariamento, na mudança da forma da relação do ser humano com o seu trabalho, que não pode ser um trabalho cujo conteúdo só interessa a outro ser humano¹⁶⁹.

Desenvolvendo a questão, a troca no mercado de trabalho, sob a forma de assalariamento, coloca-se como empobrecimento ontológico do trabalhador. A troca aparece como desefetivação do conteúdo do trabalho realizado pelo trabalhador, aparece como estranhamento do trabalhador com o seu próprio trabalho e com o produto do seu trabalho. Além disso, aparece como estranhamento na relação do homem com a própria natureza. Deste modo, a troca no mercado de trabalho não é uma troca no sentido igualitário, mas uma troca cujos fundamentos se colocam no empobrecimento relativo, absoluto e ontológico do trabalhador.

3.1.2 O trabalho estranhado na relação capital e trabalho

No excerto “A relação da propriedade privada”, Marx desenvolve a discussão da relação trabalho e capital, por meio da relação de sujeito e objeto. O trabalhador aparece como subjetividade do ser humano perdida de si, em contraposição ao capital, que é a objetividade do homem perdido de si. Neste sentido, o trabalhador é o sujeito que produz a si mesmo e o capital, na sua relação com o capital que, por sua vez, produz o trabalhador¹⁷⁰. Os atributos do trabalhador aparecem como existência, na medida que existem para o capital, isto é, só apenas pelo capital o trabalhador tem a condição de ser trabalhador. Do contrário, não há salário, o que, por sua vez, compromete a própria existência física do trabalhador.

¹⁶⁹ “2) Da relação do trabalho estranhado com a propriedade privada depreende-se, além do mais, que a emancipação da sociedade da propriedade privada etc, da servidão, se manifesta na forma política da emancipação dos trabalhadores, não como se dissesse respeito somente à emancipação deles, mas porque na sua emancipação está encerrada a [emancipação] humana universal. Mas esta [última] está aí encerrada porque a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação.” MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004 p.88 e 89

¹⁷⁰ Em outras palavras, produz o que o domina.

O próprio trabalhador se coloca como mercadoria, no mercado de trabalho,¹⁷¹ e como capital vivo, devendo estar em movimento pelo trabalho para não perder os seus “juros”¹⁷², ou seja, coloca-se sob uma forma dupla em que sua subordinação tem de necessariamente ser reposta para a sobrevivência, sob a forma do trabalhador submetido ao puro trabalho sem o seu conteúdo específico¹⁷³.

O movimento da propriedade privada é da relação entre trabalho e capital, separando-se e estranhando-se para se unirem posteriormente, isto é, contrapõem-se observando no outro a sua não existência, mas cada um contrapõe-se a si mesmo, o capital como trabalho acumulado e o trabalho como capital vivo. A possibilidade do trabalhador se tornar capitalista e o capitalista se tornar trabalhador. A decomposição do capital em juros e ganho e do trabalho em si e no salário, o próprio trabalhador como um capital, uma mercadoria (um ativo).

3.2 A intersubjetiva na sociedade burguesa: dinheiro como prática religiosa

3.2.1 - Dinheiro e fetiche

O conceito de fetiche, central à crítica marxiana, já se coloca nos MEF como fetichismo. Para elucidar a noção de fetichismo, busco retomá-lo na sua conceituação fornecida por Charles de Brosses. Como aponta Safatle, para Brosses¹⁷⁴,

Duas características maiores definiriam esta infância própria ao fetichismo: um modo de pensar projetivo animado pelo medo e pela ignorância, assim como a incapacidade de operar com simbolizações e abstrações¹⁷⁵.

¹⁷¹ “A produção produz o homem não somente como uma mercadoria, a mercadoria humana, o homem na determinação da mercadoria; ela o produz, nesta determinação respectiva, precisamente como um ser desumanizado (entmenshtes Wesen) tanto espiritual quanto corporalmente (...) Seu produto é a mercadoria consciente-de-si e autoativa, ... a mercadoria humana...” Idem p.93

¹⁷² “O trabalhador tem a infelicidade de ser um capital vivo e, portanto, carente (bedürftig), que a cada momento em que não trabalha, perde seus juros e, com isso, sua existência” Ibidem p.91

¹⁷³ “[Por um lado, trata-se d]a produção da atividade humana enquanto trabalho, ou seja, enquanto uma [atividade] totalmente estranha a si, ao homem e à natureza e, por conseguinte, a consciência e a manifestação da vida (Lebensäusserung) também [como] atividade estranha; a existência abstrata do homem como um puro homem que trabalha (...) Por outro, [trata-se d]a produção do objeto da atividade humana como capital, no qual toda determinidade natural e social do objeto está extinta, [em que] a propriedade privada perdeu sua qualidade natural e social (ou seja, perdeu todas as ilusões políticas e gregárias, sem se mesclar com relação aparentemente humana alguma) - no qual também o mesmo capital permanece o mesmo na mais diversificada existência natural e social, é completamente indiferente ao seu conteúdo efetivo” Ibidem p.93

¹⁷⁴ MORRIS, R. LEONARD, Daniel. The Return of Fetishism. Chicago: The University of Chicago Press, 2017.

¹⁷⁵ SAFATLE, Vladimir. “Aula 7 da disciplina ‘História, memória e sofrimento’ SAFATLE, *Mimeo*.

O conceito nos MEF ainda não se encontra em seu desenvolvimento mais acabado, à luz do que será exposto na seção IV d'O Capital, mas já contém as bases de sua transformação para análise da economia política e da sociedade burguesa. Marx aproveita um conceito utilizado pelo pensamento iluminista voltado à crítica das sociedades primitivas para criticar a sociedade burguesa¹⁷⁶, deste movimento retira duas implicações. A sociedade burguesa está em um estágio tão primitivo quanto ela aponta para as outras sociedades, no qual a superação do fetiche significaria a saída da infância da humanidade.

A segunda implicação, melhor desenvolvida n'O Capital, mas cujos elementos estão dispostos nos MEF, é de que o fetiche da sociedade burguesa não é fruto da incapacidade de operação da abstração, mas sim o resultado da própria abstração, da separação do homem do próprio homem pelo dinheiro¹⁷⁷, ainda que a infância da humanidade e a falta da abstração se coloque na reflexão que Marx realiza da comparação entre mercantilismo e economia política na reflexão sobre a origem do dinheiro (o dinheiro em si contra o trabalho):

As nações que ainda estão fascinadas pelo brilho sensível dos metais nobres e, por isso, ainda são idólatras (Fetischdiener) das moedas - ainda não são as nações do dinheiro consumadas. Oposição de França e Inglaterra. (...) Como fetichistas, como católicos aparecem, por isso, a essa economia nacional esclarecida que descobriu a essência subjetiva da riqueza - no interior da propriedade privada - os partidários do sistema monetário e do sistema mercantilista, que sabem a propriedade privada enquanto uma essência somente objetiva para o homem. Engels chamou, por isso, com razão, Adam Smith de Lutero nacional-econômico. Tal como Lutero reconheceu a fé como a essência do mundo exterior da religião, e por isso contrapôs-se ao paganismo católico; tal como ele suprimiu (aufhob) a religiosidade externa enquanto fazia da religiosidade a essência interna do homem; tal como ele negou o padre existindo fora do leigo porque deslocou o padre para o coração do leigo, assim fica suprimida (aufgehoben) a riqueza existente fora do homem e dele independente - portanto apenas afirmada e mantida de um modo exterior -, isto é, esta sua objetividade externa sem

¹⁷⁶ É interessante e provocativo refletir o conceito de fetiche marxiano à luz da própria noção de antropologia simétrica de Latour. A antropologia simétrica, fortemente animada pela filosofia da diferença, o que pressupõe grandes diferenças com a posição dialética marxiana, tem um ponto de encontro tangencial no conceito de fetiche, operando os conceitos iluministas sobre os povos primitivos para a reflexão sobre a sociedade burguesa. LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro, RJ: Editora 34, 1994.

¹⁷⁷ O conceito de fetiche aparece, em alguns momentos, como um estado de irresolução entre sentido e espírito, cuja contradição fora resolvida pelos gregos, na formulação de uma práxis que resgate o próprio sentido humano da natureza pelo trabalho do homem, mais próxima à posição de Brosses:

“Em que medida a solução dos enigmas teóricos é uma tarefa da práxis e está praticamente mediada, assim como a verdadeira práxis é a condição de uma teoria efetiva e positiva, mostra-se, por exemplo, no fetichismo. A consciência sensível do fetichista (Fetischdieners) é uma outra diferente da do grego, porque a sua existência sensível é ainda uma outra. A hostilidade abstrata entre sentido e espírito é necessária enquanto o sentido humano para com a natureza, o sentido humano da natureza, e portanto também o sentido natural do homem, ainda não tiver sido produzido mediante o próprio trabalho do homem” p.144-145

pensamento é suprimida na medida em que a propriedade privada se incorpora ao próprio homem e reconhece o próprio homem enquanto sua essência - mas, assim, o próprio homem é posto na determinação da propriedade privada, tal como em Lutero [o homem é posto] na [determinação] da religião¹⁷⁸

Em suma, os mercantilistas só conhecem o fenômeno objetivo e externo, enquanto Adam Smith apresenta o trabalho como essência subjetiva da propriedade privada, interna. E aqui a comparação é com Lutero e a diferenciação entre o catolicismo e o protestantismo de Lutero. A economia nacional aparece como “a essência tensa da propriedade privada” pelo reconhecimento do trabalho como base da propriedade privada.

O reconhecimento de que a riqueza não é externa, mas interna ao homem, contudo, não garante a capacidade de ação autônoma do homem, cujas próprias forças lhe aparecem sob forma estranhada. A propriedade privada deixa de ser externa, deixa de ter as características peculiares acidentais externamente, para garantir sua existência real como riqueza a partir do próprio trabalho. Portanto,

(...) sob a aparência de um reconhecimento do homem, também a economia nacional, cujo princípio é o trabalho, é antes de tudo apenas a realização consequente da renegação do homem, na medida em que ele próprio não mais está numa tensão externa com a essência externa da propriedade privada, mas ele próprio se tornou essa essência tensa da propriedade privada.¹⁷⁹

Marx historiciza os elementos, e a fisiocracia apresenta-se como transição à economia política. Uma supressão do feudalismo que o conserva, supera-se a relação exteriorizada do homem com o trabalho, isto é, reconhece-se o elemento do trabalho, mas coloca-o ainda sob a questão da terra, pela forma do trabalho agrícola. Assim, o mercantilismo só apresenta um fetiche pela riqueza externa, exteriorizada - o ouro.

Contudo, o fetiche dos mercantilistas pelo ouro desvela uma característica essencial da riqueza e do caráter religioso e fantasmagórico que as relações entre os homens adquirem na sociedade burguesa¹⁸⁰. Trata-se, deste modo, de apontar como o dinheiro adquire um caráter

¹⁷⁸ Ibidem p.99 e 100

¹⁷⁹ Ibidem p.100

¹⁸⁰ “Para os selvagens de Cuba, o ouro era o fetiche dos espanhóis. Eles organizaram uma celebração para ele, cantaram em volta dele e em seguida o jogaram ao mar. Caso tivessem assistido à sessão dos deputados renanos, os selvagens de Cuba não teriam considerado a madeira como o fetiche dos renanos? Porém, alguma sessão posterior lhes teria ensinado que o fetichismo está associado à zoolatria, e os selvagens de Cuba teriam jogado as lebres ao mar para salvar as pessoas” MARX, Karl. *Os despossuídos*. São Paulo: Boitempo, 2017. p.127

específico na sociedade burguesa, como a universalidade do dinheiro se coloca, isto é, como objeto que representa a posse em si¹⁸¹.

A “teoria monetária” de Marx nos MEF é derivada a partir da reflexão sobre a arte, em especial, “Timão de Atenas” de Shakespeare¹⁸², na qual o ouro é citado como “Deus visível”, capaz de inverter a relação de todas as qualidades em quantidades e de intercambialidade infinita de qualidades¹⁸³.

Como o dinheiro, enquanto conceito existente e atuante do valor, confunde e troca todas as coisas, ele é então a confusão e a troca universal de todas as coisas, portanto, o mundo invertido, a confusão e a troca de todas as qualidades naturais e humanas¹⁸⁴

O dinheiro estende as potencialidades de seu possuidor para além do corpo do seu possuidor, dito de outras palavras, ele é a potência em si da própria humanidade conjurada em um objeto externo¹⁸⁵.

¹⁸¹ “O dinheiro é o alcoviteiro entre a necessidade e o objeto, entre a vida e o meio de vida do homem. Mas o que medeia a minha vida para mim, medeia-me também a existência de outro homem para mim.” Ibidem p.157

¹⁸² A relação de Marx com a arte nos dá pistas para entender sua forma de compreensão da sensibilidade e seu conceito de liberdade. Sem desenvolvê-lo, é importante captar a relevância da compreensão marxiana principalmente de Shakespeare. Como diz Ana Cotrim, trata-se de demonstrar como Marx era um shakespeariano e como foi influenciado especialmente pelo “Timão de Atenas”, na qual retira a sua noção de nexos do dinheiro. Ana Cotrim também sumariza as importantes contribuições de K. Muir e R White na análise da relação de Marx com Shakespeare. COTRIM, Ana Aguiar. Tese de Doutorado defendida no Programa de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2015.

O nexos do dinheiro, relacionado com o espraio da usura e do trabalho assalariado, tem como consequência a transformação da subjetividade humana em uma coisa (objetificação), na qual os meios de representação - dinheiro - ganharam poder sobre o mundo objetivo. HAWKES, David. *Shakespeare and Economic Theory*. Bloomsbury: Norfolk, 2015

Apenas a título de curiosidade, “Timão de Atenas” retrata a vida de um personagem que percebe que as relações que possuía dependiam do dinheiro. Na falta do mesmo, as relações sociais que vivia desapareciam. SHAKESPEARE, W. Timon of Athens. <http://shakespeare.mit.edu/timon/full.html> Acessado em 07/08/2017.

¹⁸³ “1) é a divindade visível, a transmutação de todas as propriedades humanas e naturais no seu contrário, a confusão e a inversão universal de todas as coisas; ele confraterniza impossibilidades;

2) é a prostituição universal, o proxeneta universal dos homens e dos povos. A inversão e a confusão de todas as qualidades humanas e naturais, a confraternização das impossibilidades - a força divina - do dinheiro repousa em sua essência enquanto ser genérico - estranhado, exteriorizando-se e se vendendo (sich veräußernden) - do homem. Ele é a capacidade exteriorizada (entäußerte) da humanidade”

Mészáros irá comentar sobre essa característica como “vendabilidade universal” p. 36-39 MESZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006

¹⁸⁴ Ibidem p.160

¹⁸⁵ “O que é para mim pelo dinheiro, o que eu posso pagar, isto é, o que o dinheiro pode comprar, isso sou eu, o possuidor do próprio dinheiro. Tão grande quanto a força do dinheiro é a minha força. As qualidades do dinheiro são minhas - [de] seu possuidor - qualidades e forças essenciais (...) Eu, que por intermédio do dinheiro consigo tudo o que o coração humano deseja, não possuo, eu, todas as capacidades humanas? Meu dinheiro não transforma, portanto, todas as minhas incapacidades (unvermögen) no seu contrário?” Ibidem p.159

O dinheiro é a mediação que liga o homem a tudo, à natureza e ao outro homem. Nesse sentido, transforma o outro homem em meio e é meio de tudo¹⁸⁶. O dinheiro possui a qualidade universal de tudo poder comprar. Tudo que como indivíduo não posso, posso com o dinheiro que manifesta as forças sociais. É meio que une a sociedade, mas de forma instrumentalizada. É a divindade visível e a relação de tudo, confraternizando com tudo, da essência do homem estranhado e exteriorizado. O dinheiro separa a demanda dos que apenas desejam sem efetividade, sem objeto. Nesse sentido, inverte. Quem tem necessidade para viajar, mas não tem dinheiro, não tem vocação efetiva, mas quem tem dinheiro e não tem necessidade de viajar, tem a vocação de viajar, mesmo que não faça parte da sua individualidade. Nesse sentido, ela transforma efetividade da individualidade em fantasia, por um lado, e transforma representação em pura efetividade.

O dinheiro possui valor real pela prática que os homens depositam nele, daí o caráter religioso do dinheiro que passa a ter autonomia em relação à ação individual. Mais do que isso, o dinheiro é a força real organizada em símbolos de força exteriorizada da vida prática. A crítica à religião, procedida deste modo, não opera restrita à crítica da ilusão, mas trata-se de demonstrar a concretude da religião “prática” da vida, a economia.

A capacidade de inversão, dada pela intercambialidade infinita de qualidades, por meio da quantidade, retira as mediações das aptidões necessárias para a troca. Em outras palavras, as qualidades podem ser intercambiadas por mesmas qualidades, ou dito de outro modo, a qualidade é mediação necessária, pressuposto para a relação com a troca:

O homem enquanto homem e seu comportamento com o mundo enquanto um [comportamento] humano, tu só podes trocar amor por amor, confiança por confiança, etc. Se tu quiseses fruir da arte, tens de ser uma pessoa artisticamente cultivada; se queres exercer influência sobre outros seres humanos, tu tens de ser um ser humano que atue efetivamente sobre os outros de modo estimulante e encorajador. Cada uma das tuas relações com o homem e com a natureza tem de ser uma externalização (Äusserung) determinada de tua vida individual efetiva correspondente ao objeto da tua vontade. Se tu amas sem despertar amor recíproco, isto é, se teu amar, enquanto amar, não produz o amor recíproco, se mediante tua externalização de vida (Lebensäusserung) como homem amante não te tornas homem amado, então teu amor é impotente, é uma infelicidade.¹⁸⁷

¹⁸⁶ “Se o dinheiro é o vínculo que me liga à vida humana, que liga a sociedade a mim, que me liga à natureza e ao homem, não é o dinheiro o vínculo de todos os vínculos? Não pode ele atar e desatar todos os laços? Não é ele, por isso, também o meio universal de separação? Ele é a verdadeira moeda divisionária (Schneidemünze), bem como o verdadeiro meio de união, a força galvano-química (galvanochemische) da sociedade” Ibidem p.159

¹⁸⁷ Ibidem p.160 e 161

3.2.2 Dinheiro e carência: a constituição do mercado a partir das relações de comércio

O centro da definição de mercado marxiana nos MEF encontra-se imbricada com o conceito de dinheiro e de relação comercial. A definição de mercado, a partir das relações mercantis, está colocada neste trecho central dos MEF:

No interior da propriedade privada o significado inverso. Cada homem especula sobre como criar no outro uma nova carência, a fim de forçá-lo a um novo sacrifício, colocá-lo em nova sujeição e induzi-lo a um novo modo de fruição e, por isso, de ruína econômica.¹⁸⁸

Trata-se de uma relação, portanto, não apenas de benefício próprio, mas sim de benefício próprio contra o outro. Ao contrário do egoísmo como enriquecimento das carências humanas, a separação do homem mediado pela relação de mercado coloca os homens contra os homens. O conceito advém da forte influência do conceito de comércio, já apresentado anteriormente nesta dissertação, mas que vale ser retomado:

The immediate consequence of private property is trade—exchange of reciprocal requirements—buying and selling. This trade, like every activity, must under the dominion of private property become a direct source of gain for the trader; i. e., each must seek to sell as dear as possible and buy as cheap as possible. In every purchase and sale, therefore, two men with diametrically opposed interests confront each other. The confrontation is decidedly antagonistic, for each knows the intentions of the other—knows that they are opposed to his own. Therefore, *the first consequence is mutual mistrust, on the one hand, and the justification of this mistrust—the application of immoral means to attain an immoral end—on the other.* Thus, the first maxim in trade is secretiveness—the concealment of everything which might reduce the value of the article in question. *The result is that in trade it is permitted to take the utmost advantage of the ignorance, the trust, of the opposing party, and likewise to impute qualities to one's commodity which it does not possess. In a word, trade is legalised fraud.* Any merchant who wants to give truth its due can bear me witness that actual practice conforms with this theory.¹⁸⁹

Todo esse movimento econômico é necessário para satisfazer as suas próprias carências egoístas (pressupostamente causadas pelo outro de modo egoísta e que agora é usufruído de modo egoísta). Ao contrário do enriquecimento humano, o aumento da quantidade de coisas, isto é, das mercadorias, aumenta as fraudes e pilha o homem do homem. A

¹⁸⁸ Ibidem 139

¹⁸⁹ ENGELS, F. *Outlines of a Critique of Political Economy in MARX, Karl and ENGELS, Friederich Karl Marx, Frederick Engels: collected works*. New York, NY: International, c1975 p.422

necessidade do dinheiro, por sua vez, aumenta ao passo que a relação mercantil se fortalece e os laços humanos são cortados. Mas o poder individual do dinheiro cai à medida que aumenta o poder do dinheiro como um todo (sobre a vida humana), o que a subordinação do homem ao dinheiro. Nesse sentido, perde-se o caráter humano das carências e a carência do dinheiro ganha força - única medida quantitativa de tudo. Logo há a compulsão sem fim, o que pode ser lido neste trecho central dos MEF:

Cada qual procura criar uma força essencial estranha sobre o outro, para encontrar aí a satisfação de sua própria carência egoísta. Com a massa dos objetos cresce, por isso, o império (das Reich) do ser estranho ao qual o homem está submetido e cada novo produto é uma nova potência da recíproca fraude e da recíproca pilhagem. O homem se torna cada vez mais pobre enquanto homem, carece cada vez mais de dinheiro para se apoderar do ser hostil, e o poder de seu dinheiro cai precisamente na relação inversa da massa de produção, ou seja, cresce sua penúria (Bedürftigkeit) à medida que aumenta o poder do dinheiro. - A carência de dinheiro é, por isso, a verdadeira carência produzida pela economia nacional e a única carência que ela produz. - A quantidade de dinheiro se torna cada vez mais seu único atributo poderoso; assim como ele reduz todo o ser a sua abstração, reduz-se a ele em seu próprio movimento a ser quantitativo. A imoderação e o descomedimento tornam-se a sua verdadeira medida¹⁹⁰

O mercado coloca a questão da razão instrumental, apresentada aqui como a ação calculista. O homem torna-se instrumento calculado de provocar novas carências, torna-se meio, um instrumento para a ação humana e não o fim¹⁹¹. A expansão dos produtos torna o humano um ser criativo no sentido de produzir carências rudes (e não carências humanas) relacionadas à produção de mercadorias a fim de enganar saciando. Essa exploração é dada de modo ilusório e por meio do capricho. Adula-se o consumidor com as suas carências como uma armadilha. O paralelo é novamente com a religião: a religião demonstraria a carência da essência humana comunitária, só que abrindo espaço para a adulação do padre, o comércio o faz pelas necessidades:

Subjetivamente mesmo isto aparece, em parte, porque a expansão dos produtos e das carências o torna escravo inventivo e continuamente calculista de desejos não humanos,

¹⁹⁰ MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004. p.139

¹⁹¹ Um importante e central debate, a partir do conceito de comércio e da falsa reciprocidade nas relações de comércio é levantado por Caux, a respeito da dimensão do reconhecimento nas obras de juventude de Marx. O contrato da propriedade privada, na qual está pressuposto a relação da troca mercantil pressupõe, para Hegel, uma “unidade de dois que se reconhecem como livres”, na qual o reconhecimento supera o estranhamento mútuo e na relação com a natureza, para Marx, a relação mercantil põe e cria o estranhamento, pois a unidade é meramente formal e a relação é instrumental, na qual o reconhecimento do outro só ocorre pela finalidade egoísta. Não é um reconhecimento real da carência do outro, mas sim instrumental. CAUX, Luiz Philipe. Introdução aos excertos de Marx sobre James Mill (1844): ou sobre o reconhecimento in *Cadernos de Filosofia Alemã*. v. 21; n. 1, 2016 pp.93-98

requintados, não naturais e pretensiosos - a propriedade privada não sabe fazer da carência rude [uma] carência humana; seu idealismo é a ilusão, a arbitrariedade, o capricho e não há eunuco que adule mais infamemente o seu déspota e procura exasperar por nenhum meio mais infame a sua embotada aptidão para o prazer (*Genussfähigkeit*), de forma a obter ilicitamente um favor, do que o eunuco da indústria, o produtor, para captar fraudulentamente para si centavos em prata, atrair para fora dos bolsos do vizinho cristamente amado os pássaros de ouro (cada produto é uma isca com a qual se quer atrair para junto de si a essência do outro, o seu dinheiro; cada carência efetiva ou possível é uma fraqueza que apresentará a armadilha à mosca - exploração universal da essência humana comunitária, tal como cada imperfeição do ser humano é um vínculo com o céu, um lado pelo qual seu coração [é] acessível ao padre; cada falta (Not) é uma ocasião para, sob a aparência mais gentil, dirigir-se ao vizinho e lhe dizer: dileto amigo, dou-te-aqui-lo que precisas, mas tu conheces a *conditio sine qua non*; sabes com qual tinta tens de enganar-te ao escrever para mim; trapaceio-te na mesma medida que te proporciono uma fruição (Goethe - Fausto)), sujeita-se às suas ideias mais vis, joga de alcoviteiro entre ele e sua carência, causa nele apetites patológicos, espreita nele cada fraqueza, para então exigir o adiantamento em dinheiro desta obra de caridade.¹⁹²

A economia política é a disciplina que reside nos marcos da carência do dinheiro e das relações mercantis. O meio pelo qual ela se posta ao desenvolvimento da riqueza é pela mediação do mercado. O conceito que, na Alemanha, advém pela noção de “economia nacional”, coloca-se historicamente acertado, pois, como aponta Polanyi, é a constituição de um mercado nacional que provoca o desenraizamento da economia local e o atrelamento da mesma as relações econômicas internacionais¹⁹³.

A economia política, por sua vez, desdobra-se em duas necessidades morais e imperativas das relações de mercado: do ascetismo e do luxo, as quais são, inclusive, as duas vertentes da própria economia ortodoxa e heterodoxa. Trata-se de educar os indivíduos ao hábito da poupança, do viver ascético para o acúmulo, por um lado, e a necessidade imperiosa de gastar, por outro. Para Marx, a oposição perpassa uma contradição na qual ambos elementos estão relacionados, sendo em certos momentos necessários, mas impossíveis de se absolutizarem nas relações de mercado:

Sem dúvida, eleva-se agora no terreno da economia nacional uma controvérsia. Um dos lados (Lauderdale, Malthus etc.) recomenda o luxo e amaldiçoa a poupança; o outro (Say, Ricardo etc.) recomenda a poupança e amaldiçoa o luxo. Mas aquele admite que quer o luxo para produzir o trabalho, isto é, a poupança absoluta, o outro lado admite que recomenda a poupança para produzir a riqueza, isto é, o luxo. O primeiro lado tem a romântica ilusão de que não unicamente a cobiça deveria determinar o consumo do

¹⁹² Idem p.139 e 140.

¹⁹³ “o comércio interno foi criado, na verdade, por intervenção do estado (...) Nem o comércio de longa distância, nem o comércio local, foi o pai do comércio interno dos tempos modernos” p.84 POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

rico, e contradiz suas próprias leis quando faz o desperdício passar imediatamente por um meio de enriquecimento. E, por outro lado, é lhe demonstrado, assim, muito diligente e circunstanciadamente, que eu, pelo desperdício, reduzo meus bens, e não aumento; o outro lado comete a hipocrisia de não reconhecer que precisamente o capricho e a divagação determinam a produção; ele esquece as “necessidades refinadas”, esquece que, sem consumo, nada seria produzido, ele esquece que a produção, mediante a concorrência só tem de se tornar mais omnilateral, mais luxuosa; ele esquece que o uso lhe determina o valor das coisas e que a moda determina o uso, ele deseja ver produzido só o “útil”, mas esquece que a produção de demasiado útil produz população demasiado inútil. Ambos os lados esquecem que desperdício e poupança, luxo e privação, riqueza e pobreza são iguais¹⁹⁴.

O ponto deste longo trecho é que a constituição do indivíduo mediada pelo mercado é necessária nos dois pontos distintos. Ou seja, o que é apresentado como uma controvérsia, aqui é entendido como dois pontos de uma mesma socialização pela relação de mercado à qual estão intimamente relacionados - o gasto e a poupança. Contudo, apesar da identidade, o discurso da poupança é colocado para os proletários de forma mais forte, como redução do consumo ao mínimo:

A economia nacional, esta ciência da riqueza é, por isso, ao mesmo tempo, ciência do renunciar, da indigência, da poupança e ela chega efetivamente a poupar ao homem a carência de ar puro ou de movimento físico. Esta ciência da indústria maravilhosa é, simultaneamente, a ciência da ascese e seu verdadeiro ideal é o avarento ascético, mas usurário, e o escravo ascético, mas produtor. O seu ideal moral é o trabalhador que leva uma parte de seu salário à caixa econômica, e ela encontrou mesmo para esta sua idéia predileta uma arte servil. Levou-se o sentimental[ismo] para o teatro. Por isso, ela [a economia] é – apesar de seu aspecto mundano e voluptuoso – uma ciência efetivamente moral, a mais moral de todas as ciências. A auto-renúncia, a renúncia à vida, a todas as carências humanas, é a sua tese principal. Quanto menos comer, beber, comprar livros, ir ao teatro, ao baile, ao restaurante, pensar, amar, teorizar, cantar, pintar, esgrimir etc., tanto mais tu poupas, tanto maior se tornará o teu tesouro, que nem as traças nem o roubo corroem, teu capital. Quanto menos tu fores, quanto menos externares a tua vida, tanto mais tens, tanto maior é a tua vida exteriorizada, tanto mais acumulas da tua essência estranhada. Tudo o que o economista nacional te arranca de vida e de humanidade, ele te supre em dinheiro e riqueza. E tudo aquilo que tu não podes, pode o teu dinheiro: ele pode comer, beber, ir ao baile, ao teatro, sabe de arte, de erudição, de raridades históricas, de poder político, pode viajar, pode apropriar-se disso tudo para ti; pode comprar tudo isso, ele é a verdadeira capacidade (*Vermögen*)¹⁹⁵

¹⁹⁴ MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004. p.142.

¹⁹⁵ Idem p.141 e 142

3.3 Carência humana: fetiche, natureza, socialismo e emancipação

3.3.1 O comunismo como espraçamento do estranhamento

A emancipação em relação ao trabalho estranhado aparece no debate com o movimento comunista e na contraposição do comunismo com o socialismo. O mesmo procedimento que Marx realiza na sua crítica à economia política, por meio da apreensão do conteúdo para criticá-lo em suas leis internas, é realizado na crítica ao comunismo. O comunismo é apresentado, deste modo, como uma primeira etapa de crítica da sociedade burguesa, mas que conserva o trabalho estranhado e o capital. Similar ao entendimento dos fisiocratas como um elemento de transição a partir do feudalismo e da economia política como um elemento de universalização de categorias da sociedade burguesa. Se, por um lado, a defesa aos trabalhadores que os comunistas realizam é elogiada, em especial as de Fourier, que defende o trabalhador agrícola, Saint-Simon, que defende o trabalhador industrial, e Proudhon, defensor do trabalhador em geral, por outro lado, na defesa dos trabalhadores, as reivindicações aparece como propriedade privada para todos em um regime ainda submetido ao estranhamento do trabalho, no qual se universaliza e nivela a inveja e a cobiça¹⁹⁶.

A crítica que Marx realiza se contrapõe a uma visão positiva de emancipação, pois Marx defende a individualidade, isto é, a personalidade de cada ser humano. O comunismo político partiria da homogeneização, da manutenção do trabalho estranhado e da coisificação do homem. Para Marx, esses pontos são expressos na defesa das relações não-monogâmicas, que seriam a coisificação da mulher, transformação da mesma em uma propriedade comunal e não vista em sua individualidade¹⁹⁷.

Portanto, no conceito colocado por Marx neste momento, as relações mercantis no comunismo, ao contrário de serem abolidas, são espraçadas ao máximo. Os indivíduos são igualitarizados pela redistribuição proposta pelo comunismo, mas nos marcos das relações mercantis, mantendo-os como homens separados de outros homens e mediados pelo dinheiro.

¹⁹⁶ “A comunidade é apenas uma comunidade do trabalho e da igualdade do salário que o capital comunitário, a comunidade enquanto o capitalista universal, paga. Ambos os lados da relação estão elevados a uma universalidade representada, o trabalho como a determinação na qual cada um está posto, o capital enquanto a universalidade reconhecida e [como]poder da comunidade”. Idem p.104

¹⁹⁷ As relações de “amor livre” são colocadas como exemplo central, cujo espectro da igualdade, ao contrário de levar à emancipação, leva ao intercâmbio infinito e ao espraçamento da lógica mercantil à esfera das relações amorosas. Contudo, é discutível se a proposta de Fourier e de outros socialistas franceses estreitavam as relações apenas nos moldes mercantis, tal qual colocado por Marx.

Perde-se a arbitrariedade das relações hierárquicas entre os homens, mas as relações de oposição mediadas pelo dinheiro, pela troca universal, continuam postas. As relações que coisificam o homem mantêm-se e, inclusive, radicalizam-se pelo espraiamento promovido via ação política, que contém tanto elementos negativos quanto positivos na relação com a emancipação humana¹⁹⁸.

O socialismo como apropriação efetiva da essência humana seria a unidade do homem consigo mesmo e com a natureza¹⁹⁹. O socialismo aparece como um estágio avançado, além do comunismo, pois apresentaria a unidade entre os indivíduos e a sociedade, isto é, uniria o metabolismo da individualidade com as relações sociais. Ainda que a atividade social e a fruição social não existem unicamente e imediatamente de modo comunitário, a existência do homem é social. O exemplo que Marx apresenta na relação é da língua, na qual o ser humano pensa e age com algo que é necessariamente social²⁰⁰. Markus aponta como a história nos MEF está portanto direcionada a um fim cognoscível de antemão, isto é, o socialismo, na qual a mediação do comunismo é posta como elemento meramente transitório²⁰¹.

Um dos elementos centrais da crítica à especulação hegeliana é a defesa da vida social efetiva, contraposta à consciência universal. Nesse sentido, Marx opõe a totalidade ideal (pensada) hegeliana à totalidade efetiva dos elementos centrais como a intuição e fruição da sociedade em movimento. Retomando a questão da negatividade antropológica em Marx, a definição, portanto, de emancipação concentra-se em um dado que é ao mesmo tempo negativo e não-utópico, funde-se na crítica do existente, sendo a ideação apenas um momento do metabolismo social.

A ação política conserva elementos positivos e negativos²⁰². A ação positiva se dá entre meios e fins na luta política. Marx vê no proletariado não apenas o elemento negativo dessa

¹⁹⁸ O debate refere-se, portanto, a questão da política na obra de Marx. Apresentamos uma breve introdução do debate na introdução, a respeito da relação com a política, a partir da constatação da importância da sociedade civil.

¹⁹⁹ “Dissolução do antagonismo do homem com a natureza e com o homem; a verdadeira resolução do conflito entre existência e essência, entre objetivação e auto-confirmação, entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e gênero” Ibidem p.105

²⁰⁰ “Não apenas o material da minha atividade - como a própria língua na qual o pensador é ativo - me é dado como produto social, a minha própria existência é atividade social; por isso, o que faço a partir de mim, faço a partir de mim para a sociedade, e com a consciência de mim como um ser social” Ibidem p.107

²⁰¹ MARKUS, Gyorg. *A teoria do conhecimento no jovem Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

²⁰² Cabe ressaltar que a primazia marxiana não se encontra na defesa da politicidade, mas da ação política que, contudo, não se resume à vida política. A emancipação política é limitada e aquém da emancipação humana. A diferença reside justamente na superação de uma esfera autonomizada (política) que é contraparte de um estranhamento nas relações materiais. Em sentidos opostos, tanto Chasin, quanto Rosanvallón ressaltam a crítica marxiana à política. CHASIN, José. Marx - A determinação ontonegativa da politicidade, in *Ensaio Ad Hominem* - Tomo III - Política, Santo André, Ad Hominem, 2000. ROSANVALLON, Pierre. *Liberalismo econômico: História da ideia de mercado*. Santa Catarina: EDUSC, 2000.

dissolução, mas também a ação comunista prática que contém os elementos positivos da luta. A relação entre os meios e fins ocorre pelo deslocamento da relação entre os homens, que deixa de ser um meio nas relações mercantis para ser meio e fim da formação da comunidade política dos proletários comunistas – que também é a própria auto-abolição da condição proletária. Ou seja, o próprio meio - a sociabilização é também o fim desejado - emancipação. Em suma, é suprimida a separação entre meios e fins na luta política e a luta política já é o próprio fim em si:

Quando os artesãos comunistas se unem, vale para eles, antes de mais nada, como finalidade a doutrina, propaganda etc. Mas ao mesmo tempo eles se apropriam, dessa maneira, de uma nova carência, a carência de sociedade, e o que aparece como meio, tornou-se fim. Este movimento prático pode-se intuir nos seus mais brilhantes resultados quando se vê operários (ouvriers) socialistas franceses reunidos. Nessas circunstâncias, fumar, beber, comer etc., não existem mais como meios de união ou como meios que unem. A sociedade, a associação, o entretenimento, que novamente têm a sociedade como fim, basta a eles; a fraternidade dos homens não é nenhuma frase, mas sim verdade para eles, e a nobreza da humanidade nos ilumina a partir d[ess]as figuras endurecidas pelo trabalho”²⁰³.

Marx opõe-se à unilateralização da apropriação do indivíduo pela sociedade na forma de ter. Contudo, Marx encontra na língua ou na apropriação individual da arte (sem necessariamente ter a propriedade) elementos de apropriação da riqueza em que a relação de indivíduo e sociedade não são opostas. A riqueza humana aparece como apropriação do indivíduo da produção humana como um todo, pelo olho modificado como da produção das artes visuais humanas. A abolição da propriedade privada aparece como emancipação de todas as qualidades e das próprias coisas produzidas pelo homem.

3.3.2 *Socialismo: Fetiche, natureza e emancipação*

A crítica de Marx à economia política e à sociedade burguesa apresenta-se como crítica ao fetiche e à religião da propriedade privada unilateralizada. A emancipação aparece, como já pontuamos, pela relação completa do indivíduo com o gênero humano, com a sociedade, na qual a apreensão individual da riqueza da produção humana e social produz a personalidade.

²⁰³ p.145 e 146

A superação de uma sociedade fetichizada, com os elementos da produção da personalidade, ressoa de maneira distinta entre os marxistas. Passando ao largo do debate, centraremos na compreensão de Marx da superação como apreensão de Marx das leis de natureza e do ser humano, o que envolve um aspecto estético (leis da beleza) e científico (funcionamento), o mesmo não ocorre necessariamente pela compreensão racional e instrumental, o que envolveria uma unilateralização da vida pela consciência hegeliana, mas se coloca na apreensão do indivíduo pela produção humana. Gomes desenvolve a questão, resumindo a liberdade marxiana como autoconstrução poiética:

o homem é um fenômeno histórico constituído por forças naturais potenciais que se elevam e se supram ao longo do tempo e na interioridade do ser social. A afirmação desta dupla natureza não transforma a primeira numa afirmação metafísica e a-histórica que determina o conteúdo humano. Ao contrário, o homem mesmo só pode ser reconhecido em seu conteúdo histórico-social e somente a partir desta capacidade de criar e adquirir um conteúdo próprio é que pode se pensar um ser livre. Esta liberdade enquanto capacidade autopoietica, na qual o homem cria novas necessidades, novos conteúdos históricos que o enriquecem a partir da capacidade de apropriação desta riqueza, deve ser vista como um processo, mas a base que fundamenta esta potência é própria da espécie, ainda que também potência natural. A liberdade enquanto processo só pode ser pensada como uma elevação da constrição natural em direção a uma capacidade cada vez maior de autodeterminação, na qual se superam as antigas barreiras (naturais e também sociais) para atingir novos patamares de humanização. Estes patamares significam simplesmente maior universalidade e maior grau de consciência do mundo que o cerca e de si mesmo.²⁰⁴

Em outra palavra, a liberdade está relacionada à própria produção humana no seu conjunto e definida por ela, pela história humana. É uma noção que coaduna com o não controle do homem sobre todas as forças que atuam sobre si, mas que as toma como criatividade social, sem os elementos das forças sociais que causem um estranhamento²⁰⁵. Deste modo, não se trata de um apelo a uma posição racionalista, mas sim de um apelo à criatividade humana. Não é a negação pura e simples das abstrações reais, isto é, instituições sociais que o ser humano produziu, em nome de um indivíduo plenamente consciente e plenipotente, pelo contrário, trata-se da defesa de Marx ao acesso dos indivíduos a todas as instituições humanas que o

²⁰⁴ GOMES, Marcelo. *Humanismo e estranhamento: estudo da liberdade pela autopoiesis na teoria marxiana*. Tese de doutorado defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Estadual de Campinas, 2011. p.282

²⁰⁵ GRAEBER, David Fetish as social creativity or, fetishes are gods in the process of construction in *Anthropological Theory*. Vol 5, Issue 4, pp. 407 - 438. 2005.

homem produziu, nas quais os elementos estéticos são ressaltados por Marx, em especial, a literatura e a música.

Essa é uma chave que está articulada pelo conceito de carência, no qual o homem nunca está emancipado das instituições sociais, pois ele é carente das produções sociais, materiais e espirituais. A carência coloca-se como elemento central contra as posições ultra-racionalistas possíveis de se derivar de Marx, em uma compreensão errônea de crítica do fetiche. A crítica ao fetiche é crítica à unilateralização da vida humana em uma única instituição social, as relações mercantis.

O que, no próprio Marx, muitas vezes aparece como dominação da natureza, aqui aparece como humanização da natureza. Nesse sentido, a emancipação não pode ser entendida no sentido de colonização da natureza, mas sim de que a natureza se funde no sentido do homem. Não se trata de instrumentalizar e dominar a natureza, mas de humanizá-la com sentidos sociais, que a mesma natureza devolve. A natureza possui agência sobre o próprio homem, pois é dotada de significado humano²⁰⁶. Esse sentido pode ser confundido com um animismo ou mesmo fetichismo naturalista, mas se trata da compreensão da riqueza humana como produção criativa social que produz sentido estético e conhecimento humano das coisas.

Os sentidos humanos individuais aparecem como mediados pelos sentidos de outros homens, pela produção humana. A relação com uma natureza humanizada é na realidade o próprio sentido humano. É a relação entre sujeito e objeto, na qual o sujeito tem de tornar-se também um objeto como um ente social, mas que se apropria como sujeito que sente a humanidade objetivada (e, portanto, naturalizada), e a natureza subjetivada pelas relações humanas²⁰⁷.

A propriedade privada unilateraliza a carência humana como carência prática e rude, com sentido tacanho, e reduz a natureza humanizada como mera utilidade, uma natureza

²⁰⁶ “A suprassunção da propriedade privada é, por conseguinte, a emancipação completa de todas as qualidades e sentidos humanos; mas ela é esta emancipação justamente pelo fato desses sentidos e propriedades terem se tornado humanos, tanto subjetiva quanto objetivamente. O olho se tornou olho humano, da mesma forma como o seu objeto se tornou um objeto social, humano, proveniente do homem para o homem. Por isso, imediatamente em sua práxis, os sentidos se tornaram teoréticos. Relacionam-se com a coisa por querer a coisa, mas a coisa mesma é um comportamento humano objetivo consigo própria e com o homem, e vice-versa. Eu só posso, em termos práticos, relacionar-me humanamente com a coisa se a coisa se relaciona humanamente com o homem. A carência ou a fruição perderam, assim, a sua natureza egoísta e a natureza a sua mera utilidade (Nutzlichkeit), na medida em que a utilidade (Nutzen) se tornou utilidade humana” MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004 p. 109

²⁰⁷ “Pois não só os cinco sentidos, mas também os assim chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor etc.), numa palavra o sentido humano, a humanidade dos sentidos, vem a ser primeiramente pela existência do seu objeto, pela natureza humanizada” Idem p.110

egoísta, na qual a fruição se perde juntamente com o próprio sentido da natureza e do ser humano. Marx exemplifica a questão por:

O homem carente, cheio de preocupações, não tem nenhum sentido para o mais belo espetáculo; o comerciante de minerais vê apenas o valor mercantil, mas não a beleza e a natureza peculiar do mineral; ele não tem sentido mineralógico algum²⁰⁸.

A limitação da crítica teórica e especulativa ocorre pela unilateralização e oposição entre prático e teórico. Só a efetividade da ação, a partir da carência, faz o movimento no qual a oposição entre espiritualismo e materialismo, subjetivismo e objetivismo esvazia-se de sentido. A oposição aqui encontra-se pela posição naturalista de Marx. A indústria, desenvolvida pelas ciências naturais, externaliza a relação entre o homem e a natureza.

O homem rico, para Marx, não é, portanto, aquele que acumulou muito, mas sim aquele que é carente. Não carente de mais posse, mas que, por entrar em contato com a produção humana no seu sentido amplo, é carente da totalidade da manifestação humana de vida. A paixão por mais humanidade. Deste modo, o conceito de liberdade de Marx é calcado na escolha consciente e não imposta. Há identidade entre ser e objetividade “como forma peculiar da existência dos homens, de uma maneira que transforma a necessidade que os homens têm de objectos exteriores em confirmação das forças essenciais humanas”²⁰⁹.

O socialismo aparece como uma auto-compreensão do engendramento humano de si próprio na sua relação com a natureza, isto é, como uma conformação em relação à natureza e à produção histórica humana, só que agora positiva. Em suma, o socialismo aparece como uma etapa positiva, em que não está na proposição negativa do comunismo ou do ateísmo²¹⁰, o primeiro apresentando-se como negação da propriedade privada (negação da negação) e o segundo como negação da religião.

Conclusão

²⁰⁸ Ibidem p.110

²⁰⁹ METZGER, Maria *O individuo em Marx : fundamentos desta concepção na obra manuscritos economico-filosoficos (1844)*. Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Educação, na Universidade Estadual de Campinas. 2002 p.31

²¹⁰ O ateísmo como ato negativo e secundário, pois trata-se do plano da crítica que não está fundado em uma positividade de uma vida vivida em plenitude na relação com a natureza. GRANEL, Gerard. *la ontología marxista de 1844 y la cuestión del “corte” in actual marx/ intervenciones* N° 16, 2014.

Os manuscritos econômico-filosóficos foram publicados pela primeira vez em 1932. Inicialmente esquecidos, os MEF serviram de fruto para muitas controvérsias acerca da unidade das obras de Marx, em especial sobre a posição da obra de 1844 se relacionaria com as posteriores, como o *Capital* de 1867. O debate a respeito do humanismo da obra, assim como o seu caráter eminentemente filosófico, foram aspectos da polêmica, alguns autores, como Althusser²¹¹, defenderam que houve uma ruptura epistemológica no desenvolvimento teórico marxiano, e, portanto, os MEF não se enquadrariam na posição do Marx maduro, ao passo que autores como Lukács apontam a importância da obra e suas ligações com os trabalhos posteriores, perfazendo uma unidade.

Sem se centrar diretamente neste debate específico, o que nos tomaria muito tempo, a posição adotada nesta dissertação é a de que os MEF possuem uma potente antropologia negativa, apresentando os fundamentos do homem na sociedade burguesa: o estranhamento. Nesse sentido, menos do que apresentar os delineamentos gerais a respeito da definição do homem, está o universalismo das relações estranhadas de intercâmbio mercantil mediado pelo dinheiro.

O caminho percorrido nesta dissertação partiu da ideia de mercado que surge no bojo do nascimento da economia política, sobre a qual Marx realizará sua crítica. A ideia de mercado marxiana tem como objeto a representação, fornecida pelos economistas políticos, da ordem social a partir das relações mercantis, extrínseca à questão do contrato social e do estado. Nesse parâmetro, o egoísmo e os vícios mercantis não apenas se transformaram em virtudes, como servem de base e explicação para o funcionamento como um todo da sociedade²¹².

A articulação que Hegel realiza, resgatando a autonomia do Estado em seu fundamento ético, é uma das respostas frente ao mercado, ainda que conservando-o como um momento necessário e essencial da sociedade²¹³. O mercado aparece, portanto, como apresentando as relações da sociedade civil, mas que carece de um ponto de vista universal, da qual o Estado é a sua encarnação.

O ponto de partida dos MEF é justamente a crítica à posição hegeliana e a leitura atenta e crítica da economia política, apontando a importância da sociedade civil, assim como apresentando as limitações das ações jurídico-estatais hegelianas. Tal postura representa uma

²¹¹ ALTHUSSER, Louis. A querela do humanismo in *Crítica Marxista*, vol 9. Campinas, 1999.

²¹² ROSANVALLON, Pierre. O liberalismo econômico: história da ideia de mercado. Bauru: EDUSC, 2002.

²¹³ “A verdadeira preocupação de Hegel é construir politicamente o que o mercado promete mas não pode assegurar: a realização do universal. Contrariamente a Godwin e a Paine, não procura traduzir politicamente os princípios de Smith, mas os transcender numa visão nova de política. Portanto, é o econômico que se torna subordinado ao político, e não o inverso” ROSANVALLON, Pierre. O liberalismo econômico: história da ideia de mercado. Bauru: EDUSC, 2002. p.205

mudança em relação ao modo como Marx primeiro se depara com as questões econômicas, a partir do debate acerca do roubo de lenha, dois anos antes dos MEF²¹⁴.

É Engels quem dá o primeiro passo em direção à economia política, a partir do texto “Esboços de uma crítica da economia política”²¹⁵, no qual apresenta uma importante crítica do comércio, que será absorvida por Marx nos MEF. As relações de comércio são as relações fundamentais na sociedade burguesa, na qual Engels resume como “fraude legalizada”, pois trata-se de enganar o outro, a fim de realizar o desejo que o outro, enganando-o, colocou a si próprio.

Os MEF, por sua vez, é um texto de forte fôlego em que a crítica à economia política marxiana apresenta-se no seu nascente. Sua crítica parte da análise minuciosa da economia política, a partir de seus próprios termos. Partindo inicialmente da própria divisão da economia política, Marx confronta os conceitos em suas próprias contradições para depois desenvolvê-las em proposições universais que regem a sociedade burguesa²¹⁶.

As relações mercantis na sociedade burguesa, a partir de seus mercados parciais e o estranhamento

O ponto de partida dos MEF é a primeira leitura pormenorizada de Marx da economia política nos itens “Salário”, “Ganho de Capital” e “Renda da Terra”. Se o conhecimento sobre a economia política é implícito pela própria leitura hegeliana, é apenas neste momento da vida que Marx se dedicará especificamente a estes conceitos. A proposta marxiana encontra-se na apreensão do objeto pela sua própria linguagem, ressaltando as contradições externas, a partir da potência negativa do que é criticado²¹⁷.

As leis desenvolvidas pela economia política apontam o empobrecimento absoluto, relativo e ontológico do trabalhador, a partir da subordinação à concorrência do mercado de trabalho. Primeiro, o trabalhador necessita do trabalho, mais do que o burguês necessita do seu emprego, pois, de modo imediato, o trabalhador é dependente da renda, pelo seu despojamento de outros meios de vida. Em segundo, pelas dificuldades de associação, seja pela força política

²¹⁴ MARX, Karl. Os despossuídos. São Paulo: Boitempo, 2017.

²¹⁵ ENGELS, F. “Outlines of a critique of political economy” in MARX, Karl. Karl Marx, Frederick Engels: collected works. New York, NY: International, c1975. Vol II.

²¹⁶ Seções “Salário”, “Ganho de Capital” e “Renda da terra”. MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004

²¹⁷ É o que Adorno denominaria de “crítica imanente”, isto é, a crítica a partir dos critérios da própria obra e o que Chasin denominou de “análise imanente”.

da classe burguesa, seja pela própria falta de organização, os trabalhadores são jogados a uma concorrência mais feroz entre si. Nesse sentido, a dupla condição de subordinação ao mercado de trabalho, coloca o trabalhador à mercê das oscilações entre a demanda e a oferta, o que impõe o empobrecimento absoluto de sua renda - os salários.

O empobrecimento, contudo, também possui sua dimensão relativa. Mesmo em uma situação de ascenso, de desenvolvimento da sociedade burguesa com crescimento e, portanto, de desenvolvimento das próprias necessidades e carências, a repartição do crescimento encontra-se direcionada ao lucro, em detrimento do salário, provocando um empobrecimento relativo da classe trabalhadora em relação à classe burguesa.

O empobrecimento ontológico, que está diretamente relacionado ao estranhamento discutido adiante, por sua vez, refere-se à redução do trabalho à categoria de emprego. O empobrecimento aqui encontra-se, portanto, na categoria de trabalho essencialmente mediada pelo mercado, transformando o trabalhador em uma mercadoria, e o seu trabalho, com a perda da sua própria finalidade intrínseca, em um meio maquinal.

Em resumo, o mercado de trabalho empobrece o trabalhador por submetê-lo à concorrência e às oscilações da oferta e demanda, das quais a classe capitalista não é igualmente subordinada. Esse segundo fato provoca o empobrecimento relativo entre a classe trabalhadora e a classe capitalista. O mercado, portanto, não atinge todos os seus segmentos de modo igualitário, mas a suposta igualdade formal atinge de um modo a classe trabalhadora e de outro a classe capitalista. Por fim, a mediação do mercado empobrece o próprio trabalho, retirando o sentido e a finalidade do fazer, reduzindo-o à categoria de emprego, a um mero meio degradado para um fim externo.

Apesar de atingir especialmente a classe trabalhadora, o mercado e a concorrência atuam também para os capitalistas. A concorrência entre os capitais, que aparece como arma da economia política contra os capitalistas, contudo, tem como resultado a própria concentração de capitais, com a vitória dos capitais maiores em detrimento dos capitais parciais menores, no processo de acumulação capitalista (processo este agravado por condições técnicas de escala, isto é, a possibilidade de se produzir mais barato produzindo mais, economizando proporcionalmente com máquinas).

Uma das chaves essenciais para entender o funcionamento do mercado é o mercado de terras, no qual a lógica da propriedade e da renda se sobressaem. A renda aparece como passo primário e anterior ao capital, ao mesmo tempo em que se coloca como signo do roubo que se mantém no capital. Os atributos da natureza são transformados em atributos humanos, assim como o monopólio coloca uma renda ao seu proprietário. A passagem da propriedade fundiária

para a propriedade móvel aparece como a passagem da dominação do homem sobre o seu objeto para a dominação do homem pelo seu objeto.

Tais elementos nos mercados parciais perfazem, como fora dito anteriormente, relações universais de estranhamento de que o homem padece: a relação do homem com a natureza, do homem consigo mesmo e do homem com o outro homem. Desdobrando-as, a relação do homem com a natureza é a relação do homem com os sentidos exteriores a ele, com as coisas da natureza, com o objeto que o próprio trabalhador produz na sua relação com a natureza.

O segundo ponto, o estranhamento do homem consigo mesmo é o estranhamento do próprio ato de fazer, isto é, o não reconhecimento de si na sua ação, pois perdeu a finalidade, sendo meramente um meio para um objetivo externo. O seu trabalho já não pertence a si próprio, mas pertence a outro. O terceiro ponto é a relação estranhada com a produção humana, com o gênero humano, isto é, com a humanidade constituída, na qual a vida individual é abstraída da relação com o conjunto, produzindo estranhamento e desligamento da relação entre os homens.

Fetichismo e dinheiro

O estranhamento na relação com a natureza, consigo próprio e com o outro homem replica-se na intersubjetividade própria da sociedade burguesa, na relação do fetichismo do dinheiro. Marx se apropria do conceito de fetichismo desenvolvido por De Brosses, a partir da palavra fetiche derivada de “feitiço”. Se o fetichismo, a partir de De Brosses e posteriormente, Comte, tem como função apontar distintos estágios em um esquema evolucionário, no qual há a selvageria, a barbárie e a civilização, em um grau de desenvolvimento das abstrações, em Marx, o processo se inverte.

A acusação às outras sociedades de idolatria e falta de abstração transforma-se em crítica da abstração do dinheiro, isto é, a abstração que provoca a idolatria do dinheiro. O que é criticado como religião primitiva nas outras sociedades explica, na realidade, a religião do dinheiro na sociedade burguesa. O dinheiro é a mediação necessária e inevitável na sociedade regida pelo mercado.

O desenvolvimento que Marx realiza de uma “teoria monetária” é influenciado por Shakespeare e Aristóteles. Do primeiro interessa a crítica das relações sociais baseadas no dinheiro, a partir da peça “Timon de Athenas”, enquanto no segundo funda-se a crítica à crematística que transforma o dinheiro em uma finalidade em si.

O dinheiro na sociedade burguesa tem a capacidade de confundir todas as qualidades humanas, interligando todos os mercados, pessoas e objetos em um processo de intercambialidade infinita. O dinheiro passa a ser o próprio portador mágico das próprias qualidades por meio da compra e venda.

Tudo que, como indivíduo, não é possível, com o dinheiro é possível, pela capacidade de manifestar as forças sociais. Une os indivíduos previamente separados da sociedade, mas de modo instrumentalizado. A pergunta que apresentei no início na introdução - quem é esta entidade que pode decidir o destino de nossas vidas - é aqui respondida parcialmente, na qual apresentamos o “sangue” da entidade do mercado, na qual a divindade do dinheiro é a religião real da sociedade burguesa.

O dinheiro confunde as qualidades, pois retira qualidades de quem não possui dinheiro e fornece qualidades anteriormente não existentes a quem tem dinheiro. Em suma, inverte qualidades. Quem tem vocação para a arte, mas não possui dinheiro, não vira artista, ao passo que quem não tem, pode contratar um professor para desenvolver esta aptidão. Em suma, transforma efetividade em pura fantasia, pura fantasia em efetividade.

As relações de dinheiro provocam não apenas a transformação de qualidades, mas também tem impacto nas relações entre os homens. Aqui transparece a influência de Engels na concepção de comércio. Intenta-se, em uma sociedade baseada na propriedade privada e no comércio, a troca cujo objetivo é induzir o outro a uma nova carência, para este se auto-sacrificar. Essa indução de nova carência, por outro lado, é a necessidade produzida para a resolução de uma carência provocada, processo que Engels denomina como “fraude legalizada”²¹⁸.

A forma como o dinheiro é colocado como finalidade, portanto, induz o homem a roubar o outro homem, o homem a suprir carências egoístas sofridas por relações egoístas. Nesse sentido, são forças que perdem o caráter humano e passa-se à própria finalidade quantitativa do dinheiro em si, em uma compulsão que não tem fim.

As relações de mercado, portanto, induzem à instrumentalização do outro homem, assim como transformam o que deveria ser originalmente um meio em a finalidade em si - o dinheiro. A expansão de carências não está relacionada, portanto, ao desenvolvimento e enriquecimento da própria humanidade, mas a uma profusão de mercadorias cujo objetivo é enganar o outro em benefício próprio.

²¹⁸ O que leva a Caux apontar que o reconhecimento é uma dimensão central nas obras de juventude de Marx. O reconhecimento na relação mercantil é meramente instrumental: reconhece-se a carência do outro, apenas como um meio de satisfação da carência própria.

A economia política é a ciência que maneja esta perspectiva, a fim de promover o crescimento econômico nestes marcos. As relações fetichizadas pelo dinheiro não são propriamente naturais, mas históricas e, por isso, têm não apenas de ser incentivadas e construídas, como ainda possuem outras dimensões cuja economia política trata.

Marx cita, em especial, a controvérsia em relação ao “luxo” (o que modernamente podemos denominar como gasto) e a poupança. Há, por um lado, o imperativo do consumo, de gastar e, por outro lado, o imperativo ascético de economizar. Se ambos os lados se postam como contrários, Marx vê ambos como duas necessidades interligadas, assim a economia política apresenta-se como uma ciência essencialmente moral e promotora de valores para forjar a sociedade burguesa.

Em direção a uma crítica ao mercado por meio do conceito de fetichismo

O que procuramos ressaltar em todo o trabalho e, especificamente, na conclusão, é a importância e a atualidade da crítica às relações mercantis que Marx realizou nos MEF. A importância reside em, primariamente, ao escapar da dualidade clássica entre estado e mercado, na qual muitas vezes o debate atual se encerra. Marx consegue escapar dessa dualidade pelo modo como se apropria e critica os economistas políticos clássicos e Hegel.

O suposto retorno a economia política contra Hegel não é uma exaltação à sociedade civil constituída como mercado, tal como Rosanvallon aponta. Trata-se, justamente, do resgate da centralidade da sociedade civil para criticá-la sob outros marcos, dado que a crítica por meio da eticidade estatal hegeliana demonstrou-se inócua para a transformação social, pois o estado é, inclusive no próprio Hegel, pressuposto necessário à manutenção das relações mercantis.

A crítica usual às relações mercantis que partem da defesa do estado esbarram em uma dupla limitação: a primeira é a própria complementariedade das relações estatais com o mercado, e a segunda é a fraqueza de argumentos em relação a crítica ao estado desenvolvida no âmbito da tradição da economia política e, de forma mais acentuada, na ciência econômica contemporânea - *economics*, na qual o mercado é apresentado como meio descentralizado de ordenação social, evitando a coerção centralizada do estado e da ação política²¹⁹. Os elementos

²¹⁹ Alguns elementos a respeito foram apresentados na introdução, na qual Adam Smith é o ponto de chegada da crítica do contratualismo clássico. A revolução marginalista, a formação da economia contemporânea, em conjunto com o desafio neoliberal apontou elementos para a radicalização da defesa do mercado enquanto esfera de relações autônoma e não-coercitiva.

teóricos conduzidos pelos defensores das relações mercantis têm como contraponto preferencial os defensores simples da razão estatal, em especial dos mecanismos de coerção centralizada que retira a autonomia dos agentes.

Marx, nos MEF, vai além as limitações teóricas apontadas, pois não se restringe à construção de um órgão central contraposto, mas segue a apreensão das relações mercantis pelo seu âmago: aponta os problemas das relações mercantis a partir de seus próprios apologetas, não se restringindo à construção de um contraposto, mas colocando, com toda a força, a potência negativa da crítica.

Para Marx, a descentralização do mercado não tem como consequência a não-coerção. Em um primeiro plano, Marx, a partir dos próprios economistas políticos, aponta que os mecanismos do mercado também levam à centralização, daí a sua vinculação possível com o estado. Contudo, o plano estrutural é o argumento principal que esta dissertação procura desenvolver: ao realizar a crítica da sociedade burguesa, Marx aponta a dominação abstrata que ocorre sem necessariamente existir um centro unificador. O fetichismo é força social espalhada por toda a sociedade, mas que nem por isso é menos coercitiva, pois estranha e unilateraliza os indivíduos ao separar e opor os homens, fazendo com que o homem estranhe a si próprio, ao outro homem e natureza, deixando de se reconhecer na sua ação, no gênero humano e nos objetos existentes no mundo.

A crítica ao fetichismo, contudo, não deve ser realizada por meio de uma mera contraposição da defesa do estado. Assim como a crítica a religião não pode ser realizada pela simples racionalidade, as relações mercantis não podem ser superadas por um estado racional, tal qual pressupõe Hegel.

A crítica ao fetichismo encontra na sociedade civil “real” o seu objeto e meio de superação. São as relações sociais que produzem as formas abstratas de dominação, são as formas de vida produzidas pelos homens em sociedade, na qual o homem se enreda, sem conseguir sair. Apontar que deus é obra dos homens é um passo relevante na crítica à religião, mas não faz com que as relações religiosas sumam. Pelo contrário, os fundamentos da religião não estão na simples proposição abstrata, mas na vida efetiva que os homens vivem conjuntamente.

As relações mercantis são relações sociais de intercâmbio entre duas pessoas representando propriedades privadas distintas sob o formalismo jurídico da igualdade. Para Hegel, esta relação põe o reconhecimento da liberdade e o fim mútuo da alienação. Contudo, como Marx aponta, esta relação produz o estranhamento, pois o reconhecimento em relação ao outro é meramente instrumental, tornando o outro objeto e não finalidade.

As relações mercantis, portanto, apontam para uma relação de estranhamento que não está concentrado em um centro unificado, mas sim está espalhado a cada relação de troca que põe e repõe a instrumentalização do homem. Tal relação que Marx desenvolve a partir da figura das relações de comércio apontadas por Engels como fraude legalizada, cujo cerne não é o reconhecimento da carência do outro, mas o uso da carência do outro a seu favor.

Deste modo, as relações mercantis não promovem a harmonia coletiva a partir dos interesses particulares. Pelo contrário, o mercado, ao abstrair o sentido e a finalidade da ação humana, postulando um meio universal quantitativo, destrói o sentido social e individual posto, por meio do estranhamento e da unilateralização, transformando o ser humano em meio e instrumento.

A carência tão repetidamente colocada como motivo ontológico da defesa do mercado é, portanto, instrumentalizada e rebaixada pelas relações mercantis. Marx, ao realizar a sua crítica, põe a questão da carência no centro, ao colocar o reconhecimento da carência do homem como ponto de chegada da emancipação. Em outras palavras, o homem é carente de humanidade e o reconhecimento mútuo entre os indivíduos deste aspecto posta a liberdade para além dos marcos contratuais formais, na ligação da individualidade com o gênero humano. A emancipação para Marx, em suma, está para além dos marcos das relações mercantis.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. A querela do humanismo in *Crítica Marxista*, vol 9. Campinas, 1999.
- ALTHUSSER, Louis. *Ler o capital*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1979-1980.
- ALTHUSSER, Louis. Os manuscritos de 1844 de Karl Marx (Economia política e filosofia) in *Revista Dialectus*, 2015. Ano 2, n 6 p. 208. Tradução de Marquessuel Dantas de Souza.
- ASSUNÇÃO, Vânia. Marx no tempo da Gazeta Renana. *Revista da APG/PUC-SP*, São Paulo, ano XI, n. 29, p. 193-217, set./2003.
- BENSAID, Daniel in Apresentação - Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres in *Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BENSAID, Daniel in Posfácio - “Na e pela história”: Reflexões acerca de Sobre a Questão Judaica. In MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- BRAGA, H. *Limites e possibilidades do capitalismo - um estudo sobre o conceito de Riqueza em Marx*. Tese de doutorado em Desenvolvimento Econômico - Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2015.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII - Volume 2 - Os jogos das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BRENNAN, Jason; JAWORSKI, Peter. *Markets without Limits: Moral Virtues and Commercial Interests*. London : Taylor and Francis, 2015.
- CAUX, Luiz Philipe. Introdução aos excertos de Marx sobre James Mill (1844): ou sobre o reconhecimento in *Cadernos de Filosofia Alemã*. v. 21; n. 1, 2016.
- CHASIN, Jose. Marx - A determinação ontonegativa da politicidade in *Revista Verinotio de filosofia e ciências humanas*, n 15, Ano VIII, ago. 2012.
- CHASIN, José. *Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.
- CLAEYS, Gregory. Engels’ Outlines of a critique of political economy (1843) and the origins of the Marxist critique of capitalism in *History of Political Economy*, vol 16:2, 1984.
- COTRIM, Ana Aguiar. *Contribuições de Karl Marx ao problema da mimese artística*. Tese de Doutorado em Filosofia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2015.

- COUTINHO, Maurício Chalfin. *Lições de economia política clássica*. São Paulo, SP; Campinas, SP: Hucitec: Editora da Unicamp, 1993.
- ENGELS, F. “Outlines of a critique of political economy” in MARX, Karl. *Karl Marx, Frederick Engels: collected works*. New York, NY: International, c1975. Vol II.
- FAUSTO, Ruy. *Marx: Lógica e Política*. São Paulo, SP: Editora 34, 2002.
- FLECK, Amaro. A emancipação ociosa ou o que a Teoria Crítica nos promete in *Trans/Form/Ação*, Marília, 2012
- FREDERICO, Celso. *O jovem Marx: 1843-1844: As origens da ontologia do ser social*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- GANEM, Angela. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: Uma abordagem histórico-filosófica. *Revista de Economia contemporânea*, Rio de Janeiro, 4(2): 9-36, jul./dez. 2000
- GIANNOTTI, Jose Arthur. *Origens da dialética do trabalho: estudo sobre a lógica do jovem Marx*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985. 2a ed.
- GRANEL, Gerard. La ontología marxista de 1844 y la cuestión del “corte” in *actual marx/ intervenciones* N° 16, 2014.
- GUDEMAN, Stephen. *Anthropology and Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- HAWKES, David. *Shakespeare and Economic Theory*. Bloomsbury: Norfolk, 2015
- HOBSBAWM, E. J. *A era das revoluções: 1789-1848*. 32. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2013
- GOMES, Marcelo. *Humanismo e estranhamento: estudo da liberdade pela autopoiesis na teoria marxiana*. Tese de doutorado defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Estadual de Campinas, 2011.
- GRAEBER, David. Fetish as social creativity or, fetishes are gods in the process of construction in *Anthropological Theory*. Vol 5, Issue 4, pp. 407 - 438. 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1999

- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, RJ: Editora da PUC-Rio: Contraponto, 2006.
- LEVINE, Norman. *Divergent Paths: Hegel in marxism and engelsism*. Volume 1: The hegelian foundations of Marx's Method. Oxford: Lexington Books, 2006.
- MARKUS, Gyorg. *A teoria do conhecimento no jovem Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- MARX, Karl. *Crítica à filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, Karl. *Os despossuídos*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. Prefácio in MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.
- MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MCLELLAN, David. *As idéias de Engels*. São Paulo, SP: Cultrix, 1979.
- MCLELLAN, David. *As ideias de Marx*. São Paulo, SP: Cultrix, 1977, c1975.
- MESZAROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006
- MORRIS, R. LEONARD, Daniel. *The Return of Fetishism*. Chicago: The University of Chicago Press, 2017.
- MUSTO, Marcello. Marx in Paris. *Science & Society*, Vol. 73, No. 3, July 2009, 386–402
- METZGER, Maria. *O individuo em Marx : fundamentos desta concepção na obra manuscritos econômico-filosóficos (1844)*. Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Educação, na Universidade Estadual de Campinas. 2002
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. *Sistemas das contradições econômicas ou Filosofia da Miséria*. São Paulo: Ícone Editora, 2003.
- QUESNAY, François; HUME, David. *Escritos sobre economia e Questões Econômicas dos Fisiocratas*. ed. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1988.
- RANIERI, Jesus. *Apresentação In MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

- RANIERI, Jesus. *A câmara escura: Alienação e estranhamento em Marx*. São Paulo: boitempo, 2001.
- ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico: história da ideia de mercado*. Bauru: EDUSC, 2002.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ, Contraponto, 2001
- SAFATLE, Vladimir. “Aula 7 da disciplina ‘História, memória e sofrimento’ SAFATLE, Mimeo.
- SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. *Filosofia da praxis*. Buenos Aires: CLACSO ; São Paulo : Expressão Popular, 2007.
- SHAKEASPEARE, W. *Timon of Athens*. <http://shakespeare.mit.edu/timon/full.html> Acessado em 07/08/2017
- SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- SMITH, Cyril. Friederich Engels and Marx’s Critique of Political Economy in *Capital & Class*, 2007.
- SWEDBERG, Richard. *Markets as Social Structures in The Handbook of Economic Sociology*.
- SMELSER, Neil J. e SWEDBERG, Richard org. New Jersey: Princeton Press, 2005.